



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- PB
CENTRO DE HUMANIDADES- CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS- PPGCS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

GILMARA DE MELO FERREIRA

**“MARGARIDAS” EM JARDINS SEM TERRA: UM ESTUDO SOBRE A
LIDERANÇA FEMININA NA PRÁTICA POLÍTICA DO MST NA PARAÍBA**

**MARGARIDAS SEGUEM EM
MARCHA POR DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
COM DEMOCRACIA, JUSTIÇA, AUTONOMIA,
IGUALDADE E LIBERDADE.**

CAMPINA GRANDE

2015

GILMARA DE MELO FERREIRA

**“MARGARIDAS” EM JARDINS SEM TERRA: UM ESTUDO SOBRE A
LIDERANÇA FEMININA NA PRÁTICA POLÍTICA DO MST NA PARAÍBA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande como requisito final para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota

CAMPINA GRANDE

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

F383m Ferreira, Gilmara de Melo.
"Margaridas" em jardins sem terra: um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST na Paraíba / Gilmara de Melo Ferreira. – Campina Grande, 2015.
201 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota".
Referências.

1. Gênero. 2. *Habitus*. 3. Participação Política. 4. MST.
I. Villota, Jose Maria de Jesus Izquierdo. II. Título.

CDU 305(043)

GILMARA DE MELO FERREIRA

**“MARGARIDAS” EM JARDINS SEM TERRA: UM ESTUDO SOBRE A
LIDERANÇA FEMININA NA PRÁTICA POLÍTICA DO MST NA PARAÍBA**

Trabalho aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

(Examinadora Interna)

Prof. Drº. Ronaldo Sales Laurentino (UFCG)

(Examinador Interno)

Profª Drª. Eronildes Araújo Câmara (DHG/UFCG)

(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de Leon (UFPB)

(Examinador Externo)

Prof. Drº. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota (UFCG)

(Orientador)

“Uma mulher que não tem medo dos homens, amedronta-os”.

Simone de Beauvoir, 1980 [1949]

A todas as Margaridas, Marias, Antônias, Severinas, Josefas e demais mulheres militantes do MST na Paraíba, que saem da invisibilidade social e política todos os dias e logram lugar de protagonismo frente à luta por melhores condições de vida e trabalho no campo, não só na política como militante, mas nos bastidores da vida cotidiana...

A minha mãezinha guerreira, **GILMA**, em especial dedico...

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por sua bondade, generosidade e fidelidade para comigo em todos os momentos... Que me deu inteligência, graça e sabedoria para a construção desse trabalho.

Aos meus amados pais por tudo! Pela vida, amor, dedicação e incentivos para o estudo desde cedo. Ao meu pai Ivanildo Ferreira da Silva (*In memoriam*) que sempre foi um exemplo de total doação à família e a minha mãe Gilma de Melo Ferreira, também exemplo de renúncia e dedicação para comigo e minhas irmãs!

Ao meu amado esposo Anderson Louiz, pelo incentivo incondicional aos estudos, a minha emancipação e crescimento acadêmico. Sempre do meu lado, na pesquisa, sempre viajando comigo para os assentamentos, para realização das entrevistas, fotografias, enfim, no suporte para a confecção deste e nas palavras de otimismo durante os desencontros no percurso para chegar até aqui. A nossa filha linda Isabella que mesmo tão pequena me serve de estímulo para a vida e para o amor...

As minhas irmãs Gislane, Jussara e Vanessa, assim como meus cunhados Rubens, Douglas e Willy e minha sogra Maryland que sempre torcem por mim...

Aos meus amigos de trabalho da Escola Félix Araújo: Nazito Costa, Lúcia Maciel, Francisco, Josinete Cunha Bezerra e em especial a Sílvia Araújo, bem como aos demais colegas que estavam na torcida por mim. Aos demais amigos Ada Kesea, Patrícia Santos, Léa Dolores, Denise Ferreira, Géssika Carvalho pela torcida e por estarem sempre dispostos a me ajudar em todas as horas!

A professora Marilda por suas ricas sugestões para construção desse projeto que ora se apresenta. A professora Eronildes e o professor Aldenor pelas pertinentes contribuições na proposta de lapidação do presente texto, na qualificação.

Ao meu orientador Jesus pela singular dedicação para elaboração desse trabalho, pelo dinamismo, coerência didática e competência intelectual e pedagógica nas sugestões para enriquecimento deste. Agradeço por acreditar na minha ideia...

A Capes, pelo financiamento parcial da pesquisa, uma contribuição importante para a conclusão deste.

A todos os meus professores e colegas desde a minha graduação, do mestrado e do doutorado da UFCG, que contribuíram cada qual a sua maneira, para minha formação pessoal e acadêmica. Aos funcionários do PPGCS pelo trabalho prestativo e eficiente para com todos. **Muito obrigado por tudo!**

RESUMO

O presente trabalho busca compreender quais estratégias de negociações foram adotadas por algumas mulheres, militantes do MST no Estado da Paraíba, para exercer cargos de liderança e de projeção política, em um contexto de vida rural, no qual ainda se percebem marcas de certo ranço machista. A pertinência de nosso trabalho, está em identificar as objetividades/subjetividades dos atores/atrizes sociais inseridos no MST, os diferentes espaços de atuação privado e/ou público, os lugares de participação política conquistado pelas mulheres e as estratégias através das quais essas construíram sua história de protagonismo político e de certo reconhecimento social. Da mesma forma, procuramos destacar importantes elementos do debate histórico, antropológico e sociológico em torno da compreensão dos processos de emancipação feminina, de modo a averiguar como se articulam as questões de gênero dentro do MST. Para esse fim, procuramos alicerçar nossa pesquisa em algumas contribuições da Sociologia e nos dados empíricos fornecidos por mulheres que identificamos como líderes reconhecidas do MST na Paraíba. Do pensamento sociológico damos destaque às pistas analíticas fornecidas por autores como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Manuel Castells, entre outros, assim como às contribuições dos debates em torno das questões de gênero. Optamos por realizar uma pesquisa de ordem qualitativa, dado que nossa pretensão é a de abordar a trajetória de vida de mulheres que se destacam no MST por suas práticas políticas, com as quais revertem a ordem tradicional de distribuição de papéis sociais, passando de coadjuvantes a protagonistas de processos importantes de transformação social. Para tanto, foi necessário analisar documentos, aplicar entrevistas semiestruturadas com a pretensão de reconstruir a trajetória de vida dessas mulheres, assim como vivenciar a experiência da observação participante em práticas coletivas nas quais essas mulheres exercem suas funções de liderança.

Palavras-chave: Gênero. *Habitus*. Participação Política. MST.

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand which negotiation strategies were used by some women, MST activists in the state of Paraíba, to exercise leadership positions and political projection, in a context of rural life, which still perceives certain marks from a feeling of male chauvinism. The relevance of our work is to identify the objectivity / subjectivity of the social actors / actresses inserted in the MST, the different spaces of private or public action, the places of political participation conquered by women and the strategies in which they built their history of political leadership and social recognition. In the same way, we seek to highlight important elements of the historical, anthropological and sociological debate to understand the women's emancipation processes, in order to figure out how to articulate gender issues within the MST. With that goal, we base our research on some contributions of sociology and empirical data from women identified as recognized leaders from the MST in Paraíba. From the sociological thought we highlight the analytical clues provided by authors such as Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Manuel Castells, among others, as well as the contributions of debates concerning to gender issues. The nature of this research is qualitative since our intention is to address the life course of women who stand out in the MST for their political practices, which reversed the traditional order of distribution of the social roles, from supporting to protagonists of important processes in social transformation. Consequently, it was necessary to analyze documents and apply semi-structured interviews with the intention to reconstruct the trajectory of these women's lives and live the experience with a participant observation in collective practices which they exercise leadership roles.

Keywords: Gender. *Habitus*. Political Participation. MST.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à comprendre quelles stratégies de négociations ont été utilisées par certaines femmes, militantes du MST (Mouvement des sans-terre) à l'État de Paraíba, pour exercer des postes de direction et de projection politique, dans un contexte de vie rurale, qui perçoivent encore des marques d'un certain sentiment machiste. L'importance de notre travail est celle d'identifier les objectivités / subjectivités des acteurs / actrices sociaux insérés dans le MST, les différents espaces d'action privé et/ou public, les places de participation politique conquises par les femmes et les stratégies à travers lesquelles elles ont construit leur histoire de participation politique et de reconnaissance sociale. De même, nous cherchons à mettre en évidence des éléments importants du débat historique, anthropologique et sociologique sur la compréhension des processus d'émancipation des femmes, afin de comprendre comment s'articulent les questions de genre au sein du MST. À cette fin, nous cherchons à fonder notre recherche sur certains apports de la sociologie et des données empiriques de femmes que nous avons identifiées comme des leaders reconnues du MST à l'État de la Paraíba. La pensée sociologique fournit les indices analytiques présentés par des auteurs comme Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Manuel Castells, entre autres, ainsi que les contributions des débats autour des questions de genre. Nous avons décidé d'utiliser une recherche qualitative parce que notre intention est de présenter la trajectoire de vie des femmes qui se détachent dans le MST par leurs pratiques politiques qui inversent l'ordre traditionnel de la distribution des rôles sociaux, en allant de spectateurs à protagonistes de processus importants de transformation sociale. Pour cela, il a été nécessaire d'analyser des documents, appliquer des entretiens semi-structurés avec l'intention de reconstruire la trajectoire de la vie de ces femmes, ainsi que vivre l'expérience de l'observation participante dans les pratiques collectives dans lesquelles ces femmes exercent leurs rôles de leader.

Mots-clés: Genre. *Habitus*. Participation Politique. MST.

LISTA DE SIGLAS

- ALCA** - Área de Livre Comércio das Américas
- BNB** - Banco do Nordeste
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INSA** - Instituto Nacional do Semiárido
- MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens
- MIRAD** - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
- MMC** - Movimento de Mulheres Camponesas
- MMTR** - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
- MST** - Movimento dos Trabalhadores sem-terra
- MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores
- PNRA** - Plano Nacional de Reforma Agrária
- PRONAF** - Programa de Agricultura Familiar
- PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- PT** - Partido dos Trabalhadores
- UDR** - União Democrática Ruralista

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto da mística no Congresso Estadual do MST.....	86
Imagem de Jesus Cristo no centro de reivindicações do MST.....	87
Imagem da mão divina protegendo os sem-terra em uma ocupação.....	88
Organograma da organização do MST	112
Quadro 01 - Maiores conflitos vividos pelo MST na Paraíba.....	114
Mapa 01 – Brigadas Regionais do MST na Paraíba – 2009.....	196
Mapa 02 - Territorialização e espacialização do MST na Paraíba: acampamentos e assentamentos – 2010.....	197

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Coordenadora do Setor de Gênero - Em sua residência.....	185
Foto 2: Agente do Sindicato rural e dirigente do MST em Alagoa Nova.....	185
Foto 3: Agente do Sindicato rural e dirigente do MST em Alagoa Nova.....	186
Foto 4: Dirigentes do polo da Borborema - No Congresso Estadual do MST.....	186
Foto 5: Dirigentes do polo da Borborema- No Congresso Estadual do MST.....	187
Foto 6: Coordenadora da especialização do semiárido – Pronera - Incra- Insa.....	187
Foto 7: Coordenadora da especialização do semiárido – Pronera - Incra- Insa.....	188
Foto 8: Coordenadora da especialização do semiárido – Pronera - Incra- Insa.....	188
Foto 9: Assentados e acampados antes da realização da mística.....	189
Foto 10: Assentados e acampados no auditório no momento da mística.....	189
Foto 11: Assentados e acampados na continuidade da mística.....	190
Foto 12: Assentados e acampados na plenária.....	190
Foto 13: Assentados e acampados na plenária.....	191
Foto 14: Assentados e acampados na plenária.....	191
Foto 15: Assentados e acampados na plenária.....	192
Foto 16: Assentados e acampados na plenária.....	192
Foto 17: Assentados e acampados no momento de socialização das músicas.....	193
Foto 18: Casal de líderes no momento de apresentação das falas na plenária.....	193
Foto 19: Casal de líderes no momento de apresentação das falas na plenária.....	194
Foto 20: Ciranda infantil	194
Foto 21: Folder do 6º Congresso Nacional do MST.....	198
Foto 22: Folder do 6º Congresso Nacional do MST.....	198
Foto 23: Momento de apresentação artística no 6º Congresso Nacional do MST..	199
Foto 24: Momento de apresentação artística no 6º Congresso Nacional do MST..	199
Foto 25: Momento de apresentação artística no 6º Congresso Nacional do MST..	200
Foto 26: Momento de apresentação artística no 6º Congresso Nacional do MST..	200
Foto 27: Momento de apresentação artística no 6º Congresso Nacional do MST..	201

Foto 28: Momento de apresentação artística – encenação com os sem terrinha no 6º Congresso Nacional do MST..... 201

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 SUPERANDO BARREIRAS E TRANSPONDO LIMITES: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS LUTAS PELA TERRA	34
2.1 Mulheres, militância e construção de novos espaços sociais.....	38
2.2 Participação feminina no MST.....	41
2.3 A contestação da hegemonia masculina: o feminismo em ação.....	49
2.4 O desafio da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais.....	53
2.4.1 Quem disse que na política mulher não tem vez?.....	53
3 O MOVIMENTO NOS PREPARA	58
3.1 Casamento, militância e liderança: um debate possível?.....	62
3.2 Pensando a sociedade a partir da mulher.....	65
3.3 A vida no campo é difícil.....	72
3.4 Os problemas se resolvem aqui na terra.....	75
3.5 E a política no MST?.....	90
3.6 “Conversa não enche barriga de ninguém”.....	98
3.7 Por que tanta violência no campo?.....	100
3.8 Conflitos e enfrentamentos: porque as mulheres na linha de frente?.....	104
4 O MOVIMENTO EM MOVIMENTO: ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICOS DO MST	107
4.1 <i>Habitus</i> , Campo e MST.....	110
4.2 Estrutura organizacional do MST.....	111
4.3 O MST em ação	113
4.4 Principais Coletivos do MST e suas funções.....	116

4.4.1 O setor de gênero	117
4.4.2 O MST e os debates sobre gênero	121
4.4.3 Linhas políticas de Gênero do MST.....	123
4.4.4 O Coletivo de gênero na Paraíba.....	125
4.4.4.1 Principais conquistas do coletivo de gênero na Paraíba.....	126
4.4.4.2 Principais reivindicações do coletivo de gênero na Paraíba.....	129
4.5 Das lutas e conquistas do MST.....	131
4.6 Principais reivindicações do Movimento.....	134
5 MULHERES NA LINHA DE FRENTE.....	144
5.1 Corpo, aparência e autoestima.....	147
5.2 Visibilidade feminina e enfrentamentos no MST.....	149
5.3 Militância e trabalho: como conciliar tarefas?.....	152
5.3.1 “Não só ajudo meu marido, eu trabalho para ajudá-lo”	154
5.4 Um olhar singular sobre o MST.....	155
5.5 A enxada como lazer.....	158
5.6 O preço da liderança	159
5.6.1 De quase freira a militante.....	160
5.6.2 “Eu não sou machista não”	161
5.6.3 “Toda mulher homo já foi hetero”.....	162
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICES.....	179
ANEXOS.....	195

1 INTRODUÇÃO

A escolha do título: “Margaridas em jardins sem-terra: um estudo sobre a inserção das mulheres na prática política do MST” se justifica a partir do exemplo de vida e morte de Margarida Maria Alves, figura de grande representação para todos os movimentos sociais no campo, em especial o Movimento dos Sem-terra – MST¹. Sua trajetória em defesa dos direitos trabalhistas, da luta pela terra e sua permanência nela fomentou nas mulheres do MST, em especial nas militantes, a execução da Marcha das Margaridas como uma alternativa de mobilização política visando a demonstração da inclusão feminina para o acesso à terra e para a Reforma Agrária.

Em 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande, município do Estado da Paraíba, foi assassinada por um pistoleiro, a mando dos usineiros da região do brejo paraibano². O crime foi brutal. Eram aproximadamente 18 horas e Margarida estava em frente à sua casa com o marido e o filho, quando um matador de aluguel deu um tiro de espingarda calibre 12 em sua face. Um tiro certeiro que ceifou a vida de Margarida e colocou um ponto final em uma história de vida dedicada à luta pela terra.

Margarida, desde 1973, ocupava a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à época de sua morte havia movido 73 ações trabalhistas para reivindicar os direitos violados de trabalhadores rurais que laboravam em usinas de cana de açúcar. Possivelmente silenciar sua voz foi o motivo do crime. Margarida foi uma das mulheres pioneiras das lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil e

¹ O MST teve origem na década de 1980. Em 1984, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, representantes dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações reuniram-se em Cascavel, Paraná, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para fundar o MST. É um dos movimentos sociais de maior destaque, principalmente no Brasil e América Latina, dada sua capacidade para cotar militantes e o foco da sua luta está voltado à reivindicação dos direitos dos trabalhadores rurais pobres.

² Para maiores informações sobre a morte de Margarida Maria Alves pode-se ler o texto de: Maria Dolores de Brito Mota. Em: *12 de agosto de 2010*. Socióloga e professora da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/10399>. Acessado em: 27/07/2013, às 22:13h.

sua luta, em certa medida, reflete o espírito do nosso trabalho, qual seja o de destacar a tenacidade de algumas mulheres para lutar por interesses coletivos.

Após a sua morte, Margarida tornou-se um símbolo político, representativo das mulheres trabalhadoras rurais, que deram seu nome ao evento mais emblemático que realizam - A MARCHA DAS MARGARIDAS, uma mobilização nacional que reúne em Brasília milhares de mulheres trabalhadoras rurais no dia 12 de agosto. A Marcha das Margaridas ocorreu pela primeira vez em 2000 e desde então teve outras edições em 2003, 2007, 2008 e 2009, sempre definindo uma pauta de reivindicações a serem entregues aos representantes dos poderes públicos federais. Mas as mobilizações não acontecem só em Brasília, em 2013 o MST se articulou com protestos e reivindicações em Alagoa Nova, Paraíba, para lembrar o ocorrido e cobrar das autoridades judiciais resultados concretos sobre a impunidade no assassinato de Margarida, assim como maior atenção à questão da violência no campo e outras demandas dos trabalhadores rurais.

As mulheres trabalhadoras rurais brasileiras iniciaram sua organização em movimentos sociais específicos para lutarem por seu reconhecimento como categoria social no ano de 1982 e, na medida em que se consolidavam como sujeito político, ampliando as suas ações e o seu reconhecimento público, foram se identificando como Margaridas. Nesse sentido, pode-se dizer que assim como a Margarida é uma flor, ela também simboliza a memória de uma luta, pois foi uma líder sindical que não se rendeu às ameaças dos ricos e que realizou em sua vida aquilo que pregava em seus discursos: "prefiro morrer lutando, que morrer de fome".

Apresentando-se como Margaridas, as mulheres trabalhadoras rurais constroem uma identidade própria e uma sensibilidade pública utilizando estrategicamente alguns papéis e atributos tradicionais das mulheres - fragilidade, filhos, sensibilidade, que associa a imagem da mulher a uma flor, a Margarida, que também é uma mulher forte, que deu a vida pela luta. As mulheres que seguem o exemplo de Margarida transformam o desqualificado e frágil feminino, do senso comum, em força e eficácia política percebidas na luta e nas ruas.

O assassinato de Margarida continua impune. Dos cinco acusados de serem mandantes do crime, ligados ao Grupo Várzea, apenas dois foram julgados e

absolvidos: Antônio Carlos Coutinho e José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque. Os outros mandantes: Agnaldo Veloso Borges já faleceu e os irmãos Amaro e Amauri José do Rego estão foragidos. O assassinato de Margarida Alves, permanece entre os grandes crimes de repercussão nacional e internacional impunes no país, tendo sido encaminhado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Desta feita, destacando no título da nossa tese a notoriedade de Margarida Maria Alves, buscamos prestigiar um estudo que inclua as demais Margaridas, Marias, Severinas, Josefas, entre outras anônimas que reivindicam sua cidadania na luta pela terra e por melhores condições de vida no campo.

A abordagem do nosso objeto de pesquisa parte da ideia de vislumbrar a luta pela terra como uma questão pertinentemente sociológica, porque entendemos que o cerne das relações sociais está imbuído das diferentes perspectivas/significações do que é ser homem e mulher, construídos de maneira histórica e socialmente. Estudar a inserção feminina na prática política do Movimento dos Sem Terra - MST - representa para nós uma oportunidade de descrever situações vivenciadas no campo, como uma forma de reconhecer a atuação das mulheres, às vezes invisíveis e silenciadas pelo ranço patriarcal. Queremos romper com o silêncio de homens e de muitas mulheres que reforçam práticas machistas, orientadas a desmerecer o potencial feminino e mostrar a altivez da voz feminina que brada todos os dias, que denota o posicionamento diferenciado nas mais simples situações cotidianas, das mulheres, mas que incidem de forma decisiva na orientação da vida familiar e social. Portanto, definimos como principal objetivo de nosso trabalho, compreender quais estratégias de negociações foram adotadas por algumas mulheres, militantes do MST na Paraíba, para exercer cargos de liderança e de projeção política, em um contexto de vida rural, no qual ainda se percebem marcas de certo ranço machista.

A aproximação com o universo feminino no MST teve início no Mestrado em Sociologia, na UFPB/UFCG, quando abordamos a relação entre os gêneros em suas diferentes atuações/papéis sociais num estudo de caso no assentamento José Antônio Eufrouzino. O objetivo desse estudo na época foi focalizar o trabalho da mulher, bem como algumas vertentes que a identifica com a natureza e as diferenciações socialmente construídas dos papéis sociais, no âmbito do debate sobre

as “questões de gênero” e as experiências dos assentados do Projeto de Assentamento (PA) José Antônio Eufrouzino, localizado na porção mais árida do município de Campina Grande.

Para esse segundo momento, o da nossa tese de doutorado, a escolha dessa temática partiu exatamente de algumas inquietações suscitadas na pesquisa de mestrado, as quais nos fizeram questionar a (in)visibilidade social da mulher camponesa que está imersa num contexto de conflito e disputa de poder como o do MST. Abordar uma pesquisa voltada para essa análise não é por assim dizer neutra, somos imbuídos de distintas significações que envolvem as relações de gênero, suas diferentes participações a partir de seus papéis sociais construídos historicamente, principalmente nas redes de sociabilidade vivenciadas no espaço rural. Daí a pertinência de nosso trabalho, o de apontar as objetividades/subjetividades dos atores/atrizes sociais inseridos no MST, em seus diferentes espaços de atuação, privado e público e quais são os lugares de participação política e como esses são construídos por mulheres que alcançam uma história de militância.

Além de destacar importantes elementos desse debate histórico, antropológico e sociológico, nosso estudo pretende contribuir para a compreensão dos processos de emancipação feminina, de modo a averiguar como se articulam as questões de gênero dentro do MST. Para esse fim, nossa ênfase se volta para o esforço de verificação da militância de algumas trajetórias de mulheres que se destacam no MST por suas práticas políticas, revertendo uma ordem tradicional de papéis sociais, passando de coadjuvantes a protagonistas de processos importantes de transformação social.

Muitos trabalhos têm sido produzidos na academia em torno desta temática³. Destacam-se entre eles os seguintes trabalhos: (Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST de Renata Gonçalves (2009); Além do embate o sujeito: a construção de um 'novo' homem e uma 'nova' mulher no MST, de Cezar Karpinski (2006); Mulheres em assentamentos rurais: novas identidades em construção? De Mariana Luciano Afonso e Rosemeire Aparecida Scopinho (2011); Experiências político-educativas das mulheres trabalhadoras rurais do MST E MMTR-NE no agreste pernambucano de Allany Calaça da Silva e Allene Carvalho Lage

³ Para maiores esclarecimentos visite o Portal da CAPES ou no site dos Cadernos Pagu.

(2012) e tantos outros que discutem a temática feminina no contexto do MST. Queremos contribuir com esse debate, com nossa proposta orientada a investigar quais são as estratégias de emancipação que algumas mulheres militantes no Movimento utilizaram para conquistar visibilidade e protagonismo dentro de um espaço social marcado por uma forte hegemonia masculina, por conflitos políticos e por disputas de poder.

Embora possamos destacar certa emancipação feminina no âmbito político, no mundo rural a hegemonia masculina ainda é evidente. Notamos isso nas falas e práticas de algumas militantes em distintos assentamentos localizados na Paraíba. A rigor, os papéis tradicionais, embora questionados e articulados dinamicamente, possuem um enraizamento que traz à tona um empoderamento da figura masculina, não de forma absoluta, mas com uma permanência continuada, que enfrenta certa resistência, mas que se afirma ora com muita ênfase, ora se estende de forma travestida. Em basicamente todos os assentamentos que acompanhamos através da pesquisa de campo constatamos esse leque de práticas diferenciadas entre os gêneros, onde o homem muitas vezes ganha certo destaque, inclusive reforçado pelas próprias mulheres.

Dessa forma, interessa-nos compreender o processo de construção e legitimação destes espaços: o público e o privado, que aqui são reconhecidos como espaços de socialização complexos e distintos de acordo com uma diversidade de realidades, a partir da demanda de novos sujeitos sociais em suas atuações políticas. Partimos de uma inquietação que é a de compreender o processo através do qual as mulheres que exercem atividades de liderança no MST se configuram como sujeitos políticos que atuam de maneira efetiva em espaços de participação e renovação das relações de poder.

Essa inquietação é pertinente quando constatamos que o ambiente rural brasileiro ainda evidencia um modelo de família onde a figura masculina prevalece. A imagem da mulher, por mais emancipada que esta seja, está impregnada de um ranço patriarcal e machista. Haja vista que no universo feminino tenha que se conciliar as atividades domésticas, da casa e da rua, no sentido de Da Matta(1986). A mulher é convidada a permear distintas atuações sem deixar sua obrigação tão naturalizada que é a de dona de casa e mãe. Esse debate de gênero não está cristalizado num modelo, até por que entendemos que existam relações de negociações para que a

mulher possa sair do ambiente onde tradicionalmente ela vive, do espaço doméstico, e migre para outros espaços de ações políticas e públicas. Sabemos que existem tensões na tentativa de conciliar a vida política com a vida familiar. Essas tensões que emergem no trânsito da mulher entre público e privado é um ponto central da nossa análise, dado que elas indicam que o papel de liderança política da mulher ainda não foi legitimado no contexto social do MST.

A relevância da nossa proposta de investigação está no fato de dar voz às mulheres que sendo militantes do MST, se empenham em exercer práticas de liderança política no interior de um movimento social marcado por fortes traços de dominação masculina. Na atualidade, pode-se observar que a assimetria na distribuição do exercício de poder, em alguns contextos sociais, tem alcançado certo equilíbrio. Reconhecemos que em âmbitos urbanos as mulheres têm tido visibilidade social, em decorrência de cargos e funções por elas exercidos em diversas profissões. No entanto, quando se trata da mulher camponesa observa-se que esta ganha visibilidade na luta “silenciosa” da ocupação de terras; mas seu discurso político, sua influência nas formações de bases sociais, em repassar a ideologia do movimento, assim como sua destreza em articular roça e espaços sociais, muitas vezes, têm sido esquecidas ou condenadas à invisibilidade.

Para destrinchar o trânsito da mulher da esfera da vida privada à pública, a categoria gênero é, sem dúvida, um instrumental teórico que ganha destaque dada sua complexidade e dinamismo enquanto instrumento útil para denotar a construção social do masculino e feminino, para a apreensão da dinâmica da vida coletiva seja no âmbito urbano ou rural. Qualquer análise sociológica que se prese deve contemplar uma abordagem compreensiva, no sentido weberiano, da problemática de gênero, já que essa está imbuída de significações dentro de cada sociedade. Seja nos estudos sobre infância, juventude, família, educação, religião, política, economia, a questão de gênero permeia todos os campos e espaços sociais.

Por isso, a produção científica em torno da categoria gênero na atualidade articula discussões interdisciplinares e permeia os mais diversos campos empíricos. A problemática de gênero irrompeu no campo das Ciências Sociais com bastante vigor por sua relevância nos debates que envolvem as relações de gênero enquanto cerne de compreensão do social. Segundo Grossi (s/d) os estudos de gênero são uma das

consequências das lutas libertárias dos anos de 1960, mas particularmente dos movimentos sociais de 1968, entre eles: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os black panthers, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil. Todos esses movimentos lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária, e é justamente no bojo destes movimentos "libertários" que vamos identificar um momento-chave para o surgimento da problemática de gênero, quando as mulheres que deles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário. Raramente elas eram chamadas a assumir funções de liderança política. Quando se tratava de falar em público ou de se escolher alguém como representante do grupo, elas sempre eram esquecidas, e cabia-lhes, em geral, o papel de secretárias e de ajudantes de tarefas consideradas menos nobres, como fazer faixas ou panfletar. Essa desigualdade está presente em muitos aspectos da vida social, no sentido de que as mulheres se encontram em situação de desvantagem em relação aos homens, seja na remuneração salarial, nas atividades domésticas, nos protagonismos religiosos e políticos.

Nesse sentido, no âmbito rural, foi na década de 1960 que o tema das relações de gênero passa a ser de análise acadêmica, considerando o papel da mulher numa perspectiva vitimizada pela cultura patriarcal. Depois de analisar a dinâmica das interações sociais no contexto rural brasileiro, conclui-se que este tem sido historicamente considerado como o local do familismo, da proximidade social entre iguais e da dependência pessoal do subordinado em relação ao patriarca. O papel social do patriarca, segundo Freyre (1968), pode ser sintetizado no conceito de patriarcalismo. Entende-se por patriarcado um sistema social de relações de gênero no qual existe desigualdade entre estes⁴, no qual há um predomínio da figura masculina nos diversos espaços sociais. Para Freyre (1968), "O patriarcal tende a se prolongar no paternal, no paternalista, no culto sentimental ou místico do Pai ainda identificado, entre nós, com imagens de homem protetor, de homem providencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade". Segundo o mencionado autor, o

⁴ Para maiores esclarecimentos ver WALBY, Sylvia. Patriarcado. In: SCOTT, John (Org.) Sociologia: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

poder tutelar ou as formas de exercício do poder patriarcal seria uma herança das práticas sociais do Brasil rural que mesmo com a urbanização do país ainda se perpetuam. Sabe-se que o processo de urbanização trouxe consigo uma série de mudanças culturais.

A oferta de espaços de educação e lazer, a ampliação do mercado de trabalho, a ampla difusão dos meios de comunicação, sem dúvida, afetou a incorporação e a prática de papéis sociais. No caso do patriarcado, pode-se dizer que este deixou de ser explícito, mas que silenciosamente continua presente em praticamente todas as formas de interação social. Efeitos dessa presença podem ser observados nas práticas de organizações e instituições, nas disparidades das relações trabalhistas, nas matrizes da fala, nas práticas rituais nas religiões, nas formas de exercer a sexualidade e em tantas outras ações executadas por homens e mulheres que, embora partilhando a mesma condição humana, são percebidos como diferentes em suas funções sociais. Muitas dessas relações em que prevalecem os mandos e os desmandos parece ainda serem naturalmente aceitas e justificadas.

Segundo Bourdieu (1998), a dominação masculina está tão arraigada em nosso inconsciente que quase não a percebemos mais, assim, torna-se indispensável destruir as evidências e explorar as estruturas simbólicas do inconsciente androcêntrico que sobrevive nos homens e nas mulheres. Quais são os mecanismos e as instituições que realizam o trabalho de reprodução do “eterno masculino”? É possível neutralizá-los para liberar as forças de transformação que eles conseguem obstruir? Bourdieu diz que sempre viu na dominação masculina, e na maneira pela qual ela é imposta e suportada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, efeito do que chama de violência simbólica, violência doce, insensível, invisível para suas vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento – ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Isso se compreende, na visão bourdieusiana, a partir da conceituação expressiva de *paradoxo da doxa*, que seria o acordo fundamental que serve de base para toda a compreensão da ordem social. Evidentemente, a *doxa* não corresponde à realidade em si, mas é a visão da realidade elaborada pelo discurso dominante, representada em enunciados performativos pelos agentes socialmente reconhecidos

como legítimos, os quais têm sua autoridade assegurada pelo reconhecimento do grupo (crença) em virtude do capital simbólico e, portanto, da distinção que esses agentes detêm diante de outros indivíduos. Esta revolução no conhecimento provocaria uma revolução sem consequências na prática, e em particular na concepção das estratégias destinadas a transformar o estado atual do relacionamento de força material e simbólica entre os sexos.

É aqui que se faz necessário enfrentar um novo paradoxo para criar uma revolução completa na maneira de abordar o que se queria estudar sobre a “história das mulheres”: as invariantes que, além de todas as mudanças visíveis da condição feminina, se observam nos relatórios de dominação entre os sexos, não as obrigam a privilegiar os mecanismos e as instituições históricas que, no decorrer da história, não pararam de retirar essas invariantes da história? Mas será que esta função quase analítica da etnografia que desnaturaliza ao situar historicamente o que surge como o mais natural na ordem social – a divisão entre os sexos – não corre o risco de colocar em evidência circunstâncias e invariantes que estão baseadas no princípio de sua eficácia sócio-analítica e, assim, eternizar uma representação conservadora da relação entre os sexos, à mesma que resume o mito do “eterno feminino”?

Para esses casos trata-se antes de tudo de restituir à *doxa* seu caráter paradoxal, e ao mesmo tempo desarmar os mecanismos responsáveis pela transformação da história *in natura*, do arbitrário cultural em natural. Para conseguirmos nos apropriar de nosso próprio universo e de nossa própria visão de mundo, é fundamental o ponto de vista do antropólogo, capaz de devolver ao mesmo tempo o princípio de visão e de divisão (*nomos*) que fundamenta a diferença entre o masculino e o feminino como nós a (des)conhecemos, seu caráter arbitrário, contingente e, também, simultaneamente, sua necessidade de análise sociológica (BOURDIEU, 1998).

Por tudo isso, cabe às Ciências Sociais uma proposta de investigação mais acurada que discuta os impasses construídos histórica e socialmente a respeito das diferentes conotações do que venha a ser homem e mulher. A tradição sociológica nos lembra que a sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação e que essa ação recíproca permite que os indivíduos criem ou constituam espaços sociais diferenciados ou, nas palavras de Bourdieu, *campos sociais*

específicos. Essa é a matriz teórica que baliza o nosso trabalho, a noção de campo está atrelada a imersão dos gêneros no espaço macrosocial com ranço patriarcal e machista, reforçado por homens e mulheres, e ao mesmo tempo, influenciados por *habitus* em construções contínuas como, por exemplo, os distintos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres em cada contexto social.

Os *campos*, segundo Bourdieu, têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. Eles são definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. *Os campos* se caracterizam por espaços sociais, mais ou menos restritos, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias ações. Dialeticamente, esses espaços, ou estruturas, trazem em seu bojo uma dinâmica determinada e determinante, na mesma medida em que sofrem influências – e, portanto, modificações – de seus atores. Devendo ser entendidos relacionalmente no conjunto social, diferentes *campos* relacionam-se entre si originando espaços sociais mais abrangentes, conexos, estruturantes e estruturados ao mesmo tempo.

Um *campo* pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições dos agentes sociais. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no *campo* e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições, sejam elas de dominação, subordinação ou de homologia.

Desta maneira, um espaço social conceituado como *campo* se apresenta à apreensão sincrônica como um espaço estruturado de posições “cuja propriedade dependem das posições (ocupadas pelos agentes) nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983).

Um *campo* é concebido, assim, como um espaço social multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, disputam troféus ou recompensas específicas, mas que não dispõem dos mesmos recursos e

competências para alcançá-las. É um espaço de disputa entre dominantes e dominados. Desta forma pode-se dizer que a estrutura do *campo* é um *estado* da relação de força entre os agentes engajados na luta.

Em consequência disso, o conceito de *campo* nos autoriza a pensar o espaço social dentro da lógica sistêmica: como um conjunto organizado, onde as posições se definem umas em relação às outras (BARROS, 2003). Assim nos permite corrigir uma leitura nominalista e essencialista que venha a tomar uma posição na escala social (um papel, um posto, uma função, um cargo etc.) em si mesma, “independentes das posições que lhe são complementares e que definem reflexivamente seus limites no espaço”.

Neste sentido, compreende-se que a estrutura do *campo* (as posições de dominados e dominantes) antecede os agentes que fazem parte do campo.

As posições que marcam qualquer campo se definem em relação a critérios. Verdadeiros eixos que estruturam o espaço, permitindo que um ocupante realmente possa existir em relação a alguma coisa. Desta forma, falar de um campo é mais do que descrever as posições ocupadas e as lutas e estratégias de conservação ou de subversão do atual estado da relação de forças. É analisar em que medida estes eixos de estruturação foram definidos e redefinidos como tais ao longo da história específica do campo (BARROS, 2003, p. 113).

Assim, as propriedades dos ocupantes dependem da posição ocupada e podem, portanto, serem analisadas independentemente das características dos ocupantes.

[...] Os agentes e os grupos de agentes são assim definidos por suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está situado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas (isto é, numa região determinada do espaço) e não pode ocupar realmente, mesmo que seja possível fazê-lo em pensamento, duas regiões opostas do espaço [...] Pode-se descrever o espaço social como um espaço multidimensional de posições tal que toda posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas, cujos valores correspondem aos valores de diferentes variáveis pertinentes (BOURDIEU, 1983).

Portanto, o espaço social é determinante para a compreensão das motivações de comportamento dos indivíduos, pois inseridos em determinados *campos*, em

decorrência do fluxo de interações mútuas, são esses atores os que constituem sua própria realidade social. Sem dúvida, os atores sociais que constituem determinados campos entram em lutas e relações diversas visando impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar. Essa adequação se articula via incorporação de valores, modos de viver e formas específicas de pensar, sentir e agir, que se refletem por aquelas manifestações humanas que aqui denominamos como *habitus*.

Segundo Bourdieu (1999) *habitus* é uma forma de disposição à determinada prática de grupo ou classe, ou seja, é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que geram estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social dos papéis-chaves convencionados socialmente dentro dos diferentes espaços como o público e o privado, o urbano e o rural, o masculino e o feminino. Para ele, as diferentes posições que ocupamos na sociedade equivalem aos nossos diferentes estilos de vida. Nossas práticas e nossas propriedades, no amplo sentido dos termos, são expressões organizadas e integradas das nossas condições de existência, ou estilos de vida, porque são resultados do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de tendências duráveis e ultrapassáveis que exprime, sob a forma de preferências, as necessidades objetivas das quais ele é produto⁵. A partir desse conceito, Costa (2011) diz que os atores sociais funcionam de acordo com uma determinada lógica inerente ao ser de cada um. Com isso, me parece, que ele não nos autoriza uma total previsibilidade da ação, mas impõe limites dentro dos quais os indivíduos expressam-se a si mesmos, quais sejam, suas condições objetivas. Nossas condições objetivas são princípios geradores, éticos e estéticos, que correspondem às nossas preferências, em sentido simbólico. O *habitus* é o princípio unificador e gerador de cada prática. E, a partir de uma única prática, é possível observar o seu princípio gerador. No caso, o *habitus* orienta nossa posição no espaço social e determina o conjunto das nossas preferências, linguísticas, corporais, estéticas de maneira geral. O *habitus* possibilita a sintonia entre a execução das ações humanas e o campo social no qual o indivíduo age. Assim, é possível perceber como ocorre a distribuição de

⁵ Disponível em: <http://lentes-silenciosas.blogspot.com.br/2011/09/gostos-de-classe-e-estilos-de-vida.html>. COSTA, Julie. O conceito de *habitus* em Bourdieu

papéis sociais conforme sejam percebidos cada um dos sexos em um determinado campo social. Na concepção bourdieusiana a distribuição dos papéis sociais, que colocam à mulher em desvantagem em relação aos homens, só é possível numa sociedade que é regida de cima a baixo segundo o princípio androcêntrico. Existe uma relação de forças material e simbólica entre os sexos, fala-se de uma socialização do biológico e de uma biologização do social. O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Cabe aos homens situados ao lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídas todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhe são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde, com o leite, a madeira e, sobretudo os mais sujos, monótonos e mais humildes (BOURDIEU, 1999).

Para o autor, cada simples escolha exprime as diferenças sociais mais fundamentais, tanto quanto as exprimiria um sistema complexo e refinado. Será que essa visão, mesmo que dê certa margem de proatividade ao indivíduo, não automatizaria por demais a sua ação? Talvez nos assuste o fato de estarmos mais engrenados, atrelados à nossa estrutura social do que poderíamos pensar a princípio.

Além de Bourdieu (1983, 1989, 1999), temos como referência a contribuição histórico-sociológica de autores como Barbieri (1993), Bruschini e Pinto (2001), Cebotarev(1997), Fonseca (1996), Franco e Thomaz Junior, (2002), Rosaldo(1994), Scott, (1986), Strauss (1999), entre outros, assumimos o desafio de analisar sociologicamente o processo através do qual se estruturam as relações entre os gêneros no processo de militância política feminina nos assentamentos rurais, vinculados ao MST.

Para uma correta observação do nosso objeto de estudo, além do referencial teórico, consideramos fundamental a demarcação dos procedimentos metodológicos orientados à coleta e sistematização dos dados empíricos. Dado que nosso olhar

analítico está voltado ao mundo das mulheres que conquistaram posições de liderança política no MST, entendemos que nosso estudo requer o uso do método qualitativo. Nossa escolha metodológica se justifica porque a pesquisa qualitativa é uma atividade que localiza o observador como fazendo parte do mundo que se pretende analisar. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade a um determinado fenômeno social. Essas práticas transformam esse fenômeno em uma série de representações. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos incluindo as notas de campo, as conversas, as fotografias, as gravações, os lembretes, estudos de caso, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevistas, textos e produções culturais, textos observacionais, históricos, interativos e visuais, que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo social (DENZIN e LINCOLN, 2006).

Segundo Denzin e Lincoln (2006), o pesquisador, que opta por uma abordagem qualitativa, é como um indivíduo que confecciona colchas, ou como um produtor de filmes, que reúne imagens transformando-as em montagens. Ele costura, edita e reúne pedaços da realidade, um processo que gera uma unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativa. Para atingir esse objetivo, segundo Moreira (2002) a pesquisa qualitativa inclui: 1) A interpretação como foco. Nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes; 2) A subjetividade é enfatizada. Assim, o foco de interesse é a perspectiva dos informantes; 3) A flexibilidade na conduta do estudo. Não há uma definição a priori das situações; 4) O interesse é no processo e não no resultado. Segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise; 5) O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência; e 6) O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa.

Tendo como foco de análise o processo de inserção de algumas mulheres militantes do MST em práticas de liderança política, optamos por uma metodologia de ordem qualitativa, acreditando que essa nos permita captar uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um

universo de significados, crenças, valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES SF, CRUZ NETO O, GOMES R, MINAYO MCS, 1994).

A preocupação da pesquisa qualitativa é a de retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando o problema em seu aspecto total. O pesquisador usa uma variedade de fontes para coleta de dados que são colhidos em vários momentos da pesquisa e em situações diversas, com diferentes tipos de sujeito.

De toda forma, estamos cientes de que toda pesquisa científica exige que tenhamos um arcabouço teórico que possa ser utilizado, mas que no andamento da pesquisa se renove com novas ideias. No nosso caso, embora nosso foco esteja apontado para a análise da atuação feminina, em alguns momentos temos também que compreendermos como se arranjam as relações entre os gêneros em ambos os espaços sociais, doméstico e público.

Para realizar nossa pesquisa, selecionamos um quadro que julgamos ser representativo dos sujeitos militantes dirigentes no MST no Estado da Paraíba. Objetivamos com esse trabalho 'desnaturalizar' qualquer visão que implique numa relação da mulher vinculada à passividade, subordinação, fragilidade, sensibilidade e vitimização da dominação masculina. Nos propomos a questionar abordagens reducionistas sobre a mulher, procurando ressaltar justamente seu poder militante e sua influência em todo o processo da vida cotidiana, seja na família, no assentamento ou fora dele.

Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, adotamos algumas técnicas de coleta de dados que nos permitam apreender manifestações fundamentais, informações importantes, para compreensão do processo através do qual algumas mulheres camponesas, que pela força do saber tradicional-patriarcal (e que vivem vinculadas em diferentes realidades dentro da vida privada) trafegam pela esfera da vida pública mediante o exercício de liderança política.

Entre as técnicas de coleta de dados empíricos que utilizamos na execução de nossa pesquisa, destacam-se as seguintes: pesquisas bibliográficas, a observação

direta e participativa, uma pesquisa documental, entrevistas gravadas e semiestruturadas e a história de vida.

Num primeiro momento realizamos uma revisão bibliográfica voltada ao protagonismo feminino no exercício da liderança política em contextos rurais. Essas leituras foram úteis para compreender as diferentes perspectivas teóricas existentes, a partir das contribuições de vários autores e autoras. A pesquisa bibliográfica consiste numa espécie de “varredura” do que existe teoricamente abordado por especialistas num assunto, passando por vários processos desde a delimitação, seleção e apropriação de teorias, conceitos e perspectivas variadas, de modo a validar cientificamente nossa proposta de trabalho e respaldá-la dentro de um arcabouço teórico bem delimitado.

Nas experiências de observação *in loco* utilizamos a técnica da observação direta, operacionalizada com folhas de anotações, câmera fotográfica e gravador digital para uma apuração de ambientes que se diferenciam dentro das regiões que compreendem cada assentamento. Constatamos que existem especificidades no que diz respeito a questões geográficas e sociais, que servem como base para a compreensão dos arranjos que permeiam e promovem as relações de gênero. A observação é uma ferramenta que embora seja subjetiva, também pode ser objetivada a partir da apreensão do “não dito” imerso no universo das militantes investigadas e ainda serve para visualizarmos de perto as vivências cotidianas dos assentados e assentadas, a partir da organização sócio espacial das famílias e das diferenciações de poder entre os gêneros (incluindo participação em reuniões, visitas às famílias tanto em suas atuações domésticas, como em suas atividades de trabalho comunitário, entre outros).

A pesquisa documental contribuiu com informações bastante pertinentes. Através dela tivemos contato com fontes diversificadas sobre a atuação do MST no Estado da Paraíba, com números de assentamentos, divisões por áreas geográficas, enfim para mapear um pouco da realidade qualitativa que está sendo investigada, enfim, sobre dados contextuais e variáveis secundárias que não nos interessam diretamente, mas que contribuem para uma compreensão da realidade de nossa pesquisa, tais como estado civil das mulheres, número de filhos, grau de escolaridade, etc. Esse levantamento de dados foi feito com base nos informes das mulheres

quando coletamos nossos dados mediante as entrevistas semiestruturadas e abertas sobre as atuações femininas das principais lideranças no MST. Essas entrevistas foram gravadas e com questões abertas para captarmos os discursos, buscando analisar as diferentes atividades, responsabilidades em relação a implementação da proposta do MST e sua participação efetivamente política nos dois espaços: privado e público.

Para complementar nossa pesquisa de cunho qualitativo, realizamos também a técnica de história de vida com uma das principais militantes do MST na Paraíba, a dirigente coordenadora do Movimento Estadual para captarmos sua trajetória e suas diferentes contribuições não só no MST, mas como articuladora com outros movimentos sociais no campo. Uma militante com uma trajetória de vida, com participação intensa a nível nacional e que agora atua a nível mais estadual. Nesse sentido, nossa escolha foi aleatória a fatores geográficos, nós acompanhamos oito mulheres e um homem, já que nosso foco de investigação se voltou para as principais militantes e suas contribuições tais como a coordenadora estadual do coletivo de gênero, algumas militantes que atuam na chamada “formação de base” do movimento, especialmente com jovens e mulheres, de modo a discutir a inserção destes, bem como de mulheres que coordenam os diversos setores com atuações políticas dentro do MST na Paraíba.

A história de vida é uma das modalidades de estudo em abordagem qualitativa. Busca realizar um estudo aprofundado da vida de um indivíduo ou grupos de indivíduos. Segundo Glat (1989) a história de vida objetiva apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio ator. Por meio do relato de Histórias de Vida individuais, podemos caracterizar a prática social de um grupo. Assim, “toda entrevista individual traz à luz direta ou indiretamente uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence. Dessa forma, o método de história de vida, portanto, procura apreender os elementos gerais contidos nas entrevistas das pessoas, não objetivando, contudo, analisar suas particularidades históricas ou psicodinâmicas”. Nesse sentido, histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte.

Para Bertaux (1989) uma narrativa tem uma função descritiva e avaliadora, pois, quando relatamos um fato, na verdade, estamos tendo oportunidade de refletir sobre aquele momento, uma vez que “o sujeito não relata simplesmente sua vida, ele reflete sobre ela enquanto conta”. Nessa abordagem, o pesquisador respeita a opinião do sujeito e acredita no que diz. Dessa forma, quem faz a avaliação não é o pesquisador, e sim o sujeito (...) o pesquisador e o sujeito se completam e modificam mutuamente em uma relação dinâmica e dialética.

Segundo Brioschi (1987) o método de História de Vida ressalta o momento histórico vivido pelo sujeito. Assim esse método é necessariamente histórico (a temporalidade contida no relato individual remete ao tempo histórico), dinâmico (apreende as estruturas de relações sociais e os processos de mudança) e dialético (teoria e prática são constantemente colocadas em confronto durante a investigação). Destarte, possibilita o estudo sobre a vida das pessoas, penetrar em sua trajetória histórica e compreender a dinâmica das relações que estabelece ao longo de sua existência. D’Epinay (1983) diz que nosso cotidiano é repleto de significações: é um conjunto de situações vivenciadas no dia-a-dia, percebidas individualmente e renovando-se a cada instante. A vida cotidiana é caracterizada como o lugar das negociações do acontecimento pelos seres humanos e, ainda, como o lugar de disposição da existência pela construção sempre renovada da interface da natureza e da cultura.

Finalmente, buscamos montar um acervo fotográfico para demonstrarmos as trajetórias e a visibilidade da atuação feminina na organização geral do assentamento. Por questões diversas, principalmente por medo de represaria encontramos considerável resistência para fotografarmos algumas mulheres que compõem nossa amostra, mas após algumas negociações, conseguimos convencê-las a “aparecer” e demarcar sua figura de luta e resistência no processo de conquista e manutenção da/na terra.

É importante enfatizar que qualquer instrumento metodológico não consiste em um fim em si mesmo, mas adquire sentido dentro do processo amplo de construção de conhecimento. Portanto, pretende-se enfatizar o quanto à construção metodológica está intrinsecamente relacionada a certos pressupostos epistemológicos e teóricos,

aos objetivos do pesquisador, bem como às características dos fenômenos estudados (GONZÁLEZ, 1999).

Essas indicações de procedimentos metodológicos não estiveram herméticas, mas apontaram para novas reelaborações e readequações para que pudéssemos atender as demandas do percurso de nossa pesquisa.

Então, estudar sobre o lugar da mulher num contexto com especificidades tão dinâmicas como as que envolvem sua atuação dentro e fora dos assentamentos rurais é uma atividade desafiadora. Requer um recorte bem detalhado para compreensão desse emaranhado de papéis desempenhados por essas mulheres, que se tornam protagonistas e ora coadjuvantes na vivência cotidiana do campesinato na Paraíba.

Estruturalmente nosso trabalho está subdividido em quatro seções, na primeira, discorreremos sobre a participação feminina na luta pela terra, bem como os impasses em torno de sua (in)visibilidade política e social.

Na segunda, enfatizamos questões acerca de como a identidade feminina camponesa é pensada e construída pelas próprias mulheres do MST. Que concepções elas têm de si, quais são as principais influências do Movimento para essa percepção do que é ser mulher do campo e que tipos de negociações são feitas para que essas possam atuar como militantes no trânsito dos espaços doméstico e público, dentro e fora dos assentamentos.

Na terceira, abordamos como o MST influencia na forma como as mulheres sentem sua participação e como o Movimento a concebe ideologicamente, na proposta de criação do setor de gênero. Esse debate é relevante já que destaca a organização do Movimento e sua política sobre a questão de gênero, buscando avaliar a efetividade de sua contribuição quanto a militância e liderança feminina no MST.

Por fim, na última seção ressaltamos as atuações femininas no MST, balizadas em ações de resistências e enfrentamentos buscando destacar conquistas, limitações e reivindicações do Movimento na Paraíba.

2 SUPERANDO BARREIRAS E TRANSPONDO LIMITES: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS LUTAS PELA TERRA

Embora as dinâmicas sociais dos espaços urbano e rural sejam diferentes, podemos destacar as mudanças no campo no que se refere aos comportamentos de homens e mulheres na tentativa de inserção destas como sujeitos sociais reconhecidamente diferentes, porém com igualdades de direitos. Assim, abrem-se portas para tentativas de romper com a tradição patriarcal que assegura à mulher um lugar de coadjuvante e garantir à mesma a possibilidade de ter protagonismo e visibilidade política e social.

A inserção das mulheres no campo político como são os sindicatos, as associações, os movimentos sociais e os partidos políticos tem possibilitado um aprendizado coletivo. Para Pierre Bourdieu (1983), o campo político é entendido como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento. A participação das trabalhadoras em movimentos sociais funciona como espaço de aprendizagem do jogo político, e a assimilação vai se dando no próprio exercício da luta, participando, discutindo, negociando (BOURDIEU, 1989).

Ao ingressar em um determinado movimento social, as mulheres criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporcione também repensar seu cotidiano. A participação em movimentos sociais incentiva as mulheres mais atuantes a romper com a rígida divisão de papéis sociais preestabelecidos. Nesses contextos, o lugar da mulher já é predeterminado. As funções das mulheres são específicas: na família, no trabalho e no campo político. Os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder criam e recriam novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder instituído e é obvio que eles não se isentam de manter de forma acentuada as posições tradicionais de desigualdades de gênero. Prova disso são as observações que temos sobre a notoriedade que algumas mulheres têm enquanto militantes do MST e que se voltam para representar politicamente interesses de sua comunidade, assentamento, em nome de causas distintas como o direito à terra, a água, saúde e

educação, não somente para o benefício pessoal, mas, coletivo. Essa constatação é feita por que na realidade temos visto as mulheres se articulando dentro do movimento para expandir uma bandeira de luta que não se remete só a um debate da equidade de gênero, mas muito mais, a uma proposta de acessibilidade, permanência e convivência na terra, mesmo com as limitações geográficas, econômicas e sociais.

Nesse sentido, segundo Sales (2007), a participação das mulheres nos movimentos sociais significa para elas vivenciar experiências de luta, de contestação dos dispositivos de poder que organizam saberes dominantes. Essa participação não deixa de ser uma possibilidade de escapar do controle familiar e de vivenciar outros códigos que denotam formas de vida diferenciadas, marcadas por certa igualdade entre homens e mulheres. A partir do envolvimento em movimentos sociais as mulheres se sentem fortalecidas e começam a produzir processos de reação à dominação masculina, passam a reconhecer que possuem um capital simbólico suficiente para formar um grupo de produção, ter uma renda. Para Bourdieu, o poder simbólico é uma construção da realidade que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica e só se exerce se for reconhecido. Assim, ele é aceito por todos como ingrediente natural da estrutura social. Desse capital simbólico deriva um poder simbólico que é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita. Isso resulta que na prática, depois de experimentar uma atividade produtiva rentável, as mulheres não são as mesmas, já não se sentem tão prisioneiras, estão mais abertas às múltiplas possibilidades que o mundo lhes oferece. Elas sonham com liberdade e, assim, contagiam outras mulheres, afetando e sendo afetadas por esse sonho. Então, o sonho de ter uma horta comunitária para comercialização de produtos orgânicos nas feiras, a ideia de ganhar dinheiro com a criação de frangos, a de produzir tapetes (como exemplo as máquinas obtidas por recursos destinados à fomentação e produção de tapetes das mulheres do assentamento José Antônio Eufrouzino) e artesanatos também para comercialização são iniciativas desenvolvidas nos assentamentos que demonstram a vontade de ganhar visibilidade econômica e social.

É desse modo, que a participação política é um aprendizado coletivo que se redefine no interior dos próprios movimentos, que vem sendo desenvolvida por mulheres na ânsia de trazer à tona debates sobre as questões básicas de inserção pela/na terra. Em nossa pesquisa, a partir de nossas observações e entrevistas,

verificamos nos discursos das mulheres uma preocupação em lidar com os desafios da vida rural no assentamento, desde a alimentação, a sustentabilidade, o trabalho, o cuidado com a casa, a roça, a educação e a reafirmação do sentido de ser trabalhadora rural.

Nesse sentido, a contestação da expansão da participação feminina nas disputas entre os espaços sociais é evidente. No Nordeste, o movimento de mulheres rurais cresceu e acolheu multiplicidades de ideias expressas nos grupos organizados, entre eles o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR) e o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (SALES,2007). Essa diversidade de movimentos, cada qual com sua bandeira, da conta da expressividade da expansão feminina. Embora nosso recorte seja sobre o último, reconhecemos as proximidades teóricas e práticas das mulheres que se enquadram nesses movimentos. No caso do MST, a questão de gênero está inserida na agenda de debates no seio do movimento. O MST tem também incorporado a discussão sobre as desigualdades de gênero na sua plataforma de luta. Por volta de 1997, o Movimento inclui em seus cursos de formação política os estudos de gênero. Esses estudos sobre as relações de gênero indicam como meta a construção de um 'novo' homem e de uma 'nova' mulher, voltados para uma conscientização de responsabilização de ambos para as atividades nos espaços privado e público. O movimento apregoa uma proposta de equidade na militância política e na construção de novos sujeitos não condicionados por seus papéis sociais tradicionais de mulher no espaço doméstico e homem no espaço público. Essa discussão é efetivada na prática pelo MST quando, em 1999, foram aprovadas as linhas de discussão sobre classe e gênero. Nesse debate são priorizadas a participação e a organização das mulheres na produção agrícola e na política. Para fortalecer essa iniciativa foi efetivada como meta a criação de coletivos de gênero em todos os níveis da organização. A criação desses coletivos propiciou o encontro de lideranças e a condução de debate sobre as dificuldades específicas das mulheres trabalhadoras rurais que impedem o acesso delas aos diversos campos de decisão nos sindicatos, assentamentos e comunidades rurais.

A discussão em torno das interações sociais desde a perspectiva de gênero dentro do MST⁶ surgiu a partir de uma preocupação que despontou dentro da organização. Nesse processo se destaca a criação dos coletivos de gênero, aproximadamente após 1986, em razão de que a participação das mulheres nos cargos de direção e outras atividades orientadas ao exercício de liderança eram reduzidas e o preconceito contra as mulheres era muito visível, dado que elas sofriam com uma carga de formação conservadora em termos de costumes e cultura. Percebemos assim, que as reflexões sobre o que é construído socialmente como gênero, originando dessa forma os papéis específicos de homens e mulheres, e as relações de poder oriundas deste processo, na atualidade, não são alheias à agenda de debates no interior do MST.

Além dos coletivos de gênero, identificamos como outro espaço de participação os eventos políticos organizados pelo MST e pelo movimento sindical, como, por exemplo, os acampamentos, seminários, marchas e atos públicos no Dia Internacional da Mulher. Com a marcha do ano 2000, as trabalhadoras conseguiram que os contratos e os títulos de terras da reforma agrária fossem concedidos em nome do homem e da mulher. A Marcha das Margaridas em 2003 reivindica o acesso à terra, além de um salário mínimo digno, saúde, com assistência integral à mulher do campo, e o fim da impunidade e da violência de gênero.

Desta forma, líderes do MST, sentiram a necessidade de introduzir essa discussão, com a finalidade de promover uma transformação nas relações de gênero, ou seja, a construção de relações mais igualitárias de participação da mulher na condução do movimento. E ainda dar margem a uma maior vinculação da mulher às ações promovidas pelo MST e à sua própria inserção nas estruturas produtivas e organizativas. A inclusão dos debates sobre gênero na agenda do MST não ocorreu de forma pacífica. Em princípio, as discussões de gênero eram consideradas algumas vezes como perda de tempo, ou assunto secundário dentro da pauta de discussões levadas a cabo pelo MST. No entanto, é possível detectar os avanços que surgiram da introdução desta discussão. Os Coletivos de Gênero, fruto da introdução dessa discussão, organizados dentro dos Estados e articulados em nível regional, vêm constituindo avanços no que tange ao desenvolvimento dessas propostas de

⁶ Fonte: www.mst.org.br/setores/genero

equidade de direitos. Um dos principais entraves colocados pelas militantes, como sendo responsável por suas possíveis dificuldades de inserção e visibilidade se dá pelo fato das mulheres terem uma tripla jornada de trabalho e ainda o cuidado com os filhos. A primeira jornada, se refere as atividades domésticas; a segunda constituída pelo trabalho na lavoura e a terceira jornada no caso das mulheres militantes, com as exigências do trabalho político. Nesse contexto de responsabilidades e preconceito, a mulher ficava quase impedida de participar de eventos, reuniões e demais atos promovidos não somente pelo coletivo, mas pelo movimento como um todo. Por isso mais tarde o que vem a ser o setor de gênero prioriza a criação de cirandas para as crianças, já que estas também geram limitações quanto à efetividade da participação das mulheres, juntamente com os demais afazeres (MENDES, 2002).

2.1 Mulheres, militância e construção de novos espaços sociais

Célia Regina Pinto (1992), em seu trabalho *Movimentos Sociais: espaços privilegiados*, a mulher enquanto sujeito político, afirma que esta, quando se insere nos movimentos sociais gera três situações. Em primeiro lugar, a mulher deixa de atuar nos limites do privado e faz com que se estabeleçam novas relações no interior da família e com a vizinhança e amigos. Em segundo lugar, a mulher passa a articular, no interior do movimento, lutas diferenciadas em relação aos seus companheiros homens. Uma terceira situação seria a referente àquelas mulheres organizadas em torno de aspectos tradicionalmente femininos que passam a questionar a própria condição de mulher.

A primeira das situações é generalizada nos territórios da luta. A participação da mulher trabalhadora implica uma ruptura com a sua invisibilidade pública. A ruptura que isto supõe é feita sob tensões no seio familiar. A decisão de participar, quando se realiza de forma autônoma, é usualmente acompanhada da resistência de pais, mães, familiares, mas, principalmente, dos esposos ou companheiros. Esta resistência é muito maior no assentamento, onde a assimetria na distribuição de funções sociais de gênero é mais nítida. A carência de poder da mulher na tomada de decisão que afeta o casal é visível, através de múltiplos depoimentos das mulheres trabalhadoras

militantes. O grande limite para a participação efetiva da mulher na vida pública, associativa e comunitária, é em grande maioria, parte da proibição explícita dos companheiros (FONSECA, 1996; FRANCO E THOMAZ JUNIOR, 2002). A exemplo disso, durante uma das entrevistas realizadas com uma militante, por sinal a que tem maior representatividade estadual e nacional no MST, tivemos um depoimento dela, que é mãe solteira, dizendo que o seu ex companheiro, o pai de sua filha, a deixou por causa de sua missão itinerante no movimento e preferiu ficar com outra mulher porque esta poderia lhe dar toda assistência que uma 'boa esposa' deve dar: o cumprimento de seus afazeres domésticos, de sua alimentação, o cuidado com sua roupa, e uma vida mais tranquila, sem viagens e sem se expor nos conflitos.

Nesse sentido, constatamos uma diversidade de situações que colocam as mulheres no desafio de enfrentar diferentes comportamentos frente a seus esposos ou companheiros. A opinião e a permissão desses têm uma grande representatividade para algumas mulheres, enquanto que para outras elas se tornam apenas os primeiros obstáculos a serem vencidos. O desenvolvimento da dimensão pública na vida das mulheres militantes pressupõe, além de novos saberes, novas informações que redefinem as relações de poder a nível privado. O embrião dessas mudanças é a nova divisão de tarefas que se realiza no lote, a saber, a divisão das tarefas domésticas, familiares e políticas: a responsabilização compartilhada pelo cuidado da casa, da roça, da criação e dos filhos por parte do homem e a participação da mulher nas decisões políticas dentro do assentamento.

Todavia, longe da equidade de gênero na participação no trabalho produtivo, uma das respostas da inserção das assentadas e acampadas nas organizações de mulheres é que elas constituem os canais para repensar a sua condição no seio familiar valorizando o seu papel social.

Algumas mulheres que militam atualmente no MST realizam uma luta pela terra e a luta pela construção de novas relações de gênero. As diferenças nessas relações existem dentro do MST, e a formação de um coletivo veio justamente como um espaço onde se possa discutir, avaliar e elencar propostas e ações cujo objetivo é a formação e conscientização de homens e mulheres. No entanto, o machismo, ideologia que defende a supremacia do macho, atitude de dominação do homem em relação à mulher baseada na não aceitação da igualdade de direitos, que atinge algumas

mulheres, as deixam numa posição de submissão e incapacidade quanto ao potencial militante para os diversos desenvolvimentos das atividades das esferas produtivas e organizativas do assentamento (RUA; ABRAMOVAY, 2000).

Esse envolvimento crescente das mulheres revela que já existe uma alteração significativa nas atitudes tanto de homens como de mulheres frente a vários preconceitos sexistas, não apenas sobre a mulher, mas também sobre o homem. Embora essas transformações não tenham atingido o nível desejado, elas têm chamado a atenção para perceber o lugar da mulher na dinâmica da vida coletiva. Nem o campo e nem o MST tem-se mostrado imunes a estas transformações. Contudo, algumas lideranças do MST têm manifestado que é necessário continuar implementando estratégias que estimulem e facilitem essas transformações começadas. Os coletivos de gênero, durante todo o seu processo de estruturação, foram responsáveis pela inserção das questões acerca das relações de gênero no MST, e certamente desencadearam uma discussão que tem avançado. A reestruturação que se iniciou com a formação de um Setor de Gênero, dentro do Movimento permite avançar os trabalhos de debate e desenvolver projetos que contemplam a base social do MST e são executáveis no cotidiano dos assentamentos e acampamentos⁷.

Apesar de estar iniciando a discussão acerca da participação da mulher no processo de luta, acredita-se que a experiência organizativa da luta pela terra além de redefinir o papel de mulheres e homens, está também modificando a vivência do cotidiano desses sujeitos, assim como fortalecendo o significado da luta. Enfim, o setor de gênero do MST vem através da inserção da mulher na luta política, desencadeando uma série de transformações que cooperam para a busca da "emancipação" dessa mulher.

A partir da implementação dos direitos da mulher, segundo o coletivo de gênero, observa-se que elas começaram a ver que têm um papel na sociedade não somente de reprodutoras de filhos, mas também reprodutoras de valores, e que podem, por intermédio da militância política, mostrar a sociedade seu protagonismo para uma nova forma de estruturação da vida social rural.

⁷ Fonte: www.mst.org.br/setores/genero

2.2 Participação feminina no MST

Compreender o exercício da liderança política na perspectiva de gênero exige que antes se faça uma contextualização do debate, ou seja, uma breve abordagem das relações sociais no meio rural brasileiro e das lutas políticas do MST. Sem dúvida, pode-se constatar que entre os embates sociais emergentes no Brasil, nas últimas décadas, destacam-se as diversas formas de organização e luta dos trabalhadores rurais diante da concentração fundiária e das transformações na agricultura levadas a cabo durante o processo de modernização que começou na segunda metade do século XX. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura envolve diversos atores, atuando num processo desigual, excludente e contraditório, em que a crise social desponta como resposta a essas transformações. Este desenvolvimento trouxe ainda consequências estruturais que se anunciam na deterioração das condições de vida da população rural, na desapropriação de suas terras, no aumento do número de agricultores sem-terra, e, conseqüentemente, no aumento dos conflitos pela aquisição de terra (DUQUE, 2002).

Em meio a esse cenário de desigualdades, que envolve o trabalho e a sobrevivência, que veta sua dignidade e identidade, os trabalhadores do campo, os sem-terra, se organizam em busca dos seus direitos e na conquista daquilo que eles consideram que lhes foi tirado: a terra. Desta dinâmica social é que surgiram as lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas. O trabalhador rural passou a lutar pelo seu espaço de sobrevivência, mas não apenas por isso. Ele passou a questionar, de forma organizada, os modelos de ocupação e do uso da terra pelos grandes proprietários e grileiros. Para os trabalhadores despossuídos da terra, sua luta parece ir além da conquista de um lote, ela se estende até a produção agrária. Daí surge o MST como um movimento social com uma política organizacional bem definida, disposta a conquistar a cidadania, a construir e/ou resgatar a identidade do camponês e a criar novos espaços sociais, nos quais seja possível vivenciar uma nova fase de relações sociais.

Segundo Ribeiro⁸, o MST é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, tendo como foco as questões do trabalhador do campo, principalmente no tocante à luta pela reforma agrária brasileira. Como se sabe, no Brasil prevaleceu historicamente uma desigualdade do acesso à terra, consequência direta de uma organização social patrimonialista e patriarcalista ao longo de séculos, predominando o grande latifúndio como sinônimo de poder⁹. Desta forma, dada à concentração fundiária, as camadas menos favorecidas como escravos, ex-escravos ou homens livres de classes menos abastadas teriam maiores dificuldades à posse da terra. Assim, do Brasil colonial da monocultura a este do agronegócio em pleno século XXI, o que prevalece é a concentração fundiária, fato que traz à tona a necessidade da discussão e da luta política como a encabeçada pelo MST. Conforme Fernandes (2000), o MST nasceu da ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e contra os desequilíbrios sociais em muitos casos endossados pelo próprio Estado. Segundo o autor, pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de reforma agrária voltada a resolver os problemas dos assentamentos rurais.

A organização do MST enquanto movimento social começou nos anos de 1980 e hoje se faz presente em 24 estados da federação, fato que ilustra sua representatividade em termos nacionais. A fundação deste movimento se deu em um contexto político no qual o duro regime militar que se iniciava na década de 60 do século passado chegava ao fim, permitindo à sociedade civil brasileira uma abertura política para reivindicações e debates. Neste contexto de redemocratização do país, em 1985 surgiu a proposta para a elaboração do primeiro PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária). Sua segunda versão (II PNRA) foi proposta apenas em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os objetivos do MST, para além da reforma agrária, estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente àquelas no tocante à inclusão social. Se por um lado existiram avanços e conquistas

⁸ Paulo Silvino Ribeiro é colaborador Brasil Escola. Doutorando em Sociologia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/sociologia/mst.htm>

⁹ Para maiores esclarecimentos veja as contribuições de PRADO, Jr. Caio. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.

nesta luta, parece que ainda há muito por se fazer em relação à reforma agrária no Brasil, seja em termos de desapropriação e assentamento, seja em relação à qualidade da infraestrutura disponível às famílias já assentadas. Os atores ‘desenraizados’, os trabalhadores rurais que carecem da propriedade de um pedaço de terra, surgem buscando a transformação numa pretensão que envolve as suas vidas e as de suas famílias em luta por um ideal de vida. É uma nova realidade sendo construída por homens e mulheres, como parceiros, ambos organizados na luta, em busca de uma sociedade onde possam sobreviver desfrutando da dignidade e exercendo a cidadania (FRANCO e THOMAZ JUNIOR, 2002; PINTO, 1992). Como afirma Vendramini¹⁰:

O MST, por ser um movimento cujas novidades residem na estruturação nacional, na permanente mobilização, na presença de fortes líderes e de teorias que orientam a sua ação, na articulação internacional (Via Campesina) não pode ser considerado como um *novo movimento social*. Mas, ao mesmo tempo, ele incorpora as temáticas atuais, como a questão ecológica, a questão de gênero e outras, sem, no entanto deixar de fazer a crítica global ao modelo social e econômico. Os sem-terra vivenciam experiências concretas dentro de um movimento social organizado que reflete nos seus princípios e ações as contradições de instaurar o novo em velhas formas.

Nesse contexto de lutas sociais no campo, o feminino pode ser abordado como um elemento que compõe a família e, nessa perspectiva, sua individualidade cairia no plano da invisibilidade, do privado, sem expressão na esfera pública, esfera própria para o exercício da atividade política. Não se assumir como provedora e trabalhadora rural significa negar à mulher sua cidadania e identidade, fato que gera outras implicações, como difícil acesso à política de crédito, à cooperativa, à comercialização e à própria organização política e ao exercício de liderança diante da família e da sociedade (FISCHER e MELO, 1996).

Segundo Pessoa (1990), em todos os níveis de relação com a terra, o fenômeno da (in)visibilidade e subordinação feminina apareceriam, reafirmando o tratamento desigual entre os sexos. Vale lembrar que a desigualdade nas relações de

¹⁰ <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/488-of6-st3.pdf>- Os Desafios do MST na Atualidade Célia Regina Vendramini

gênero faz parte de um amplo processo histórico, cultural e estrutural que perpassa as esferas privada e pública. Então, a subordinação e a (in)visibilidade da mulher na relação com a terra se reproduziam nas esferas do privado e do público. Na relação do privado com a casa, ficando a cargo da mulher o trabalho com os animais de pequeno porte, as atividades na horta, na agricultura de auto consumo, no abastecimento da água, da lenha, no preparo do alimento, no serviço da roupa lavada, da higiene e limpeza do ambiente, na preparação dos filhos para a sociedade, entre outras funções atribuídas à mulher. Na esfera pública, a desigualdade nas relações de gênero se manteria e resultaria de ações historicamente reforçadas e reproduzidas pelo Estado, inclusive em aspectos decisivos que contribuiriam para neutralizar ou reduzir a participação da mulher no espaço público.

Fischer e Melo (1996) afirmam decisivamente a desigualdade da mulher em relação ao homem nos espaços rurais. Para elas, a (in)visibilidade e a subordinação apresentam-se dissimuladas através de artifícios, conforme ocorre nos diversos níveis da política agrícola do Estado. Na política de crédito, por exemplo, quando este não é negado diretamente à mulher em função da descrença no seu trabalho, dada a sua escassez, é propositadamente retardado para forçar a desistência "espontânea" da trabalhadora. No sistema de escoamento da produção, principalmente no caso de culturas perecíveis, as adotadas pela mulher sofrem grandes perdas por serem recolhidas tardiamente. No caso da comercialização, dada à circunstância da inexistência de um patrimônio capaz de suprir as necessidades imediatas da família, a mulher, em vista de sua condição feminina, mais do que o homem, é forçada a vender seus produtos a preços baixos.

No contexto das sociedades camponesas, percebe-se que o *habitus* da mulher não é construído de forma a demonstrar uma identidade autônoma e autossuficiente. Em geral a mulher constrói sua relação aliada à figura masculina, que quase sempre é de dependência, seja econômica, política, ideológica e até psico-afetiva, incorporando valores, sentidos e símbolos que a tornam sujeitos dinâmicos, embora algumas vezes não se enxerguem como tal. A maior parte das mulheres participa da luta pela terra na condição de dependente do homem, como se fosse apenas a sombra do pai, marido ou companheiro. Assim sendo, conquistado o lote, a mulher, muitas vezes, é privada de participar do processo de planejamento que norteia o

desenvolvimento da terra. A partir dessa assertiva, partimos para um questionamento sobre a visibilidade feminina na dinâmica social dos espaços privado e público. Se por um lado existem casos de mulheres que ocupam uma posição de subordinação, há as que também resistem a essa imposição de papéis tradicionais. Propomo-nos analisar em que medida as mudanças sobre o lugar da mulher no espaço do assentamento, da casa e quanto à posse da terra reforçam ou alteram as condições de invisibilidade e subordinação. Por isso, entendemos que a divisão sexual do trabalho e os papéis definidos socialmente para homens e mulheres são decisivos para o norteamo do manejo de recursos naturais, principalmente no espaço rural. Geralmente é na família que esses papéis são determinados, embora haja uma tensão quanto aos papéis tradicionais, que liga a mulher a casa e o homem ao trabalho na terra. Esses papéis são questionados, mas também resistem em muitas situações, inclusive pela ação das próprias mulheres.

A participação da mulher na luta pela terra é decisiva. Esse processo de apropriação da terra passa por dois momentos distintos: o da conquista do lote e o da organização e administração do assentamento. Em cada um deles, de acordo com Pessoa (1990), homens e mulheres desempenham tarefas diferenciadas. No primeiro momento, ou seja, na fase da luta pela terra, quando várias famílias se abrigam sob o mesmo teto, caberia ao homem planejar, decidir, implementar a ocupação, conduzir a família, montar as barracas, transportar objetos básicos de uso doméstico, defender o acampamento de ataques inimigos, providenciar lenha, água, alimento e fazer o fogo. A obrigação da mulher rural, nessa mesma fase, seria a de definir o que deve ser transportado para o acampamento, distribuí-lo na barraca, preparar o alimento e servi-lo, lavar louça e roupa, cuidar das crianças, cantar, animar, rezar, furar cercos formados por jagunços de latifundiários e, mais do que isso, participar diretamente de embates contra a polícia. Na fase da conquista, segundo Pessoa (1990), o homem incentivaria a mulher a participar dos embates por considerá-la um trunfo nesse tipo de contenda. Conforme a crença dos ruralistas brasileiros, os adversários (polícia, proprietário, pistoleiro), em respeito aos hábitos culturais de não atacar os considerados "fracos", tendem a não ultrapassar as barreiras formadas por mulheres e crianças. "Por isso, na hora da agressão, as mulheres ficam na frente". A mulher, ao trazer a conotação de família, é também considerada como "trunfo" para

sensibilizar à população, principalmente através da imprensa, a fazer doações de alimentos e outros objetos como roupas, calçados e agasalhos para o acampamento.

Ao contrário do que se divulga a mulher geralmente sofre severas agressões físicas e pressões psicológicas nesses acampamentos, do mesmo modo que os demais participantes, independentemente do sexo (FISCHER; MELO, 1996). A incidência desses tipos de violência só tem aumentado: a violência física, validada pela fragilidade física da mulher em relação ao homem, no enfrentamento dentro de casa e do assentamento, nas ameaças e agressões por diversos motivos banais como ciúmes e às vezes fomentadas pelo vício de drogas, inclusive o álcool; a violência psicológica, na tentativa de paralisar as atuações e militância feminina; a violência moral para coibir suas articulações perante a coletividade; a violência sexual que nem sequer é reconhecida, por que quase sempre é legitimada pela estabilidade do casamento ou da união e a violência patrimonial, fazendo com que a mulher mesmo tendo direitos legais de benefícios econômicos como agricultora, mãe e assentada fique refém das decisões de compra e uso dos recursos financeiros destinados a estas. Dessa forma, a mulher sofre a violência simbólica, muitas vezes despercebida e em alguns casos encaradas com normalidade e naturalidade, um indício da latência da dominação masculina.

No segundo momento da apropriação da terra, a fase da administração e organização do assentamento, as relações de gênero seriam formadas no cotidiano familiar de cada núcleo. Nessa fase, a mulher seria considerada simbolicamente como a responsável pela reprodução biológica, enquanto o homem assume a produção agrícola no espaço público.

Dessa forma, a organização e a luta pela conquista da terra são geradas em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que é comum a todos esses trabalhadores. E é essa condição de igualdade que os faz se reconhecerem como atores inseridos num mesmo contexto, utilizando a luta como tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e tornar real o sonho de uma vida mais digna. São homens e mulheres vindos de muitos lugares que se reconhecem enquanto integrantes de uma luta, e engajados para assegurarem seu espaço e assim escreverem um novo capítulo na história da sociedade brasileira.

Desde o primeiro passo da luta pela terra que é a ocupação, a figura da mulher está presente, a qual se destaca ao lado dos homens. Embora a cultura machista da organização patriarcal familiar leve os homens a perceber na mulher apenas uma "dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa", essas mulheres desenvolvem inúmeras funções dentro da organização e seguem na luta pela reforma agrária, na fundamentação da militância política e no pertencimento de classe (PINTO, 1992).

A partir da criação de assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstroem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação "para fora" do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na política local. Mas ao mesmo tempo em que estão colocadas diversas "novidades", impõe-se também, com grande força no cotidiano dos assentados, uma dinâmica social e cultural muito próxima ao padrão vigente na região, e o dia-a-dia da maior parte dessa população vai ser marcado predominantemente pelas estratégias de reprodução da unidade familiar, pelos vínculos de parentesco e de vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião, com os espaços de lazer. Desse modo, se reconstroem as redes de sociabilidade que possibilitaram a participação dos trabalhadores nos processos de organização de luta pela implementação dos assentamentos rurais (LEITE *et al.*, 2004).

Neste sentido, podemos ressaltar a importante participação da mulher em praticamente todas as instâncias que constituem as lutas pela terra, as quais vão desde a ocupação dos assentamentos até a organização deste. A mulher tem um papel fundamental em todo esse processo político de conquista da terra e estruturação de uma nova dinâmica que estabelece diferenciações nas relações sociais e no manejo dos recursos naturais disponíveis nos assentamentos.

A construção de relações de gênero nos territórios de luta pela terra (assentamentos e acampamentos), dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, só pode ser compreendida a partir da processualidade social que os define. A luta pela terra das trabalhadoras acampadas muda, uma vez que estas se transformam em assentadas, o que repercute diretamente na redução do seu espaço político e social. A preocupação que permeia esta interlocução radica na necessidade de desvendar processos estruturais e locais da divisão social e sexual do trabalho, que

criam e direcionam as relações de gênero para com o manejo dos recursos naturais disponíveis nos assentamentos.

Focando as mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de luta pela terra, em condição de acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais rurais, é importante destacar que estas se enfrentam com opressões diferenciadas às dos seus companheiros. A opressão de gênero dificulta, e muito comumente impossibilita, a plena participação das trabalhadoras, na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Se bem que a mulher como trabalhadora é explorada como seus companheiros de luta, sofre também com as formas de dominação patriarcal (FISCHER; MELO, 1996).

A divisão sexual do trabalho, que frequentemente atribui à mulher a responsabilidade pela execução de atividades penosas e de pouca visibilidade, alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária. A relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita (FIÚZA, 2001). O fato da baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento "naturalmente" feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas, se isso ocorre deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que a sustenta.

Assim, as mulheres assentadas e acampadas que vendem sua força de trabalho o fazem em condições desiguais em relação aos homens. A não valorização da sua participação nas atividades produtivas implica em remuneração inferior para as mesmas atividades. Mostra disto é que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas ou das assentadas que trabalham na roça em lotes vizinhos é inferior à recebida pelo trabalhador que desempenha a mesma atividade durante as mesmas horas de serviço. A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam no seu cotidiano. Mesmo com o discurso de igualdade entre os sexos a menor valoração do trabalho da mulher é algo que continua

fortemente arraigado na sociedade ocidental atual, tanto nos espaços urbanos e rurais quanto nos territórios de luta pela terra (FISCHER; MELO, 1996).

É dessa forma que historicamente os discursos sobre as questões de gênero evidenciam a complexidade que envolve a luta contínua das mulheres para uma 'política de inserção política' das mesmas, em todos os espaços sociais. No campo isso não é diferente, é se apropriando da filosofia feminista, da igualdade de direitos, em todos os âmbitos que as mulheres buscam espaços de atuação reconhecidamente social. Imbuídas desse ideal de inserção as mulheres militantes do MST, fazem parte desse processo global desencadeado pelo feminismo.

2.3 A contestação da hegemonia masculina: o feminismo em ação

Segundo Boudon¹¹ (1990) o feminismo, como movimento social, nasce no séc.XIX, da contradição entre o ideal de igualdade instituído pela Revolução Francesa e a discriminação das mulheres da cidade. O movimento feminista vai notabilizar-se na defesa dos direitos da mulher. Na França, foi preciso mais de um século e meio para que sejam fossem levantadas as várias discriminações, desde o direito de testemunhar nos documentos de estado civil (1897) até à autoridade parental conjunta (1970), passando pelo direito de voto (1944). Paralelamente, foram reivindicados o direito à educação (equivalência dos bacharelados masculino e feminino, 1924), o de exercer todas as profissões (lei sobre a igualdade profissional, 1983), o direito de dispor do seu próprio corpo (lei que autoriza a interrupção voluntária da gravidez, 1975), o reconhecimento da violação conjugal em certos países e a luta contra a importunação sexual.

O feminismo é por assim dizer, um movimento social - filosófico e político que objetiva assegurar direitos equânimes e uma vivência humana liberta de padrões opressores baseados em normas de gênero. O movimento feminista vem se organizando e atuando em diferentes frentes de luta e em diferentes formas, tendo como consequência uma diversidade de vertentes que variaram ao longo da história

¹¹ Cf. Boudon, Raymond - Dicionário de Sociologia, Lisboa: Publicações Dom Quixote Lisboa, 1990.

e do contexto social: por meio da igualdade, da diferença e da separação. Para Castells (1999):

O movimento feminista, manifestado na prática e em diferentes discursos, é extremamente variado. Sua riqueza e profundidade aumentam à medida que analisamos seus contornos sob uma perspectiva global e comparativa, e à medida que historiadores e teóricos feministas desenterram os registros ocultos da resistência feminina e do pensamento feminista. (...) Existe, portanto, uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo.

Dessa forma, destaca-se a relevância do movimento feminista como uma tentativa de superação dessa ideia de dominação. O feminismo instaura propostas para correções e distorções objetivando uma possível igualdade entre os sexos.

A década de 1960 significou um ponto de grandes inflexões para a sociedade contemporânea. Nos EUA, depois da Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma série de mudanças sociais que moldam os novos posicionamentos políticos. Surge uma geração de jovens inseridos na prosperidade material e tecnológica de um mundo em plena transformação. O advento da pílula anticoncepcional permitiu uma libertação dos comportamentos sexuais antes restritos à monogamia e às relações matrimoniais. Paralelamente, o meio intelectual também passou a discutir criticamente o lugar da mulher na sociedade e começou a promover livros de autoras que se interessavam em desconstruir o papel atribuído à mulher pelo saber tradicional. Entre outras obras, podemos destacar “O Segundo Sexo” de Simone Beauvoir e “A mística do feminino” de Betty Friedman.

O impacto social desses e outros fenômenos ocorridos na década de 1960 foram significativos. Interpelados pelos ativistas dos movimentos feministas, líderes do Estado começaram a desenhar e a executar políticas públicas que visavam responder aos anseios de construir uma sociedade mais justa, de iguais oportunidades para todos os cidadãos. Instituições de defesa dos direitos das mulheres e outros órgãos de natureza governamental passaram a sensibilizar outras parcelas da sociedade com respeito a essa causa. O feminismo, hasteando uma bandeira concreta, qual seja a de resgatar e promover a dignidade da mulher

conseguiu se consolidar enquanto movimento político e começou a empunhar outras bandeiras de lutas civis em favor de grupos minoritários¹².

Nos anos posteriores, o feminismo passou a questionar as raízes culturais responsáveis por estas desigualdades, considerando-as como resultado de construções sociais baseadas nas diferenças entre o masculino e o feminino (SOUSA)¹³. Para o feminismo, as diferenças entre os sexos não se podem traduzir em relações de subordinação na vida social, profissional ou familiar. O movimento procura reforçar a identidade sexual feminina negando a relação de hierarquia entre o homem e a mulher. Defende, ainda, que as qualidades ditas femininas ou masculinas sejam vistas como atributos do indivíduo e não de um ou outro sexo.

Já por volta da década de 1970, surge um segundo momento em que as discussões sobre a mulher deslocam a ênfase da mulher como vítima para a da mulher heroína, cujo papel na sociedade pode ser resgatado e aliado à possibilidade de desenvolvimento social, particularmente nos países em desenvolvimento e nas regiões marginalizadas. O feminismo, que explodiu a partir da década de 1970, ressaltou a tomada de consciência das mulheres sobre sua situação de opressão e exploração. Traduzido por ações movidas em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos, levantou a questão da existência que evidenciam outras relações coletivas, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as amplas relações da vida social e atuam no mundo privado e pessoal. Nesse contexto de debate, emerge a categoria gênero como o termo mais adequado para designar o que tem a ver com a diferenciação social entre os sexos. Em sintonia com o termo “sexo”, gênero começa a ser utilizado como um termo específico para sublinhar a necessidade de separar as diferenças sociais atribuídas a homens e mulheres das diferenças biológicas dos mesmos. De fato, o conceito gênero é trazido pelo feminismo para apontar a dimensão socialmente construída do feminino e do masculino, passando a precisar o sexo como fator biológico e gênero como fator social (BARBIERI, 1993). Para Scott (1986) gênero é uma categoria relacional, pois para uma apreensão significativa de gênero é preciso

¹² O feminismo denunciou a existência de relações de opressão e desigualdades sociais incitando protestos em defesa dos movimentos raciais, de minorias étnicas, homossexuais e de outros grupos excluídos da sociedade. Uma descrição mais detalhada desse fato pode ser encontrada em: <http://www.logdemsn.com/2008/03/18/o-que-e-patriarcalismo-e-quais-suas-influencias-nos-dias-atuais/>

¹³ Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/%20movimento-feminista.htm>> Acessado em Junho de 2013.

que se estudem as relações mulheres - homens, mulheres - mulheres e homens – homens. Nesse sentido, vale lembrar que “não se nasce mulher, torna-se mulher” como atesta a famosa frase de Simone de Beauvoir. Essa frase sintetiza a tese feminista de que não existe destino biológico feminino, que a civilização transformou o sexo em gênero e que no exercício da sexualidade está a raiz da opressão feminina (SAFIOTTI, 1985).

Analisar a dinâmica da vida social a partir da categoria de gênero, não é, por assim dizer, uma tarefa simples. Pelo contrário, ela se complexifica dentro de várias vertentes de estudos que envolvem a mulher. Saffioti (1992) faz uma análise da categoria gênero sob uma perspectiva dialética em que pontua a subjetividade do conhecimento. Ela formula que “é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades e direitos do outro gênero”. O gênero é uma relação social, afirma, e assim, pressupõe uma interação e não uma oposição entre as partes do jogo. A partir daí, podemos considerar que o gênero é uma categoria que deixa transparecer a “trama das relações sociais” e nos remete a uma forma de ser no social, a uma maneira de viver essas relações em todos os âmbitos, a um estilo de vida culturalmente definido. É a postura que o ‘macho’ e a ‘fêmea’ assumem socialmente a partir de construções simbólico-culturais tão internalizadas e institucionalizadas que como diria Durkheim, têm grande força coercitiva, capaz de moldar o indivíduo conforme os valores morais e as funções sociais de um grupo social específico. Em um tempo prolongado, essa força coercitiva deixa de ser discutida e considerada como natural, seus efeitos são vistos como se sempre tivessem existido e se organizassem sob a mesma perspectiva.

A definição de gênero no sentido de uma construção cultural estimulou uma ampla corrente de análises de ‘homens’ e ‘mulheres’ como categorias simbólicas em diferentes culturas. Busca-se uma explicação universalizante ‘cultural’, não biológica ao ordenamento binário e hierárquico das associações simbólicas do masculino e feminino. Mas a questão de gênero, ao nosso ver, deve combinar duas noções: construção cultural e relação social, abrindo um vasto campo de análises constituído numa tripla dimensão: dar conta das variações culturais e da historicidade das práticas sociais; articular-se com os processos de individuação, autonomia e construção de identidades; e abordar a construção e as práticas de gênero em termos de relações

econômicas e de poder no cenário da tão atuante sociedade capitalista (SCOTT, 1986; BARBIERI, 1993; PINTO, 1992; RAGO, 1996; FONSECA, 1996).

2.4 O desafio da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais

2.4.1 Quem disse que na política mulher não tem vez?

Essa indagação é suscitada a partir da fala de todas as militantes entrevistadas até o momento. Para elas é indignante cogitar que as mulheres não sejam reconhecidas por suas atuações de militância dentro do MST. É claro que essa contestação é colocada às vezes com muita ênfase e às vezes muito discretamente. Por que não pensar num Movimento em que as mulheres possam liderar em pé de igualdade? Será que através da atuação das militantes as mulheres não possam ecoar o som da busca pela autonomia enquanto sujeitos políticos?

Nossa proposta de investigação parte de inquietações que se colocam sobre as diferentes percepções de atuação feminina nas relações sociais do meio rural, tendo em vista algumas experiências observadas (desde a realização da pesquisa do mestrado) que evidenciaram os múltiplos lugares de centralidade da mulher, tais como mãe, esposa, professora, bem como militante em busca de um pedaço de terra para plantar e que ao mesmo tempo luta em favor dos direitos de sua classe, ora tão atuante, ora esquecida pelas grandes tarefas do cotidiano e às vezes sucumbidas pela cultura patriarcal. Enfim, escolhemos as mulheres do mundo rural devido às especificidades desse espaço social, local de contradições, onde o ranço machista aponta para (des)continuidades que acentuam diferentes perspectivas em relação aos papéis sociais de homens e mulheres dentro do MST.

Tratar a questão da mulher e suas relações sociais no meio rural significa remeter-se à sociedade agrária colonial, na qual a unidade familiar assume o papel de organização fundamental, desempenhando as funções econômicas e políticas num sistema que se caracteriza pela concentração fundiária e pelo predomínio das relações patriarcais/paternalistas (BRUSCHINI, 1990). Significa também remeter à luta política dos trabalhadores e trabalhadoras que almejam a terra, num contexto em

que tal luta ofusca as desigualdades entre homens e mulheres, querendo tornar estas como imperceptíveis.

Segundo Cebotarev (1977), em papéis tradicionais, identificados com certa rigidez com atividades específicas, como o papel complexo da mulher, que inclui o conjugal, materno e doméstico, a introdução de atividades novas tenderá a estender o tempo dedicado ao trabalho, sem deslocar algumas das atividades relacionadas com o papel chave, resultando na “dupla jornada de trabalho”, típica de mulheres que trabalham em todas as partes do mundo. Esses papéis atribuídos a mulher são reforçados, entre outros, por geralmente valores tradicionais, níveis baixo de escolaridade, restrições estruturais, os quais dificultam a inserção das mulheres na esfera pública do trabalho, da participação política ou de atividades culturais. Todos esses aspectos influenciam o conjunto de fatores que envolvem as relações entre gêneros, com especial enfoque para o papel sociocultural desenvolvido pela mulher em suas diferentes articulações e percepções de tempo e espaço. Dessa forma, as pesquisas feministas a partir da epistemologia dos estudos de gênero, contestaram a biologização dos papéis sociais da mulher, principalmente dentro das correntes teóricas reducionistas que a tentaram descrever sob particulares perspectivas, relacionando-a a concepções patriarcais com modelos universalizantes de fragilidade, sensibilidade e capacidade procriadora.

Na tentativa de perceber o processo através do qual algumas mulheres, que estando inseridas em espaços rurais, marcados por fortes traços patriarcais, exercem funções de liderança política no MST, nos apoiamos em algumas perspectivas teóricas que se articulam em torno da categoria gênero. Destacamos entre elas a proposta por Rosaldo (1994), que rejeita o essencialismo e universalismo nos estudos de gênero e reivindica sua compreensão a partir da divisão institucional das esferas doméstica e pública. Tomamos a perspectiva de Scott (1986), que aborda gênero enquanto uma categoria relacional e social, constituinte das relações sociais, e enquanto forma de entender as relações de poder. A categoria é pensada aqui não em sua concepção institucional de “classe” ou “estado”, mas em sua concepção micro, tal qual utilizada por Foucault, e também de Cebotarev (1977), autor que em sua análise de gênero parte dos papéis sociais que os homens e as mulheres desempenham na sociedade.

Rosaldo (1994) usou a categoria gênero para integrar e legitimar os estudos na academia e ampliar seu campo de investigação, referindo-se não só às mulheres, mas à “organização social da relação entre os sexos”. A autora critica pesquisadores que buscam por origens, por verdades universais e dicotomias que acabam reforçando a visão de que as diferenças de gênero devem ser explicadas pela fisiologia sexual; ela sugere, portanto, que se considere o papel dos homens e mulheres como produto das ações humanas, localizadas em sociedades históricas, rejeitando as convencionais suposições sexistas de que a dominação masculina e a sujeição feminista são universais. Para ela, a questão não é contrapor um sexo ao outro, mas averiguar as desigualdades de gênero a partir das esferas de atividade doméstica e pública. O argumento central utilizado pela autora é de que em toda sociedade, a assimetria sexual corresponderia a uma divisão institucional entre as esferas de atividade doméstica e pública. A esfera da atividade doméstica construída em torno da reprodução, dos laços afetivos e familiares, conferida geralmente às mulheres. A esfera da atividade pública está relacionada à coletividade, à ordem jurídica e à cooperação social, conferida aos homens.

É de se observar que de forma geral, nessa relação doméstico-público, as atividades públicas são mais valorizadas que as domésticas. Essa perspectiva é reforçada por Da Matta (1986) quando menciona que há uma divisão nítida entre dois espaços sociais fundamentais que dividem a vida social brasileira: o mundo da rua e o mundo da casa. Não se trata de diferenciações meramente geográficas, mas de demarcação de espaços que permitem diversos modos de ler, explicar e falar do mundo. Essas distinções de espaços sociais diferenciados, que envolvem o público e o privado, apontam especificidades de atuações de homens e mulheres de acordo com os papéis sociais a eles atribuídos no contexto social no qual estão inseridos. Fala-se de embates sociais com disputas de poder dispostas numa sociedade que, mesmo com significativas mudanças sociais, as vezes regride em práticas sexistas. Isso se acirra principalmente porque vivemos num contexto capitalista onde a globalização se articula essencialmente sobre o primado do neoliberalismo, gerando a fluidez, a liquidez e a efemeridade das interações sociais (BAUMAN, 2006).

Nessa perspectiva, destacamos a proposta de Rosaldo (1994) de que gênero seja entendido em termos político e social, considerando-se as formas específicas de relações sociais e desigualdades sociais, o que significa que esta noção não deve ser

concebida como um fato unitário, determinado em todos os lugares pelos mesmos tipos de preocupações, mas como um produto complexo de várias forças sociais globais. Antes de constatar e contrastar diferenças entre homens e mulheres é preciso perguntar como essas diferenças são criadas por relações de gênero. Assim, se deve evitar a tradição conceitual que via 'essência' nas características naturais que distinguem as mulheres dos homens, e a que declara que a condição atual das mulheres deriva do que 'em essência', as mulheres são. Homem e mulher são categorias sócio-culturais construídas para estabelecer significações. De fato, "(...) nunca os dois sexos se ajustaram numa criação comum, de significado político ou literário" (FREYRE, 1968).

Da mesma forma, destacamos a perspectiva de Strauss (1999), que elabora uma noção de identidade dinâmica associada ao desempenho de diferentes papéis articulados a experiências específicas de vivências em mundos sociais particulares. Rejeitamos, assim, uma visão estática de identidade, estabelecendo relações relevantes entre os diferentes atores e processos sociais. O autor se preocupa não só em estabelecer relações entre trajetórias individuais e estrutura social, mas, sobretudo, de situá-las dentro de uma perspectiva histórica, percebendo os indivíduos como sujeitos e objetos de processos mais amplos. Essa visão dinâmica de transformação de identidade, através do desempenho de papéis dentro de um quadro histórico considera as diferenças internas das sociedades, focalizando as descontinuidades de códigos e linguagens.

A realidade social, portanto, tem o caráter de processo, através das relações dinâmicas entre indivíduos desempenhando papéis em permanente mudança. Para Strauss (1999), a 'negociação' da vida social, com suas redes de 'negociação', pressupõe a possibilidade de conflito a partir das diferenças de posição, interesses e valores. Assim, todas as ordens sociais são provisórias e precárias, sendo os indivíduos inseridos no contexto de suas unidades constitutivas. Não há como isolar identidades individuais de coletivas, pois elas se constituem reciprocamente. Por outro lado, as identidades coletivas são historicamente elaboradas, atuando nas identidades pessoais como memória permanentemente atualizada.

Temos, portanto uma realidade dinâmica, em que os atores sociais estão constantemente reorganizando suas atividades e seus papéis, respondendo tanto a

pressões externas quanto internas à comunidade. Estas respostas não serão homogêneas, da mesma forma que as pressões não atuam homogeneamente. E se esta heterogeneidade é gerada por uma diferenciação étnica, de classe social, de faixa etária, será também definida pela diversidade de gênero.

No desenvolvimento desse processo, as práticas sociais cotidianas são frequentemente alteradas e as ações e interações renovadas são uma constante dessa dinâmica. Isto faz com que os indivíduos, as instituições e as organizações políticas, sociais e econômicas se reformulem em seus conceitos e valores como pressupostos básicos para o debate sobre as questões de gênero na dinâmica da vida social contemporânea.

Nesse contexto, os indivíduos estão cada vez mais mergulhados na turbulência da incerteza, o que os leva a procurarem soluções alternativas para o percurso que polemiza as questões de gênero nos novos paradigmas sociais da cultura contemporânea. Para tanto, cada vez mais o homem é obrigado a abdicar da rigidez das ideias, atitudes e tipos de comportamentos fundamentados no sistema de valores tradicionais e buscar resposta nos valores de uma "modernidade reflexiva" que, em muitos aspectos, ainda estão para serem formulados (GIDDENS, 1996).

Dentro dessa abrangência e complexidade contemporânea dos debates sobre gênero, nosso estudo pretende compreender, portanto, a inserção feminina das militantes do MST e como estas mulheres compõe sua participação enquanto lideranças atuantes nos diferentes espaços sociais, o privado e o público, já que estão inseridas num contexto político demarcado quase que predominantemente pelo homem. Nossa proposta é de averiguar como pensam, sentem e agem as mulheres que exercem uma militância política. Essa ideia norteará nosso trabalho que se segue numa tentativa de apreensão de quem são e como fazem para serem mulheres que permeiam por espaços políticos de luta e resistência pela terra e por sua permanência nela. Que não militam somente por suas causas individuais, mas em nome da coletividade, com o ideal de equidade e cidadania, pelo direito de ter direitos.

3 O MOVIMENTO NOS PREPARA

A teoria científica se apresenta como uma perspectiva de percepção revelada somente na realização do trabalho empírico. A teoria traça um norte que orienta e organiza a prática científica (BOURDIEU, 1989). Nessa perspectiva, Bourdieu constrói o conceito de *habitus* e *campo* buscando romper com a tradição estruturalista e simplista que dicotimiza o binômio indivíduo - sociedade. Longe de resolver o impasse de quem prevalece em detrimento ao outro, ele problematiza a dinamicidade entre essa interação.

Segundo Souza (2014) o *habitus* são as estruturas estruturantes, estruturadas, introspectadas no indivíduo que o permite agir no mundo. Assim, o *habitus* estabelece a ligação entre a sociedade e o indivíduo, onde estão fundidas as condições objetivas e subjetivas. Nosso *habitus* é adquirido desde a mais tenra idade. Reproduzida primeiramente na estrutura familiar, reproduzindo as condições de classe nessa família. Outras estruturas como a escola e a igreja também servem para adquirirmos nosso *habitus* específico, que dirá nosso lugar no mundo e o modo de enxergá-lo. O conceito de *habitus* em Bourdieu é importante, pois nos ajuda a escapar de uma dupla cilada. Primeiramente ele nega a concepção liberal do homem, em que o homem é totalmente livre, dotado de uma consciência plena e capaz de medir todos os seus atos, sendo assim totalmente responsável por seus atos, “gostos”, e que o homem seja totalmente racional em suas escolhas e racionalize tudo. Em segundo lugar, também foge de uma perspectiva do determinismo estruturalista em cujo o homem responde apenas a um mecanismo estrutural da sociedade.

O *habitus* para Bourdieu seria a incorporação das estruturas sociais em um indivíduo ou em um determinado grupo. Esse *habitus* é adquirido de acordo com a posição social do indivíduo, de acordo com o *campo* em que está inserido, e que permite ao indivíduo formar posições sobre os diferentes aspectos da sociedade. É o que determina o “gosto” do indivíduo. Esse “gosto” por determinada coisa, como um quadro de arte, uma música, um livro, etc., é tido pelo indivíduo como totalmente pessoal, inteiramente subjetivo. Como diz o ditado popular: “gosto não se discute”. Porém, esse “gosto” é na verdade moldado pelo *habitus*, foi adquirido pelo indivíduo que pertence a um determinado campo, sem ele mesmo se dar conta disso. “O

habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, um conjunto unívoco de escolhas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996).

O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes ao do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem a diferença entre o que é o bom ou é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996).

O *habitus* ainda é um meio de reprodução da existência das classes, é definido como:

Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais (BOURDIEU, 2007, p. 196).

O pertencer a uma classe está incorporado no sujeito através do *habitus*. Essa incorporação se dá mediante relações sociais entre os sujeitos. A identidade social se afirma pela diferença. Essa diferenciação de acordo com as estruturas (como alto/baixo, rico/pobre) se impõe como princípios geradores de práticas. O *habitus* é tido como naturalizados pelos agentes sociais, sendo desta forma utilizado como meio de classificação pelos dominantes.

Com o conceito de *habitus*, Bourdieu critica uma perspectiva estruturalista onde não se permita pensar uma autonomia dos *campos* e não leva em conta certa autonomia dos agentes envolvidos. Bourdieu entende os campos como estruturas próprias, que seguem, cada um, uma lógica própria.

Desta forma, o *habitus* nos serve como um conceito que devolve ao indivíduo o seu papel na história. Porém, ele pode fazer história, transformar e criar a história a

partir de seu *habitus*, a partir do campo em que está inserido de acordo com as regras do jogo, por intermédio de estratégias do jogo, dentro da lógica do campo. O *habitus* não é simplesmente a reprodução das estruturas. Podemos pensar melhor sobre isso ao entendermos o conceito de campo e da resistência dentro do campo.

Numa visão contemporânea, Bourdieu ressalta que o papel da Sociologia é mostrar as estruturas enterradas dos diversos mundos sociais que estão inseridos no universo social. Cabe a ela compreender as estruturas estruturantes e estruturadas no campo social dos indivíduos. Assim, a Sociologia representa um constante esforço de construção dos fatos culturais, de seus significados e de como estes são percebidos, interiorizados e exteriorizados nos diferentes espaços sociais.

Portanto, como compreender a particularidade do processo de construção da identidade feminina no MST, a partir das mudanças estruturais e institucionais das agências tradicionais que permeiam os pensamentos, sentimentos e práticas das lideranças nos espaços privado e público? Para responder a essas questões nos baseamos na construção do *habitus*, como constructo individual que passa a ser mediado por valores culturais e referências identitárias e *campo* que representa um espaço simbólico, no qual as lutas dos agentes determinam, validam e legitimam representações.

Partindo de nossos dados empíricos constatamos que no debate de gênero, o pensamento é construído de forma peculiar por homens e mulheres em diversos momentos e a partir de contextos distintos. Público e privado são espaços que demarcam como os indivíduos se identificam e como pensam sobre si e sobre sua condição. Quando perguntados sobre como as militantes do MST pensavam sobre si, obtivemos várias respostas, mas uma foi comum a todas: a identidade camponesa como traço que delinea e justifica, e muito, os sentimentos e práticas dessas¹⁴.

A identidade camponesa é também construída socialmente porque não depende de questões históricas, da tradição familiar, por exemplo, mas de experiências criadas no cotidiano da vida nos assentamentos rurais, na lida com a terra, na luta pela terra e por sua subsistência nela. Em nossa pesquisa essa questão foi observada e vimos que o MST trabalha muito no âmbito de uma sensibilização em

¹⁴ Temáticas abordadas nos capítulos III e IV, respectivamente.

prol da luta, numa visão de certa alteridade; isso forma nas pessoas uma consciência de pertencimento que é muito forte em praticamente todas as falas e nas práticas vivenciadas pelos(as) militantes, independente do gênero ou de suas vivências anteriores.

A atual dirigente estadual do MST afirmou não ter tido nenhuma experiência de vida rural anteriormente, ela vem de uma trajetória vivida na cidade, mas que hoje não se vê no ambiente urbano, mas ligada com as questões da terra e em nome de seu ideal, influenciado por sua vida de militância. Essa é uma realidade constatada na pesquisa, uma parte significativa das mulheres assentadas na Paraíba provém de regiões periféricas de Campina Grande e suas imediações.

Quando falamos da dedicação e de uma vida de total entrega a militância uma outra entrevistada foi incisiva em dizer: “o movimento nos prepara. Ele tem um elemento muito forte que é a formação da consciência”. Essa concepção (de consciência) é compreendida como a interiorização e reprodução dos valores defendidos pelo MST. Ter consciência é agir a altura do que diz o Movimento. Isso só se consegue com uma formação que se inicia no momento que o indivíduo diz querer entrar neste. A primeira iniciativa do MST é incluir o novo militante no curso de formação de base, onde são ensinados os valores que respaldam o Movimento, tais como a existência das desigualdades sociais, a influência monopolista do capitalismo e a necessidade de resistência para a conquista da terra e de condições de vida nela. Vemos aí que a formação gerida pelo Movimento tem um forte componente ideológico inspirado em pensamentos de orientação socialista postulados por autores como Marx, Lênin, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Milton Santos e Paulo Freire, entre outros autores que visam posturas radicalmente anticapitalista, as quais dão suporte às práticas de resistência e luta dos membros do MST. Eliane, uma de nossas entrevistadas, importante articuladora no coletivo da formação de base, em relação ao processo de formação, afirmou o seguinte:

O movimento tem cadernos de estudos, livros, e temos essas leituras que buscamos para nos ajudar a fazer uma reflexão de forma mais científica para a realidade no campo. Hoje precisamos de todos os profissionais: médico, técnico agrônomo, professor, assistente social, não estamos distantes da realidade urbana, nós temos as mesmas necessidades, talvez com tempo diferenciado, talvez o choque seja esse, hoje em dia com a aceleração, a

velocidade das informações não chegam da mesma forma para o campo (Liderança Eliane).

O material de estudo, conforme descrito pela depoente, nos leva a perceber que o MST mantém conexões com modos de pensamento que transcendem a esfera nacional. Nesse sentido, uma outra entrevistada afirmou que no Movimento se tem leituras de revolucionários como Che Guevara, Olga, Margarida Maria Alves, Elisabeth Teixeira, ela reitera: “é essa formação teórica que nos motiva a ter compromisso, a ter uma postura combativa.” Ela ainda acrescenta: “a formação da consciência pra nós do Movimento é central, porque senão caio no argumento de que tudo é mercado, se você não tem consciência do trabalho coletivo, você vai trair a ideologia do Movimento.” Por ideologia, entende-se o conjunto das ideias, pensamentos, doutrinas, ou visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas (BOUDON, 1986). Assim, os militantes aderem a esse sistema de crenças que orientam suas ações em busca da coesão do grupo para expansão e resistência de seus valores e princípios como algo vital para o Movimento.

3.1 Casamento, militância e liderança: um debate possível?

Para falar sobre casamento se faz necessário realizar uma compreensão histórico-sociológica que considere os diversos modelos das relações institucionais e afetivas hoje. Nas palavras de Bauman (2006), a modernidade traz em seu bojo uma diversidade de situações de flexibilidade e fluidez, inclusive nas relações afetivas. Não se pode pensar em um modelo de casamento, nem de família cristalizado, nos moldes tradicionais, mas numa multiplicidade de ocorrências em que os indivíduos se ajuntam e formam estruturas de família e casamento. Com algumas mudanças, a formação dessas estruturas independe do espaço urbano ou rural.

Nesse sentido, Castells (1999) postula uma desconstrução da família patriarcal a partir do enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem, como cabeça do casal, sobre toda a família. A partir da década de 1990, encontramos indicadores da crise em quase todas as sociedades, principalmente nos países mais desenvolvidos. A dissolução dos lares, por meio do

divórcio ou separação dos casais, constitui o primeiro indicador de insatisfação com um modelo familiar baseado no comprometimento duradouro de seus membros. Em segundo lugar, a crescente frequência com que as crises matrimoniais se sucedem, assim como a dificuldade em compatibilizar casamento, trabalho e vida, associa-se a outras tendências importantes: o adiamento da formação de casais e a formação de relacionamentos sem casamento. O resultado dessas diferentes tendências, associadas a fatores demográficos, como envelhecimento da população e diferença da taxa de mortalidade entre os sexos faz surgir uma variedade de estruturas domésticas, diluindo assim o predomínio do modelo familiar clássico. Os lares de solteiros e os habitados por apenas um dos pais proliferam.

A incorporação maciça das mulheres no mercado de trabalho remunerado fez com que o trabalho, a família e o mercado de trabalho passassem por profundas transformações neste último quarto de século. Em 1990 havia 854 milhões de mulheres economicamente ativas no mundo inteiro, respondendo por 32,1% da força de trabalho em termos globais. Essa entrada das mulheres na força de trabalho remunerada deve-se, de um lado, à informatização, integração em rede e globalização de economia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros.

O processo de incorporação total das mulheres no mercado de trabalho remunerado gera conseqüências muito importantes na família. A primeira é que quase sempre a contribuição financeira das mulheres é decisiva para o orçamento doméstico. Assim, o poder de barganha da mulher no ambiente doméstico tem crescido significativamente (CASTELLS, 1999). Nas relações que permeiam o espaço doméstico, privado, constatamos nos últimos anos uma ascensão feminina que coloca a mulher num patamar de autonomização, fato que decorre em parte, por ela trabalhar “fora”, no espaço público.

Embora o mundo da mulher camponesa seja diferente, ela também sofre influência dessa dinâmica societal, inclusive porque a maioria das mulheres assentadas, provém de ambientes urbanos. Então já que os assentamentos são um espaço social diferenciado que trazem uma carga que reúne valores e vivências urbanas que se somam a experiências de vida rural, podemos destacar similitudes, mas demarcamos diferenças de organização da vida no campo.

A divisão sexual do trabalho e os papéis definidos socialmente para homens e mulheres são decisivos para o norteamo do manejo de recursos naturais, principalmente no espaço rural. Geralmente é na família que esses papéis são determinados, embora haja uma tensão quanto aos papéis tradicionais, que liga à mulher a casa e o homem ao trabalho na terra. Esses papéis são questionados, mas também resistem em muitas situações, inclusive pela ação das próprias mulheres.

A rotina da maioria das famílias camponesas de nossa região paraibana está voltada para o trabalho produtivo na agricultura de subsistência bem como de criação de pequeno porte. As tarefas são divididas, mas geralmente as famílias seguem o padrão tradicional que segrega os espaços doméstico, exercido pelas mulheres e o público, pelos homens, embora, as mulheres também deem conta desse universo. Em muitos casos constatamos que as mulheres trabalham no cuidado da casa, dos filhos, do lote, dos animais, buscam produzir alguma outra fonte de renda, com as atividades de grupos que organizam feiras agroecológicas, confeccionam bordados, bolos, geleias, doces, queijos, e etc., e ainda executam responsabilidades enquanto militantes do MST, ou sindicato, além das que exercem algum cargo de liderança que estudam e participam de formações constantes e que dão sua contribuição no trabalho itinerante do Movimento.

Nesse cenário de tantas incumbências de trabalho surgem indagações pertinentes: como conciliar os afazeres da casa com o trabalho? (Já que a mulher nunca está livre do trabalho doméstico?) E como ficam os filhos? Que benefícios há nessa jornada dupla ou tripla de trabalho da mulher? Que estratégias estão sendo tomadas para negociação da atuação feminina? Quais as consequências de tudo isso?

No universo de nossas entrevistadas as mulheres mostram que, por exemplo, casamento e liderança é uma combinação que só dá certo se ambos forem militantes – líderes. Mas em nosso trabalho de campo foram poucos os casos nos quais constatamos que é possível conciliar vida conjugal e o exercício de liderança política. Em uma de nossas entrevistas, uma mulher, de grande articulação nacional do MST, relatou que o fato de ser uma militante itinerante acarretou para ela o preço de não ter ficado com o pai de sua filha. Ela disse: “tenho certeza que ele não ficou comigo porque, devido a minha luta de viagens, palestras, estudo e militância no Movimento,

ele não podia contar com uma vida estável, com comidinha pronta e roupa lavada, por isso preferiu ficar com a outra, lá ele tem tudo isso”. Esse relato foi observado na pesquisa: as mulheres em que os companheiros eram militantes e líderes, se mostraram ‘bem resolvidas’, para barganhar com ele negociações que permitissem seu trabalho e sua ausência na luta política, para que ambos dividissem as responsabilidades da casa, dos filhos e do lote. Do contrário, observamos que os companheiros das mulheres que exercem cargo de liderança, mas que não militam diretamente, não compreendem essa ‘visibilidade feminina’ porque a influência patriarcal os impede de entender que as mulheres podem transitar pela esfera pública.

O ambiente rural vivencia experiências machistas percebidas nas práticas cotidianas, no trato com as diferenças de criação entre menino e menina e nos comportamentos masculinos e femininos socialmente demarcados. Claro que isso não se cristaliza como um modelo absoluto, mas como recorrente na maioria das famílias. Em boa parte dos casos das mulheres que entrevistamos constatamos que esse impasse: o de conciliar o trânsito entre os espaços doméstico e público que algumas mulheres realizam, muitas optaram por serem mães solteiras, ou acabaram divorciadas.

3.2 Pensando a sociedade a partir da mulher

Embora não possamos negar o alcance de novos espaços sociais ocupados pelas mulheres, não podemos dizer que isso representa uma equalização nas relações de gênero. O processo de diferenciação entre homens e mulheres se deslocou, atuando muito mais na apreciação do valor da atividade masculina e feminina. Em poucas palavras, a forma de organização social androcêntrica permanece.

É baseado nesta constatação que Bourdieu parte para demonstrar que a mudança social, que gere igualdade nas relações de gênero, deve partir das instituições que produzem e reproduzem o imaginário androcêntrico – família, escola, Igreja e Estado. Este imaginário continuamente se reforça, criando nos corpos e nas mentes de homens e mulheres disposições permanentes para perceber a dominação masculina como algo naturalmente justificável (BUTTELLI, 2007).

Para Bourdieu (1998), a dominação masculina pode ser compreendida como tendo sustentação em uma divisão arbitrária entre homens e mulheres. Esta divisão é concebida através de oposições binárias, que classificam uns e outros segundo adjetivos opostos, sendo reservados os positivos a homens e os negativos a mulheres, como, por exemplo: alto-baixo, reto-curvo, seco-úmido, etc. respectivamente. Esta maneira de se classificar (taxinomia) homens e mulheres, a partir de um esquema de oposições binárias, é o princípio de um trabalho de construção social dos corpos, que visa tornar verdadeira – fatídica – a divisão arbitrária que o próprio esquema de pensamento dominante formula.

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as naturalizam, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que eles engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos. (BOURDIEU,1998).

Nessa citação, Bourdieu apresenta como as oposições homólogas não percebem divisões pretensamente naturais que existem na ordem das coisas, mas categorizam, ou produzem, arbitrariamente estas oposições, ou seja, criam uma diferença natural. Este processo faz uso de características físicas existentes no plano biológico. No entanto, faz uso dele, quase como um apoio, no qual fundamenta uma diferença que é construção social. Assim, as diferenças sociais parecem fundamentadas em diferenças biológicas, quando na verdade elas (as diferenças sociais) são capazes de criar cognitivamente categorias de percepção que geram esta impressão. Seu argumento se concentra, então, em afirmar que o biológico é criação do social (BUTTELLI, 2007).

No que se refere à construção social dos corpos – este arbitrário cultural que sofre o processo de naturalização, fazendo parecer que os corpos são o fundamento da diferença social entre homens e mulheres, quando na verdade os corpos, como os percebemos, já carregam as insígnias dos preconceitos sociais favoráveis aos homens e desfavoráveis às mulheres – Bourdieu menciona que ela (a construção social dos corpos) atinge homens e mulheres nas suas práticas cotidianas. Assim, o processo de oposições homólogas está presente na maneira com que mulheres e

homens lidam com o seu corpo, pertencendo o homem a um espaço que não cabe à mulher e vice-versa. Há apreciação positiva para as tarefas, lugares e comportamentos masculinos, enquanto, aos comportamentos, tarefas e práticas femininas se reserva uma apreciação negativa. Bourdieu reconhece que essencial neste trajeto de construção dos corpos é a maneira como acontece a “somatização das relações sociais de dominação”, ou a “incorporação da dominação”.

A partir das oposições homólogas (alto-baixo, reto-curvo, fora-dentro, etc.), formam-se categorias de percepção que projetam sobre o corpo (biológico) as categorizações dos dominantes, formando-os em corpos sociais (ainda que se queira considerá-los naturais) que já carregam de antemão as insígnias distintivas que estabelecem funções, lugares, posturas sociais diferenciadas para homens e mulheres. Indo um pouco além na sua reflexão, ele menciona que há duas superações imprescindíveis nesta sociodicéia masculina: “ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela uma própria construção social naturalizada” (BOURDIEU, 1998).

O trabalho de construção da realidade simbólica é um trabalho sutil e imperceptível de criação simbólica das categorias de percepção social do mundo. É um trabalho de inculcação longo e duradouro que possibilita a construção de um *habitus* adaptado à visão de mundo dominante – isto é, androcêntrica.

Assim, ao se fixarem nos corpos, já que esta construção simbólica efetivamente se somatiza, as relações entre homens e mulheres só podem ser de conhecimento e reconhecimento tácito e automático da legitimidade do exercício do poder de um sobre o outro. Isso é perceptível a partir da interiorização do *habitus* no que denominamos de machismo.

O machismo, como um *habitus* funciona como um esquema de ação, de percepção e de reflexão, que está presente de forma diluída nas práticas cotidianas. Ele surge em práticas aparentemente desprezíveis, como em posturas e gestos, maneiras de ver e classificar da coletividade de um determinado campo, operando distinções entre os gêneros. As disposições presentes no *habitus* são plásticas e flexíveis, podendo ser fortes ou fracas e são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais. Segundo Bourdieu (1989), o *habitus* é como uma segunda natureza, em parte autônoma, sendo que é histórica e presa ao meio. Ele usa o termo

infraciente para localizar o *habitus*, visto que, seria um princípio de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção, podendo ser transferido e adquirido de maneira explícita ou implícita, através da aprendizagem e funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias, que podem ser ou não de acordo com os interesses dos seus autores, sem terem sido idealizadas com esse fim.

Portanto, assim é o machismo, não digo de sua existência só no ambiente rural, mas no urbano também, ele está tão enrustado nos valores culturais de nossa sociedade que assume uma naturalização, que é infraciente porque as vezes é consciente e intencional, se apresenta com muita nitidez, mas em outros momentos com uma certa sutileza, numa tentativa de descaracterizar sua existência.

Na fala de uma de nossas entrevistadas ela afirma: “temos muito machismo, aqui em nossa comunidade, onde eu moro mesmo, os meninos do Movimento, são poucos os que ajudam as companheiras, quando são eventos para dormir fora de casa é mais difícil os companheiros deixarem suas mulheres ir”.

Então, essa fala demonstra como o machismo está arraigado no cotidiano que relaciona homens e mulheres com a distinção nítida de papéis e obrigações que os colocam em diferentes espaços sociais. Embora a mulher seja socialmente reconhecida por seu trabalho “fora” de casa, em sua atuação como militante, seja como liderança ou não, ela parece estar fadada a dar conta dos afazeres domésticos e cuidado com a prole, além de prestar submissão e satisfação ao companheiro. Por mais que o homem atue, ajudando, a obrigação e cobrança social recai quase sempre para a mulher, porque se convencionou esse modelo e isso se perpetua com muita recorrência não só no âmbito rural, mas no urbano também e se enraíza muitas vezes a partir das próprias mulheres que reforçam essa concepção.

Nessa linha de pensamento, em outra fala, uma liderança relata:

Vivemos numa sociedade patriarcal e o machismo está incutido dentro de nós mesmos, esse pensamento da reprodução que a gente faz das relações. Nós mulheres, muitas vezes, somos responsáveis por essa reprodução social e não é fácil romper, é um conjunto de coisas, tanto social como econômica (Liderança Eliane).

Essa fala nos remete a noção bourdieusiana que afirma que a construção social de homens e mulheres – que se incorpora, de fato, fazendo parecer que é natural esta maneira de concebê-los – está fundada na ordem simbólica (BOURDIEU, 1998). Esta ordem simbólica é conhecida e reconhecida, aceita em forma de crença, de adesão dóxica, ou seja, irrefletida, não carece de comprovação, não tem que ser pensada ou afirmada como tal, pois o *habitus* de homens e mulheres está condicionado a perceber o mundo somente a partir das categorias de percepção que esta ordem simbólica imputa.

Portanto, o comportamento prático dos corpos está inalienavelmente condicionado a todo processo simbólico de criação da diferença social – tornada auto evidente, natural, percebida como inquestionável pelo senso comum. Assim, a maneira de postar-se, de exhibir seu corpo, de andar em público, de relacionar-se com pessoas de outro sexo, sobretudo para as mulheres, está condicionada a reproduzir o valor simbólico que a doxa, o discurso dominante e androcêntrico, lhes atribui:

A educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo, ou tal ou qual de suas partes (a mão direita, masculina, ou a mão esquerda, feminina), a maneira de andar, de erguer a cabeça ou os olhos, de olhar de frente, nos olhos, ou, pelo contrário, abaixá-los para os pés etc., maneiras que estão prenes de uma ética, de uma política e de uma cosmologia (...) (BOURDIEU, 1998).

Tendo compreendido como acontece a construção social dos corpos, que biologiza ou naturaliza a visão dominante androcêntrica e como que esta construção é incorporada ou somatizada, inscrevendo nos corpos estruturas de percepção do mundo social que diferenciam homens e mulheres (em nível de compreensão do mundo e da prática) a partir de um sistema de oposições homólogas, na qual ao homem cabem as categorias positivas e à mulher as negativas, se verifica que essa internalização do *habitus* da dominação masculina não foi desconstruído, pelo contrário, se perpetua e se expande nas sutilezas percebidas no cotidiano com brincadeiras, falas e comportamentos que sinalizam essa noção de predomínio masculino na vida social (BUTTELLI, 2007).

O MST se compromete com uma política anti-sexista e anti-machista, apreoadas nos espaços públicos e manifestas em palestras como explicita uma de nossas entrevistadas:

Em nossas palestras explicamos para as mulheres o seguinte: a sociedade foi pensada pelo homem e para os homens, aí a gente procura fazer essa inversão, no sentido de pensar a sociedade não só no sentido feminino, para as mulheres, a gente pensa na sociedade partindo da mulher, mas que abranja a família (Liderança Viviane).

Em outra entrevista a dirigente do coletivo de gênero na Paraíba reforça que o machismo é um comportamento que as próprias mulheres têm, ele legitima a submissão feminina. Ela diz:

Nas palestras ou quando convidamos as mulheres para as reuniões, aí a gente diz: olha, está chegando um dinheiro aí, o que vamos fazer? Aí elas dizem: tenho que consultar meu marido. Entendeu? Na prática mesmo tem muita coisa a ser trabalhada. Tem muita coisa que é no nome da mulher, mas quem decide é o homem (Liderança Nei).

Uma outra entrevistada acrescenta:

Nós vivemos numa sociedade machista, onde tudo está estruturado nessa hierarquia, e mesmo as mulheres hoje, que tem alguns espaços na sociedade, é a partir da sua própria luta: pessoal e coletiva, né? De querer ser..., de querer fazer... (Liderança Eliane).

Essas falas respaldam a permanência do machismo, vigente nas relações sociais e em homens e mulheres, articulado sob diferentes discursos e práticas. A cobrança de certas práticas é tamanha, que no caso dessa última entrevistada, embora ela não seja a mãe biológica dos filhos de seu marido, ele cobra o cuidado das crianças de forma incisiva. Ela relata:

Ele me ajuda, aí vem a questão do pai, aí ele lembra e diz: nossa, eu passei três semanas fora, você vai passar tantos dias fora e os meninos? Vão ficar largados? Aí eu digo: não, mas tem sua mãe e a minha, que embora não seja a vó biológica toma conta deles (Liderança Viviane).

A entrevistada Viviane precisa se impor. Ela continua:

Eu digo mesmo a ele: quando você me chamou pra morar com você, você me chamou pra lhe ajudar a criar seus filhos, não pra ser mãe deles, aí ele fica furioso e diz que vai desligar o telefone, aí eu digo: não seja por isso, eu vou e desligo; depois ele me liga como se nada tivesse acontecido. Embora ele seja um homem politizado, estudado, ainda tem aquelas raízes de homem do campo, entendeu? Ou seja, ele não é tipo assim, de reconhecer, ele diz, olhe não leve isso em consideração, é a forma dele pedir desculpas. Não tem aquela questão de dizer: não querida, desculpa, foi mal, jamais eu vou ouvir dele, entendeu? Não porque ele não saiba que está errado, entendeu? Mas ele procura outros modos de está se desculpando (Liderança Viviane).

Curiosamente, o único homem que entrevistamos, que exerce um cargo de liderança no Movimento, afirmou que só comunica suas decisões e militância a companheira. Ele disse: “eu não combino minhas decisões políticas com ela, combinamos as domésticas, as que envolvem nossos filhos, eu apenas a comunico sobre minhas práticas no MST”. Eu o questionei sobre esse fato, o dele também ter que se ausentar por quinze, trinta ou até mais dias, numa especialização que ele faz no Rio de Janeiro, sobre Educação do Campo, e ele disse:

O casamento como instituição privada jamais cabe uma vida de militante, o militante é um ser desapegado, e nossas companheiras não entendem, por mais militante que sejam. Eu acredito em coisas que ela não acredita e isso põe em choque algumas coisas no relacionamento, mas na maioria das vezes há um entendimento; aí tem horas que a gente fica com o coração partido, com os filhos, a saudade, três filhos na responsabilidade dela, mas ela tem entendido, ela ajuda, tem hora que pesa né? Ela se estressa, termina desabafando, mas ..., tem conseguido dar conta (Liderança Gilmar).

Em continuidade a nossa entrevista questiono esse entrevistado sobre se ele não acha sua postura machista, pergunto sobre essa questão no Movimento e ele relata:

Existe sim machismo no Movimento. Uma coisa é o que o MST constrói como concepção de sociedade e outra coisa é a prática. O machismo se manifesta no dia a dia, que os homens e os militantes também têm sobre a companheira. Um homem entra e sai da direção do Movimento sem discutir isso com a companheira, mas as companheiras não podem ir para direção sem discutir e convencer os companheiros. Quando alguma mulher é indicada para direção, existe logo uma brincadeira que diz: “e aí fulano, tu deixa”? O pensamento machista não é uma coisa da cabeça do homem, é um pensamento social, então não tá só na cabeça do homem, mas da

companheira também que diz: “não, eu preciso conversar com meu marido”, mesmo as convicções ideológicas dela dizendo pra ela ir. Nas discussões pessoais, familiares eu discuto tudo com a companheira, mas nas discussões de militante não, sou intransigente. Por que o outro sempre vai analisar com a ótica de sua concepção política, as vezes é preciso se impor (Liderança Gilmar).

A partir dessa fala constatamos que o machismo está inculcado, seja consciente ou inconscientemente no campo social que envolve o debate de gênero, seja no urbano, rural, nos espaços privado e público, enfim, e possivelmente como articulador nas disputas de poder de forma a querer justificar as diferenças de pensamentos, sentimentos e práticas entre homens e mulheres.

3.3 A vida no campo é difícil

Mulher camponesa, que valores a identificam como tal? O de mãe? Esposa? Doméstica? Agricultora? Militante? Provedora? Provedora de que? De trabalho ou de sonhos? Ou os dois? No mundo rural, percebe-se à mulher como aquela que trabalha em prol da coletividade, que não poupa esforços para conquistar um pedaço de terra, mesmo em meio a limitações e escassez geográfica e social. Em meio às adversidades da vida real do campo, estende sempre um olhar de esperança e uma palavra encorajadora. Apesar das dificuldades, sempre se mostra disposta, incansável... Tem a sabedoria de reconhecer que a felicidade está inclusa nas coisas simples! Visa sempre os seus, por que sua realização é plural: familiar e coletiva. Cala-se diante das dificuldades, mas brada diante das injustiças e desigualdades sociais. Perpassa todos os espaços, do privado ao público, com a perspicácia de discernir como deve proceder em cada lugar e em cada situação. Embora às vezes, desprovidas de escolarização, tem uma sapiência e uma cultura que jamais poderiam ser ensinadas ou aprendidas na escola ou nos livros, mas adquiriram-na na vida... Não têm vergonha de se expor em nome da luta pela terra e por sua permanência nela”. Eis a questão: será que podemos dizer que a vida no campo é difícil? Ou difícil deveria ser relativizado, pois essa conotação é vista por quem está “de fora”? Será que a vida no campo é mais difícil ainda para as mulheres? Como essas se veem?

Para responder a essa indagação, observamos e captamos algumas falas que ilustram como a mulher do campo pensa sobre si e sobre sua condição. Embora saibamos que é preciso relativizar conceitos e concepções “de que a vida no campo é difícil”, o fato é que a vida da mulher camponesa é permeada por adversidades específicas do âmbito rural; geralmente a convivência com a escassez de terra (no caso do nosso objeto de pesquisa), de água e de recursos estruturais torna a vida ainda mais complexa. No imaginário coletivo, a representação que se tem da mulher do campo é a de uma pessoa submissa, analfabeta, envelhecida e por isso ela carece de pouco ou quase nenhum reconhecimento em relação a sua relevância política e social. Porém, quando indagadas, as mulheres percebem sua condição de agentes sociais. Essa constatação está presente em diversas falas de nossas entrevistas. Nesse sentido, quando indagada sobre a forma como se percebe a mulher do campo, Viviane, uma liderança do MST, afirmou:

Mulher do campo é batalhadora né? Mulher do campo ainda é tida como analfabeta e eu já de ter feito o ensino superior, eu me sinto mais enriquecida, sabe? Ainda pesa muito a questão da valorização, porque não é todo mundo que me vê como mulher do campo. Antes de vocês chegarem eu estava limpando o terreiro, aí uma vizinha passou e disse: olha! Quem diria? Ela é agricultora, ela sabe pegar numa enxada. Eu cresci trabalhando no roçado, junto com minha mãe e meu pai, só porque eu tenho minhas formas de participação nas contribuições financeiras da casa, e na escola, porque eu dou aula, aí as pessoas não me veem como agricultora. Me veem como professora, então não fazem essa ligação mulher do campo. Eu me vejo como agricultora, como mulher do campo. Eu me sinto realizada (Liderança Viviane).

Outra entrevistada disse:

A mulher do campo é a peça fundamental da questão da agricultura familiar, que é uma coisa que a gente defende tanto. A mulher do campo é aquela pessoa que toma conta da roça, dos animais, toma conta de um tudo. As vezes o parceiro sai pra trabalhar fora e ela fica com tudo. Eu acredito que temos uma contribuição muito boa pra sociedade, mas ser do campo exige uma responsabilidade muito grande, mas eu me sinto muito bem como mulher do campo, não gostaria de ser uma mulher urbana, porque eu gosto muito do campo, da terra, não gosto daquele barulho das cidades (Liderança Gelda).

Uma outra entrevistada tem um depoimento bem emotivo:

Eu nasci no campo, minha vida foi dura, mas muito boa porque o campo te ensina muito. Ser mulher do campo é..., você é o que escolhe ser, você é feliz se escolhe ser feliz. O campo é minha paixão. A mulher do campo vive bem, tem uma vida tranquila, apesar da violência, mas mesmo assim, me sinto bem como camponesa, agricultora, mulher..., tudo que faço é com prazer, viver com prazer é viver bem (Liderança Celinha).

Outros relatos definem o que é ser mulher do campo:

Eu gosto de ser mulher, se eu pudesse escolher nasceria mulher novamente, pela trajetória de vida, de sofrimento, eu acho que a gente é mais organizada, determinada, guerreira, muito corajosa né? Por exemplo, você vê até na questão da saúde né? Somos mais corajosas do que os homens. É mais difícil ser mulher, mas o que é mais difícil é melhor né? É mais sofrido, mas a gente aprende muito na vida né? (Liderança Nei)

Eu me vejo como mãe, esposa. Eu vivo num ambiente adequado com minha família, tenho minha casa, não vivemos nesses hábitos de consumo, mas vivemos no assentamento e temos uma certa liberdade, num ambiente feliz. Acho que como mulher cumpro meu papel, contribuo, e como esposa, eu acho que completo meu marido (Liderança Juliane).

Enfim, vejamos uma concepção masculina do que é ser mulher do campo:

A mulher do campo não cuida só dos seus filhos, ou do seu companheiro, ela cuida do campo. A ação do homem é muito predatória, de destruição. Mas a mulher tem a ação de cuidado. Ela dedica sua vida, até mais que o homem, na agricultura. Ela acorda de madrugada, antes que o homem, para cuidar de casa, da comida, dos animais de pequeno porte, que ficam ao redor da casa. Tem um dinamismo, uma dedicação de movimento permanente, consegue enxergar as coisas. No entanto, é uma mulher oprimida, obediente e machista, na maioria das vezes (Liderança Gilmar).

O que esses depoimentos ressaltam é uma concepção de como a mulher camponesa se vê: de forma diferenciada do homem, demonstrando uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros, existente no universo rural. O que se percebe é que o campo social atribui significações diferentes para cada gênero e que o *habitus* os inculca tornando essa concepção tão naturalizada a ponto dessas determinações parecerem legítimas: de que às mulheres competem desempenhar determinadas atividades diferentemente dos homens.

3.4 Os problemas se resolvem aqui na terra

A vida no campo propõe uma dinâmica social que precisa ser contextualizada no tempo e no espaço. Tradicionalmente o campo sempre foi identificado por seu ritmo diferenciado na organização da vida social. A família, o trabalho, a economia, a política, a religião, a escola, enfim, as principais instituições sociais assumem desdobramentos que emolduram um estilo camponês de ser, de sentir e de agir, e isso varia radicalmente sob cada realidade. A dinâmica do assentamento portanto, requer uma análise particular que evidencia uma organicidade dentro do rural. São espaços novos de pessoas oriundas de ambientes rurais e urbanos numa tentativa de conciliação de interesses coletivos. São realidades distintas buscando a objetividade dos interesses dos assentados.

Embora atualmente algumas áreas de assentamento vivenciem experiências que agregam novos estilos de comportamento que combinem o tradicional e o moderno, podemos dizer que em certa medida, por mais que se busque uma laicização que parece ser uma busca quase que generalizada da sociedade atual, o MST se origina sob a égide de categorias que não estão só no plano racional, mas se baseiam por categorias transcendentais de cunho religioso, cristão e católico.

Dessa forma, existe um desenrolar histórico que explicita essa questão. Em meados do século XX, surgem novas formas de organização camponesa que lutam pela conquista da terra e pela reforma agrária: as Ligas Camponesas, as diferentes formas de associação e os sindicatos dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas foram criadas em 1945 como um tipo de organização política da qual faziam parte camponeses proprietários, parceiros e meeiros que resistiam à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Sua ação era pela reforma agrária radical e definia-se pela resistência na terra e pela realização de ocupações. Como, nesse período, a reforma agrária passa a fazer parte da pauta política, tal avanço é acompanhado por disputas pela sua representação. A Igreja Católica, que se vê dividida pelos setores conservador e progressista, cria, por meio do primeiro, o Serviço de Assistência Rural, o Serviço de Orientação Rural e a Frente Agrária Gaúcha no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul, respectivamente. O segundo setor de ação Católica, que era uma tendência progressista, tinha como liderança a Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse setor cria o Movimento de

Educação de Base que conta com a participação do educador Paulo Freire. Sua ação definia-se pela alfabetização e formação política dos camponeses. Também nessa época, no Rio Grande do Sul, cria-se o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), que organiza acampamentos por todo o Estado.

Em meados da década de 1960 até o final da década de 1970 as lutas camponesas eclodiam em todo o país aumentando os conflitos fundiários. Alguns acontecimentos históricos mundiais repercutiram decisivamente na dinâmica social brasileira: a exemplo da ditadura militar, a guerra fria e os desdobramentos teológicos advindos do Concílio Vaticano II e os documentos de Puebla.

Segundo Gohn (1995), a grande repressão vigente na primeira década da ditadura militar não impediu a existência de várias formas de resistência, mas impôs importantes mudanças no modo de estruturação e de condução das lutas. Provocou, como efeito mais imediato, a cisão interna entre vários grupos de esquerda, alguns dos quais se mantiveram ativos no trabalho de mobilização das "massas" populares urbanas e rurais, ao passo que outros se viram forçados a operar na clandestinidade, em ações armadas. De todo modo, essas lutas eram motivadas pela necessidade comum de resistir ao avanço do modelo de desenvolvimento do capitalismo industrializante implantado no país, possibilitado pela aliança entre os militares, o capital estrangeiro, o empresariado nacional e a nova tecnocracia.

Impulsionados pela Reforma Universitária de 1968 e pelo Decreto n. 477, que bloqueou todas as manifestações estudantis, além do Ato Institucional n. 5 (AI-5), de 1969, os estudantes assumiram um papel central na grande frente contra a ditadura, muitos dos quais fizeram, diante do esgotamento das ações institucionais, a "opção" pela luta armada. Segmentos da Igreja Católica, principalmente após o Congresso de Medellín, realizado em 1968 na Colômbia, redefiniram o papel do evangelho na luta contra as injustiças sociais, dando origem à Teologia da Libertação e impulsionaram o movimento das pastorais nas periferias das grandes cidades, principalmente em São Paulo. Ao afirmar que o crescimento econômico, sob as condições do modelo capitalista dependente, só poderia apontar para duas alternativas políticas possíveis – quer sejam, o fascismo ou o socialismo acabaram por justificar e legitimar as guerrilhas do período (GOHN, 1995).

Já o Concílio Vaticano II representou a oportunidade para poder reinventar, de alguma forma, a Igreja. É no âmbito confessional que emerge uma expressiva contribuição, em termos quantitativos e qualitativos, através do projeto da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), que propõe uma “renovação” da história da Igreja Católica da América Latina. No Brasil, em 1973 começava a tomar corpo o projeto CEHILA-Brasil que, na prática, visava constituir uma história da Igreja no Brasil a partir da perspectiva do povo. Estabelecia as suas bases na colaboração entre experts da área, entre historiadores e sociólogos, antropólogos, teólogos, filósofos, mas sempre com certa ênfase na reflexão derivada de um aprofundamento teológico.

Elementos peculiares caracterizam a produção historiográfica da CEHILA. Para o historiador argentino Roberto Di Stefano os princípios teóricos que marcam essa produção historiográfica são: a superação de uma dimensão “romana” da Igreja latino-americana, para fortalecer uma identidade eclesial própria; escrita de uma história da Igreja a partir de uma perspectiva que considera os “pobres”; superação da dimensão institucional da Igreja, em favor de uma perspectiva que favorece maior atenção às dimensões “periféricas” das formas religiosas e dos movimentos populares; proposta de uma visão ecumênica, capaz de considerar e incluir as outras confissões cristãs (GONÇALVES, 2007).

O Concílio Vaticano II constitui-se em um grande marco na história da teologia contemporânea. De fato, esse Concílio significou um momento de recepção criativa do movimento de renovação teológica desenvolvido desde o final do século XIX. Além disso, deve-se recordar a grande intuição do Papa João XXIII que, convocou o Concílio para que a Igreja realizasse um diálogo com o mundo moderno. Buscava-se encerrar definitivamente a postura apologética da Igreja em relação à Modernidade que produziu constantes juízos axiológicos de condenação à filosofia moderna. Dessa forma, o Concílio recepcionou a teologia da história produzida pelo *Nouvelle Théologie* que trouxe à tona o caráter prático e científico da teologia, desenvolvendo temas importantes, tais com o ecumenismo, o diálogo inter-religioso, o diálogo da fé com a ciência, o diálogo com o ateísmo. Recepcionou também a teologia transcendental produzida, especialmente por Karl Rahner, que afirmou a centralidade

antropológica na teologia, apontando a necessidade de se discursar sobre Deus a partir das realidades do ser humano.

Segundo Gonçalves (2007), além disso, ao lado da renovação da teologia católica está também a renovação da teologia protestante, cujo movimento especulativo e olhar contemplativo a realidade histórica foram fundamentais para que complexos relevantes e pertinentes surgissem. Trata-se de reconhecer a “teologia do profundo” de Paul Tillich que explicitou a verdade da revelação à luz do diálogo da fé com a cultura, da teologia com a fenomenologia. A figura de João XXIII foi sem dúvida marcante para o Concílio, especialmente por assumir as categorias *aggiornamento* e diálogo como fundamentais para o desenvolvimento do Concílio. Seguindo a etimologia da palavra, João XXIII afirmou que *aggiornamento* implica em tornar o mundo iluminado, em fazer com a que a Igreja seja a luz de Cristo para os povos: *Lumen Christi*, *Lumen Ecclesia* e *Lumen Gentium*. E essa iluminação não se dá sem o diálogo, compreendido como um processo de comunicação em que vige a reciprocidade, o amor à verdade, o respeito efetuado à luz da alteridade, a comunhão dos polos dialogantes.

À luz da recepção da renovação teológica e das intuições fundamentais de João XXIII, além de outros elementos contextuais importantes, tais como a renovação litúrgica e pastoral e o contexto histórico de mudanças de ordem política, cultural e econômica, daí decorrem temas relevantes à teologia: a relação entre Escritura e Tradição, o diálogo da teologia com as ciências humanas, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, o caráter pastoral da teologia e a espiritualidade da teologia ou uma teologia espiritual.

O pluralismo teológico é outra herança importante do Concílio Vaticano II. Eliminou-se a concepção de uma teologia una e de uma forma teológica única assumida pela Igreja. Emergiu o clima plural, marcado pela diversidade de formas de produção teológica, constituída de perspectivas que muitas vezes foram temas teológicos. Foram consolidadas a teologia da história e a teologia transcendental, dando continuidade à supracitada centralidade antropológica. Concretizou-se um diálogo da teologia com as ciências humanas, trazendo à tona um redimensionamento temático em função das novas perspectivas. Emergiram as teologias da práxis presentes nas perspectivas da experiência de Edward Schillebeeckx, da secularização

de Harvey Cox, política de Johannes Baptist Metz e feminista de algumas teólogas norte-americanas. Essas perspectivas trouxeram em comum a superação do centralismo religioso e do eclesiocentrismo na produção teológica. A religião deixou de ser a única perspectiva possível ou a Igreja como única instância possível à salvação na produção teológica. O pluralismo denota a secularização do mundo, tornando a religião como um dos eixos de compreensão deste mundo, suscitando a experiência como categoria imprescindível à compreensão e interpretação da ação de Deus na história. A política não é mais tomada como tema em teologia, mas como luz e perspectiva, com a qual se ressalta à teologia a tarefa de fazer uma hermenêutica política da sociedade com o objetivo de elaborar uma reflexão crítica capaz de nortear evangelicamente a sociedade. A teologia política é uma teologia fundamental do sujeito que incide na práxis social (GONÇALVES, 2007).

A produção da teologia em contexto é uma grande riqueza que se construiu após o Concílio. As teologias política, da experiência, da secularização e a feminista são as matrizes geradoras das teologias contextuais, as quais possuem a tarefa de refletir Deus a partir de um *locus* determinado em profunda ligação com a fé positiva. Surgiram as teologias latino-americana, negra americana, negra sul africana, africana e asiática. Cada realidade possui uma identidade específica própria de história, organização sócio-política-econômica, cultura, religião e suas conseqüentes expressões. No entanto, todas elas possuem em comum uma situação de pobreza, de injustiça, de marginalização, de alienação, tornando os povos dependentes e oprimidos. A intuição básica de todas elas é a produção teológica que surge da articulação entre fé positiva e o contexto específico, no qual a teologia é efetivamente realizada. Na elaboração do complexo teórico de cada uma está a preponderância de uma ou mais dimensões, dependendo do lugar da produção teológica. No entanto, são teologias emergentes do mundo dos pobres, do *locus* da negação do ser, da privação da vida, do clamor pela libertação e do sonho utópico da construção de uma história marcada por relações fraternas, por estruturas justas, por uma cultura da solidariedade e da paz.

No conjunto das teologias contextuais, destaca-se a teologia da libertação latino-americana, cuja obra fundamental que referencia sua origem é a “Teología de la liberación” do peruano Gustavo Gutiérrez denotativa de que essa teologia é um novo

complexo teológico capaz de articular a fé com o mundo dos pobres. Sua sustentação está em dois outros teólogos: o brasileiro Hugo Assmann e o uruguaio Juan Luis Segundo, grandes expoentes que acentuaram respectivamente a necessidade de afirmar a teologia da libertação como uma teologia política latino-americana e sua imprescindível libertação de determinados vícios teóricos de uma formulação ineficaz em sua práxis histórica (IDEM, IBIDEM).

Dessa forma, para Gonçalves (2007), a teologia da libertação consolida-se como uma teologia integral de efetiva e verdadeira centralidade do Reino de Deus. Esse clima Pós-moderno é fundamentalmente cultural, abarca o comportamento moral e atinge a ética das pessoas. Mas há também de se afirmar um fenômeno denotativo da superação da guerra fria, da luta entre dois grandes blocos – o capitalista e o socialista – e da emergência da era da globalização política e econômica. Com isso, o Estado moderno passou a conviver com novas formas organizacionais denotativas da unidade das Nações e a ação de um país seja no nível econômico, seja no nível político influi em praticamente todo o globo. A pobreza que era vista na localidade do terceiro mundo passou a ser uma realidade mundial, suscitando uma enorme indignação ética.

A Igreja, portanto, tem o propósito de estimular projetos, aprofundar conteúdos, abraçar novas realidades com valores evangélicos para superação dessa problemática atual global. Medellín quis ser um instrumento de purificação, tendo como base o Evangelho, sob à luz dos documentos conciliares. Buscou responder aos anseios da pessoa humana por mais dignidade. Demonstrou um esforço de ação pastoral conjunta, que se caracteriza por três frentes de ação, que são a promoção humana, a evangelização dos setores primordiais da fé e, por fim, uma ação pastoral para renovar os membros e setores da Igreja.

Como um novo período na vida da Igreja latino-americana, os participantes estavam imbuídos do espírito renovador vindo do Concílio Ecumênico Vaticano II. Os participantes da Conferência sabiam “que não era mais possível continuar com uma mera pastoral de conservação”. Não adiantava manter uma religiosidade que não respondia as verdadeiras necessidades dos povos da América Latina. Era necessário buscar uma profunda evangelização, uma participação maior na vida cultural e fomentar uma organização da pastoral da Igreja. É de suma importância destacar que

a conferência de Medellín realizou-se em um momento oportuno da vida da Igreja na América Latina, porque se estava diante da necessidade de uma retomada pastoral e eclesial, já destacada pelo Concílio Ecumênico Vaticano II.

A Conferência de Medellín refletiu conteúdos valiosos e propiciou uma prática pastoral nova, diante da necessidade de aplicar o Vaticano II para a América Latina. Foram dados muitas contribuições teológicas e pastorais, como as de Enrique Dussel, Segundo Galiléia, José Oscar Beozzo, Dom Alfonso Lopez Trujillo e José Marins. A Conferência de Medellín foi precedida por um período de conscientização, mobilização e avanço no exigir os direitos dos trabalhadores e camponeses. Foi a fase das grandes mobilizações populares. A crise do capitalismo provocou um grande impacto, trazendo baixos salários e desemprego. Nos anos de 1968 a 1971, aconteceu uma fase de ascensão dos movimentos das classes oprimidas. Contudo, as grandes manifestações foram abafadas, pois vários países da América Latina estavam sob o regime militar, que reprimiam com severidade os movimentos populares e grupos políticos organizados a fim de manter a ordem social e a estabilidade política.

Assim, o Concílio Ecumênico Vaticano II “foi mais pastoral do que doutrinal”. A Conferência de Medellín tornou-se porta-voz de uma Igreja que escutou os anseios de seu povo, dentro do espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II, que primou em transmitir ao mundo a mensagem de Cristo através do diálogo com a humanidade, a fim de oferecer a salvação em todas as dimensões, considerando a pessoa na sua totalidade. Medellín fez releitura do Vaticano II a partir da realidade da América Latina: pobreza, injustiça, juventude, fé e esperança. A importância da segunda Conferência de Medellín não se deve somente ao seu conteúdo teológico e pastoral do documento final, mas também por que a Igreja se tornou parceira na luta pela justiça e pela busca dos direitos de tantas nações por vida e dignidade. Medellín contou com liderança de pastores e intelectuais, que colaboraram com o CELAM na execução da segunda Conferência. Entre estes se podem citar Dom Manuel Larraian, um dos grandes articuladores da Conferência, Dom Helder Câmara, do Brasil, Dom Leônidas Proaño do Equador, Dom Samuel Ruiz do México, Dom Bogarin do Paraguai, Dom Geraldo Valencia da Colômbia, dom José Dammert do Peru, Cardeal Silva do Chile. O cardeal Landazuri, de Lima, foi um dos presidentes de Medellín, além do Cardeal Dom Avelar Brandão e o próprio presidente do CELAM, que dirigiu os trabalhos com sabedoria,

contornando conflitos e evitando que pudesse distanciar a Conferência do seu objetivo.

Esses efeitos histórico-teológicos trazem implicações para dar suporte a uma nova forma de encarar a vida, a partir da busca da Igreja católica por uma equalização social, a começar no campo.

Nesse contexto surgem as Comunidades Eclesiais de Base por todo o país. À luz das ideias da Teologia da Libertação, as comunidades tornam-se espaços privilegiados de socialização política, onde os trabalhadores, do campo e da cidade, se organizam para lutar contra as injustiças e por seus direitos¹⁵.

Em 1975, a Igreja Católica cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que trabalha junto às paróquias nas comunidades rurais e periferias da cidade. Através da criação de espaços de socialização política, a CPT rompe com o isolamento dos sem terras de diferentes regiões do País. Esses passam a trocar suas experiências e começam a pensar no desenvolvimento de uma organização de luta pela terra e pela Reforma agrária. Portanto, a participação da CPT foi essencial na articulação das diferentes experiências que construíram novas formas de organização do campesinato. Inicia-se, assim, um novo período na história da luta camponesa, no qual vários religiosos assumem as lutas camponesas, dentre os quais, Dom Pedro Casaldáliga, Don José Gomes, Dom Tomas Balduino. Esse é o período em que a Igreja Católica vinha passando por profundas mudanças e crescia o envolvimento de religiosos com a realidade dos trabalhadores. Desse movimento surge o MST ascendendo com lutas massivas, tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores (FERNANDES, 2000, p. 84).

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, em Goiânia, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. [...]. De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo

¹⁵ A CPT e a formação do MST. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0015624_02_cap_05.pdf. Acessado em: 31/05/2014, as 21:13h.

implantado no campo (STÉDILE e MANÇANO, 1996, p. 19-20). A CPT é uma ação pastoral da Igreja, que tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos.

A CPT foi à aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: "Espera que tu terás terra no céu". Pelo contrário, passou a dizer: "Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra". A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STÉDILE; MANÇANO, 1996, p. 20).

O papel das pastorais sociais e o engajamento da Igreja católica foram imprescindíveis na luta por transformações sociais no campo. As pastorais sociais surgiram para assistencializar os “excluídos” socialmente, através da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB. Neste sentido, a Pastoral Social atualiza, em novos contextos, a solicitude de toda a Igreja para com as questões sociais, concretizando, assim, sua opção preferencial pelos empobrecidos e marginalizados.

A missão das pastorais sociais é evangelizar encarnando-se. Elas guardam sua identidade evangélica e eclesial também quando entram em ações de cooperação com outras confissões religiosas, cristãs ou não-cristãs, com movimentos sociais e políticos de diferente ideologia e práxis. Essa cooperação é necessária e deve ser procurada todas as vezes que houver identidade de objetivos, provocando um certo ecumenismo.

A ação evangelizadora da Pastoral Social considera¹⁶:

¹⁶ Baseado no texto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / **A Missão da Pastoral Social**. Brasília, Edições CNBB. 2008.

- o Evangelho como lugar do encontro da comunidade com Jesus e luz para o confronto com os problemas do mundo;
- os empobrecidos - os oprimidos, as mulheres marginalizadas, os negros, as crianças em situação de risco, os sem-terra, sem-teto, os insignificantes, os favelados... - como sujeitos prioritários de sua ação: promovendo-os como protagonistas de sua história, com sua luta organizada e articulada, e como evangelizadores de outros pobres e de toda a Igreja;
- a comunidade eclesial como lugar da partilha, da participação, da solidariedade, de novos ministérios, de decisões em relação ao destino da sociedade;
- os conteúdos como explicitação da articulação entre fé e vida, entre construção da paz e justiça social;
- a metodologia - na linha da pedagogia do oprimido e da educação como prática de liberdade, de troca, de experiência, de escuta - procura atualizar a metodologia e a pedagogia de Jesus;
- a mística e a espiritualidade evangélica da partilha, da aceitação do conflito e da cruz como fontes da militância pastoral e social;
- uma formação permanente e integral que possibilite aos leigos a descoberta de sua vocação e que os motive a assumir sua missão;
- a escuta às diferentes expressões teológicas que colocam no centro de sua reflexão o olhar bíblico e o projeto de Deus de libertação dos oprimidos: afro-brasileira, feminista, indígena, ecológica;
- uma nova relação com o mundo: articula-se com os oprimidos em defesa de seus direitos e na denúncia das injustiças.

A partir dessa proposta vemos a importância do trabalho ecumênico da CPT, pois a divisão religiosa poderia ter criado diversos movimentos de camponeses e não

unificado o MST. Para Stédile, sem a CPT, os camponeses teriam se organizado, mas essa ação não desembocaria na criação do MST. Para o líder dos Sem Terra, o primeiro fator que permitiu o surgimento do MST foram as lutas pela terra, o segundo foi o trabalho da CPT, que teria começado em 1975 no Centro-Oeste e depois se espalhado por todo o país, e o terceiro teria sido o momento político, com a reorganização democrática do país e as lutas integradas com setores populares e urbanos, como os operários.

Stédile afirma que um dos fatores que criaram a base teórica do MST foi a Teologia da Libertação:

A maioria dos militantes mais preparados do movimento teve uma formação progressista nos seminários da Igreja. [...]. A contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias ideias. Se tu fizeres uma análise crítica da Teologia da Libertação, ela é uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo. [...]. Todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação o pessoal da CPT, os luteranos nos ensinam. Negam a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo (STÉDILE e MANÇANO, 1996, p. 59).

Nesse sentido, embora o MST discursasse ser laico, a realização da mística em seus encontros, por exemplo, é uma prática sempre presente que se apresenta como marco das influências religiosas cristãs; ela serve para manter a coesão dos membros do movimento e para estimular a participação, além de incentivar a atuação em lutas, ocupações e manifestações. No MST constata-se esse ecletismo que une fé religiosa e atividades místicas. Dessa forma, os símbolos do MST, como a bandeira, o hino, o boné, as músicas, as palavras de ordem, os teatros e o jornal, as marchas e os frutos do trabalho, como as sementes, tornam-se símbolos presentes em todas as manifestações, de modo a incentivar nos militantes uma crença de sua missão para a luta, para a organização comunitária anticapitalista e para a construção de uma sociedade socialista.

Embora não seja de compreensão unívoca, a mística liga-se às motivações profundas de pertencimento ao grupo, aos valores que movem a pessoa a partir de dentro, capazes de gerar ações em prol de outrem ou da comunidade como um todo.

Embora não tenha necessariamente origem religiosa, a mística é ampla, diversificada e mobiliza uma combinação em que todos os integrantes se voltam para um momento anterior às reuniões, congressos, palestras, enfim, em prol de um ideal: exaltar os símbolos da luta pela terra. O ritual da mística envolve uma dinâmica onde todos ficam de pé, como num sinal de reverência. Todos cantam, batem palmas e enaltecem a louvação de seus ideais, aí se misturam o sagrado e o profano, com ritmos e músicas que falam da vida camponesa, seus desafios e sua resistência. Ao passo que todos se empolgam nessa socialização, alguém acende um incenso, declamam grito de guerra: Terra pra quem nela trabalha! E por diversas vezes esse slogan ecoa e ganha força pelos participantes da mística. Aí todos saem com o incenso e a bandeira do MST hasteada festejando, cantarolando Pe caminhando para realização da reunião na plenária.

A imagem abaixo retrata uma cena da mística que participamos em Dezembro de 2013, durante a realização do Congresso Estadual do MST, sediado na Escola Nenzinha Cunha Lima, em Campina Grande, Paraíba. Na foto, visualizamos as sementes, o incenso e o folder do Congresso anual a ser realizado em fevereiro de 2014, demonstrando a ritualização do sagrado pelas causas do Movimento.

Foto que exhibe os símbolos da mística



Fonte: Pesquisa de campo, 2013 - Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Embora consideremos essas questões histórico-religiosas e políticas que estreitam o MST e a CPT, não podemos afirmar uma recorrência de militantes que se identificam como católicos. De fato, o movimento tem algumas práticas pautadas em crenças morais e práticas ritualísticas de cunho católico. A confissão do cristianismo e as regras de fé de alguns, demonstram uma interiorização que a Igreja Católica impôs como práticas religiosas no Brasil e no campo, principalmente. Embora o MST diga que é um movimento laico, observe as figuras abaixo como ilustram uma base religiosa de crença no cristianismo e sua proteção divina para com as ocupações dos sem-terra.

Jesus Cristo está junto ao povo, lutando pela reforma agrária e outras necessidades sociais

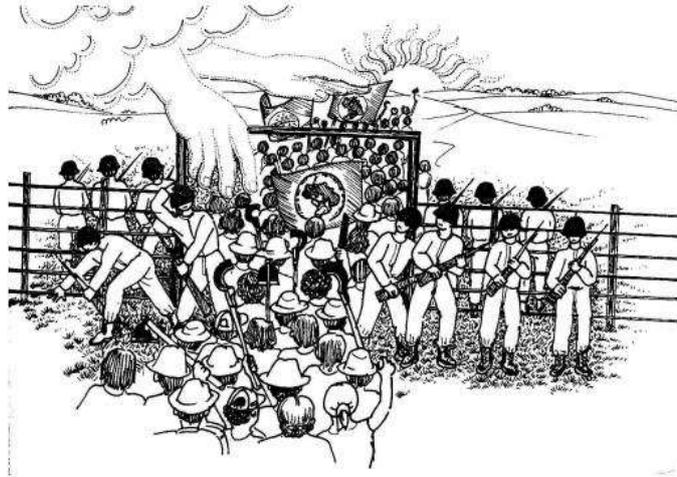


Fonte: Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. Setor de Educação do MST, outubro de 2000. p. 93.

Na primeira imagem Cristo está no centro das mediações que os principais movimentos sociais camponeses como o MST, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, o MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras e o MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores reivindicam como saúde, emprego, moradia. A reforma agrária estaria no centro, demonstrando a prioridade desta, juntamente com sua resistência às intervenções políticas internacionais, como o FMI- Fundo Monetário Internacional, por exemplo.

Já na segunda imagem vislumbramos a intervenção divina, que com suas mãos literalmente protege os sem-terra nos conflitos de enfrentamento nas ocupações.

As mãos de Deus protegendo os Sem Terra em uma ocupação de terra



Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. Setor de Educação do MST, outubro de 2000. p. 79.

Essas ilustrações denunciam a crença no cristianismo e sua influência ideológica no Movimento, embora isso não seja declaradamente assumido. Em nossa pesquisa de campo buscamos averiguar sobre como se assumiam religiosamente as lideranças do MST na Paraíba e nossos entrevistados demonstraram uma diversidade de respostas que explicitam em que medida a religião é percebida e interfere em suas práticas cotidianas. Quando perguntamos sobre sua crença religiosa, a maioria demonstrou um certo distanciamento quanto às suas práticas religiosas. Alguns se declararam católicos, outros apenas crentes em Deus e até um deles que se declarou ateu.

Uma de nossas entrevistadas, de grande articulação no MST, a nível nacional, mencionou suas raízes religiosas católicas, ela estudou muitos anos para ser freira e já no fim desse processo desistiu. Ela justifica sua militância como uma missão e sua trajetória está baseada numa proposta cristã de solidariedade e busca por equidade, a partir de sua vida não para si, para seus interesses, mas para os outros. Ela nos relatou que sua aproximação com o Movimento se deu pelo trabalho na CPT que ela desenvolvia e aí abraçou a causa da luta pela terra em favor dos excluídos.

A maioria de nossas entrevistadas reconheceram a influência do MST, com a CPT, mas não se admitem católicas praticantes. Vejamos alguns relatos:

Eu sou católica, mas não praticante, ligada a teologia da libertação, essas coisas, com influência da CPT, o movimento nos influenciou aqui com o trabalho com os padres e a comunidade, vou a missa as vezes, mas não é sempre não. (Liderança Nei)

Uma outra entrevistada diz que o Movimento não influencia na opção dos militantes:

Sou católica, mas não praticante, acho que o Movimento não influenciou na minha escolha, pois sou de família católica. Essa questão é muito particular, porque tem companheira que frequenta a igreja, que vai pra missa, tem evangélicos, espíritas, mas não sou praticante e tenho algumas críticas em relação a algumas ações da igreja, como o não trabalho assistencialista que a igreja diz que tem. (Liderança Juliane)

Outros relatos também discorreram sobre a influência da religião e seu ecletismo na prática de nossas lideranças acompanhadas na pesquisa de campo:

Já fui de tudo, católica, espírita, evangélica, mas hoje faço minhas orações em casa, sou muito de sentir..., sou muito espiritualizada, logo sou descendente de índio, entendeu? Gosto de acender umas velas, de jogar sal grosso na minha casa, me banhar com ervas, essas coisas. (Liderança Celinha)

Eu tinha uma religião, mas hoje eu só sou apenas uma cristã. Não tenho mais religião definida. Eu creio em Deus, antes eu era católica, fui até catequista, desenvolvia trabalhos na igreja, e isso até me deu base pra chegar em sala de aula como professora (Liderança Viviane).

No penúltimo depoimento eu questionei a liderança Gelda por ter deixado a igreja católica, já que ela era catequista e ela me respondeu:

Uma das coisas que me fez sair do catolicismo foi a questão do preconceito, especificamente o padre, e a outra coisa foi a falta de tempo. Eu estudava dois horários, trabalhava um, aí final de semana era catequista, aí tive que sair. (Liderança Gelda)

O preconceito que ela relata se refere a sua homossexualidade, ela acrescenta:

Eu me descobri assim, como a gente costuma dizer, eu tinha 19 anos, hoje tenho 28, passei uns 3 anos escondida da sociedade, porque a sociedade tem muito preconceito, que é de tudo aquilo que a gente não conhece, mas as vezes as pessoas conhecem, que aí eu não chamo de preconceito e sim pura maldade mesmo. Minha família nunca colocou pressão né? Não sei se é porque sempre tive muita responsabilidade e como sou de família tradicional, isso pesa muito entendeu? Meu primeiro relacionamento foi muito difícil, cheguei a ser ameaçada de morte, sofri perseguição e ameaças por

telefone, por que acabou. Antes tinha um namorado que eu tive muitas decepções, aí terminei me apaixonando por uma pessoa que para os olhos da sociedade é uma pessoa diferente e foi a partir daí que eu me descobri, eu vi que era realmente era aquilo que eu queria. (Liderança Gelda)

Nossa liderança masculina foi o único que relacionou sua crença com tendência ao ateísmo, ele afirmou:

Sou mais pra ser ateu, não pratico religião nenhuma, não vou a nenhuma igreja. Isso é fruto da minha formação política no Movimento. A discussão da igreja me frustrou muito e me revoltou. Determinadas doutrinas que tentam fazer no homem uma lavagem cerebral, de tornar o ser tão alienado, de não fazê-lo enxergar o seu meio. (Liderança Gilmar)

A partir dessas falas, podemos verificar um paradoxo no Movimento, se por um lado se busca uma postura ideologicamente laica, por outro, se constata um ranço cristão - catolicista que pode ser compreendido nas falas, nas crenças valorativas e morais que acompanham as práticas de homens e mulheres, militantes e lideranças.

3.5 E a política no MST?

Segundo Stédile e Mançano (1996) uma das peculiaridades do Movimento, que o diferencia de todas as outras instituições políticas, é o fato de que nele participam jovens, anciões, crianças, homens e mulheres. É dessa inclusão de todos no movimento que o MST ganha força política. Por isso os sem-terra ampliam os interesses dos camponeses, porque a conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Um desses interesses é o da busca da participação efetiva de todos os membros do Movimento na direção política. Dessa forma, superam as características típicas do movimento camponês.

Embora reconhecendo a autenticidade do incondicional apoio da CPT e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os sem-terra concluíram em suas avaliações que essas instituições muitas vezes representavam um limite ao campo político da luta pela terra. Nas articulações que formam com a CPT, a Central Única dos

Trabalhadores - CUT, os Sindicatos e Partido dos Trabalhadores - PT, dentre outros, surgem diversos embates gerados devido às diferentes concepções que as partes da aliança atribuem ao desenvolvimento da luta. Há concepções muito diferenciadas em relação à defesa de posturas mais defensivas ou mais ofensivas de luta. O embate também se dá com relação à tentativa, por parte das organizações, de coordenarem as lutas representando os trabalhadores. No entanto, o MST não pretende representar os trabalhadores, ele busca ser os próprios trabalhadores, e, portanto, sua autonomia não poderia se constituir se estivesse subordinado a qualquer outra organização. (STÉDILE e MANÇANO, 1996).

Assim, é a consciência política que possibilita uma forma de organização que se contrapõe criticamente às visões burocráticas, pelegas e mediadoras. A ideia central dos sem-terra é romper com as estruturas na construção de um processo contínuo de transformação. Por isso, sua organização é composta por uma direção coletiva, não existindo cargos individuais. O MST se estabeleceu em cada estado através de uma estrutura organizativa básica (coordenação, direção, secretarias e setores) concebida principalmente nas experiências de organização vivenciadas pelas famílias nos acampamentos e assentamentos. A partir daí, a consolidação do MST em cada Estado surge nos trabalhos de base que têm como objetivo organizar as famílias para a ocupação da terra. São nesses trabalhos que os sem-terra determinam os setores prioritários, escolhem os seus representantes e criam uma secretaria. Essa estrutura vai se construindo na medida em que mais pessoas vão se envolvendo com o MST e novas necessidades surgem. Ou seja, sua lógica é a do movimento: não busca se estabelecer a partir de um projeto previamente elaborado. Quando uma atividade se estabelece ela já está sendo realizada há bastante tempo, e quando uma pessoa assume a coordenação de uma atividade é devido à sua dedicação e envolvimento com aquela atividade (IDEM).

São das reuniões de pequenos grupos, então, que nasce a organização da luta. Quer dizer, o trabalho de base é a metodologia da luta popular e por isso as lideranças e dirigentes devem estar permanentemente vinculados com as bases. Os principais lugares onde se realizam as reuniões dos trabalhos de base são as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as escolas e as próprias moradias. Esses trabalhos podem ser organizados por um ou mais sem-terra que se deslocam de outras regiões do país, ou podem se iniciar com as pessoas do próprio lugar que tomam conhecimento das ações por meio falado, escrito ou

televisivo. Seu sentido é a troca de experiências, o conhecimento das trajetórias de vida, a conscientização da condição de expropriados e explorados e a construção da identidade sem-terra. As condições subjetivas devem ser desenvolvidas defrontando-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários, no enfrentamento com a polícia e com o Estado. Assim, a recuperação das trajetórias de vida deve estar associada ao desenvolvimento das análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de alianças para o apoio político e econômico. Esse é o processo de formação política e de militância.

A tomada de decisão a respeito da participação na ocupação da terra é a forma de intervir na realidade. Não é possível compreender o MST sem compreender o que significa a ação de ocupar a terra. Ocupar significa romper com o latifúndio. Só pela ocupação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Como os latifúndios são muitos, não é difícil localizar “as terras que não cumprem com a sua função social”. Muitas são as fontes de informação sobre a localização dessas terras. Porém, uma vez decidida qual a terra que será ocupada, falta a decisão de ocupá-la. Essa decisão não é fácil. Muitas famílias se sentem indecisas, com medo. Às lideranças, cabe, então, a argumentação através da apresentação de ideias e referências que atuem na superação das dúvidas. É preciso que as pessoas sintam confiança nos líderes. Por isso, as reuniões nos trabalhos de base podem durar meses, às vezes, até anos¹⁷.

São nos trabalhos de base realizados pelo MST e pela CPT que as famílias têm a possibilidade de compreender que a luta pela terra não termina na sua conquista, pois, seu avanço depende do fortalecimento da organização. A estrutura organizativa do MST compreende as formas de organização das atividades e as instâncias de representação, as quais podem se transformar no processo de construção do Movimento. Em 1999 as instâncias de representação eram: o Congresso Nacional, o Encontro Nacional, a Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos e Coordenação de Acampamentos. Já as formas de organização das atividades se apresentavam da seguinte forma: Secretaria Nacional, Secretarias Estaduais, Setor de Frente de Massa, Setor de Formação, Setor

¹⁷ A CPT e a formação do MST. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0015624_02_cap_05.pdf. Acessado em: 31/05/2014, as 21:13

de Educação, Sistema de Cooperativas dos Assentamentos, Setor de Comunicação, Setor de Finanças, Setor de Projetos, Setor de Direitos Humanos, Setor de Relações Internacionais, Setor de Saúde, Coletivo de Mulheres, Coletivo de Cultura, Articulação dos Pesquisadores, Mística¹⁸.

Mesmo com a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, em quatro anos, apenas 10% do que estava previsto no plano se concretizou. Na realidade, concorreram em grande parte para essas desapropriações as ocupações que se intensificaram pela ação dos sem-terra. No entanto, em 1988, pouco depois do surgimento da organização dos latifundiários, designada como União Democrática Ruralista - UDR, a intenção de se criar uma lei de reforma agrária no processo Constituinte se inviabilizou devido à pressão dessa organização.

O governo Collor, que se inicia em 1989, retira da pauta política a reforma agrária. Intensificando as repressões contra os sem-terra, esse governo cria uma jurisdição da luta pela terra que resulta em várias prisões dos trabalhadores. Em 1994, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária volta à pauta, porém, como política compensatória, ou seja, visando a implantação de assentamentos rurais de acordo com as ocupações realizadas e regularizando a terra de posseiros nas áreas de fronteira da Amazônia. Os conflitos fundiários se multiplicam e cresce a violência no campo: vários trabalhadores são assassinados, chegando esse número a ultrapassar o do período da ditadura militar, segundo pesquisa realizada pela CPT.

Em Rondônia, na Amazônia, acontece o primeiro grande conflito no governo FHC. Em 1995, após terem ocupado uma fazenda no município de Curumbiara, 500 famílias sem-terra são violentamente despejadas por policiais que cumpriam ordem da justiça. Nove trabalhadores sem-terra foram mortos, muitos foram feridos ou desapareceram. Um ano depois, também na Amazônia, no município de Eldorado do Carajás, Pará, caminhavam por uma rodovia no dia dezessete de abril centenas de famílias com destino a Belém. Estavam indo pressionar o governo para conseguir assentamentos e foram surpreendidas por policiais. Ao resistirem, 19 pessoas morrem e dezenas ficam feridas¹⁹. Dos criminosos que participaram desses conflitos poucos foram julgados. A maioria absoluta não foi condenada.

¹⁸ Idem

¹⁹ O dia 17 de abril é denominado pelo MST o "Dia Internacional da Luta Camponesa".

Em 1997 duas mil pessoas partem de diferentes pontos do país em direção ao Distrito Federal na Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça, organizada pelo MST. Depois de dois meses, no dia 17 de abril, chegam a Brasília mais de 30 mil pessoas, lembrando a sociedade do massacre de Eldorado do Carajás (FERNANDES, 2000, p. 50).

Nesse contexto, segundo Simionatto et. al (2011) a ação política e social do MST tornou-se desde sua criação um espaço de referência internacional na luta pela terra. Suas mobilizações saem do terreno de ocupações e demandas prioritariamente pela reforma agrária, e se ampliam para questões de meio ambiente, discussão da utilização de transgênicos, direitos humanos, soberania popular, educação, sem perder o eixo fundamental de sua proposta que é a construção de um novo projeto de sociedade pautado no socialismo.

Desde sua organização enquanto movimento, o MST manteve sua trajetória de luta vinculada ao Partido dos Trabalhadores, que também teve suas origens na década de 1980, num cenário político marcado pelas greves dos metalúrgicos, professores, bancários e outras categorias profissionais organizadas na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assim, as lutas populares dos movimentos e dos sindicatos pelas conquistas dos direitos de cidadania e pelo restabelecimento da democracia constituíram-se nas bandeiras de lutas que fizeram do PT um dos mais importantes partidos brasileiros que se identificava e reunia os projetos políticos dos diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Sem dúvida, fica evidente o apoio do MST à candidatura e eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República brasileira. Podemos dizer que um dos fatores determinantes do pleito petista ao governo federal foi o grande respaldo de parcela significativa que recebia das organizações da sociedade civil e seu acúmulo político nas lutas pela ampliação da cidadania e pela radicalização da democracia (SIMIONATTO et. al, 2011). Esperava-se o encaminhamento de reformas profundas voltadas a um novo projeto de nação tendo como base o apoio histórico dos movimentos e lutas sociais às propostas defendidas pelo PT ao longo de sua trajetória. Além disso, o novo governo aglutinava os anseios de boa parte dos movimentos sociais que deveria responder a determinadas demandas represadas na

superação do modelo neoliberal, e, principalmente, na tão esperada reforma agrária pelo MST.

Sendo assim, no primeiro mandato, por pressão social dos movimentos sociais, foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa até o final de 2006 o assentamento de 400 mil novas famílias, além da garantia de acesso à terra por meio do crédito fundiário de 130 mil famílias e a estabilidade na terra com a regularização fundiária para outras 500 mil famílias assentadas. Conforme o plano, seriam beneficiadas mais de 1 milhão de famílias e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho no campo seriam gerados (MDA; INCRA, 2003). Na verdade, assentou-se em torno de 220 mil famílias apenas, embora o governo divulgasse dados de mais de 500 mil. Esses dados não correspondem à realidade porque foram somados como assentamentos novos, áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens (MST, 2011).

No segundo governo Lula, as perspectivas do MST apontavam para uma relação baseada na “pauta, luta e negociação” (MAURO, 2006). Mesmo assim, o III Plano Nacional de Reforma Agrária não foi elaborado, evidenciando-se, assim, o descompromisso do governo em fazer a reforma agrária, sendo que também foram enviadas duas Medidas Provisórias (MPVs) ao Congresso Nacional. Uma em 2008, a MPV 422, e outra em 2009, a MPV 458, elevando a área passível de regularização na Amazônia Legal de 100 mil hectares para 2500 hectares e só passou no Congresso até 1500 hectares, favorecendo, contudo, a política de legalização da grilagem (MST, 2011).

Os dados do censo agropecuário (IBGE, 2006), também revelam que a concentração de terras continuou no mesmo patamar nos últimos 20 anos. As políticas de criação de assentamentos dos governos de José Sarney, FHC e Lula não conseguiram enfrentar o controle das terras pelos latifundiários. Neste contexto de avanço do modelo agroexportador, com a prioridade do Estado à produção em latifúndios para exportação, os assentamentos foram criados dentro de uma política fragmentada de resolução de conflitos e políticas assistenciais. Conforme demonstram os investimentos do Plano Safra 2009/2010, onde foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio e apenas R\$ 15 bilhões para a agricultura camponesa (MST, 2010).

Entretanto, o segundo mandato foi marcado, principalmente, por constantes propostas de renegociação da dívida dos agricultores familiares e assentados, em virtude do agravamento das dívidas dos assentamentos oriundas da adesão aos programas de financiamento rural, principalmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que contribuiu em grande medida para o processo de endividamento dos trabalhadores beneficiados pela reforma agrária. No II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2003, p.12) é evidente que a política de crédito, destinada ao atendimento da agricultura familiar, principalmente, aos pequenos agricultores assentados pela reforma agrária, não possibilitou o seu real crescimento.

Para o MST, o governo Dilma apresenta o pior índice de desapropriação de terras dos últimos 20 anos. Em 2012, apenas 28 imóveis rurais foram alvo de decreto. Em 2013, nenhum imóvel foi desapropriado até o momento. Durante o primeiro semestre de 2013, movimentos sociais do campo realizaram diversas jornadas de lutas, com pautas conjuntas ou específicas, colocando a necessidade emergencial do governo realizar a Reforma Agrária no Brasil. De acordo com Alexandre Conceição, da Coordenação Nacional do MST, o governo abandonou a Reforma Agrária e absteve-se de cumprir a sua obrigação constitucional. Conceição também afirma que, no próximo período, o MST vai intensificar as jornadas de lutas contra a ofensiva do capital estrangeiro e fará ocupações de latifúndios improdutivos. Ao mesmo tempo, fará alianças para consolidar a construção do projeto da Reforma Agrária Popular, diante da necessidade de mudança do modelo agrícola do país²⁰. A questão que ressurgiu é de como ela será feita. Embora o MST tenha multiplicado o número das ocupações conseguindo a implantação de milhares de assentamentos, isso ainda não foi suficiente para provocar uma mudança na estrutura fundiária do Brasil.

Diante desse quadro, nossos entrevistados se mostraram muito desacreditados dos governantes da atualidade, eles defendem uma política na perspectiva da militância, mas não nos moldes da política partidária. Nas entrevistas ninguém afirmou ter alguma filiação partidária, apenas algumas articulações com lideranças políticas por questões de interesse do Movimento. Discutimos alguma influência petista, mas

²⁰ PACHECO, Iris. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Governo-Dilma-abandonou-a-Reforma-Agraria-afirma-Alexandre-Conceicao>, 2013. Acesso em: 07/06/2014 as 21:50h

constatamos uma certa apatia, quase que generalizada, sobre a influência desse no MST.

Quando indaguei sobre crença política nosso entrevistado afirmou:

Hoje eu voto pra não cancelar o meu CPF, os partidos não tem mais projeto, só fazem governar de acordo com as regras do estado burguês. É o capital que determina o que o Estado tem que fazer. Já fui do PT, mas hoje não acredito mais... quando qualquer um governo, seja de extrema direita ou esquerda, chega ao poder, são como qualquer um. O Estado tem suas regras definidas, e a mudança que nós queremos não vai acontecer pela via eleitoral. Hoje o PT só pensa em governar, não discute mais projeto, governar para todos, mas com interesse para o capital, todos, menos o povo (Liderança Gilmar).

Uma entrevistada afirmou:

Não era pra existir mais política partidária, era pra haver o socialismo. Eu voto, não pela pessoa, mas por seus projetos. Temos parceria com o governo federal, estadual e municipal que nos ajuda, mas quem mantém o movimento forte é a base, os acampados e assentados (Liderança Celinha).

Embora o Movimento tenha um certo “ranço esquerdista”, em nossa pesquisa de campo outra entrevistada reafirma o descrédito da política petista:

Mesmo o governo de Lula e Dilma terem aberto o diálogo com as organizações, na prática quem leva a maior parte das coisas continua sendo a burguesia. Mas essa política de diálogo, não tá muito..., a estrutura do Estado é burguesa. De certa forma isso acabou influenciando para essa reforma popular que o movimento pensa hoje. Então pouca gente vai pra luta, pra o enfrentamento, então isso acaba dificultando o processo de luta e atuação do MST (Liderança Eliane).

Em relação as crenças políticas, outros depoimentos versaram uma tendência de não identificação do MST com nenhum partido, nem PT, nem qualquer outro, mas, apenas em propostas individualizadas que contemplem os interesses do Movimento:

Minha crença política não é em partido, nosso debate de formação política se volta pra quem tiver propostas que visem os pobres, a reforma agrária. Temos pessoas de direita e de esquerda que não tem compromisso com a classe trabalhadora. Eu não vou pelo partido, até porque partido hoje não representa mais uma classe e sim alguns interesses particulares. Eu vou pelo histórico do candidato (Liderança Juliane).

Eu não gosto de política partidária e nem tenho nenhuma filiação. Se eu ver que eles estão fazendo um bom trabalho eu voto, esse é meu critério, pra mim não tem direita nem esquerda, isso é uma coisa muito mentirosa. Eu costumo analisar o trabalho que o candidato vem fazendo (Liderança Gelda).

Finalmente, apenas uma liderança entrevistada relatou ter filiação partidária com o PT, ela explicou:

Eu sou filiada ao PT, e geralmente aos candidatos da coligação. Isso é de família, minha mãe era liderança sindical na Paraíba, Maria da Penha, ela foi uma das fundadoras do partido e muito amiga de Margarida Maria Alves, conviveram juntas hoje eu tenho um irmão que é vice-prefeito aqui na cidade (Liderança Nei).

Essas falas ilustram que o MST tem uma heterogeneidade de concepções da política partidária no Brasil. Não há como estabelecermos visões conclusivas, haja vista que essas apreensões são bastante particulares. Agora, é fato que a maioria das lideranças, femininas ou não, perceberam a vulnerabilidade e ineficiência do governo PT nos últimos anos, no quesito reforma agrária. Por isso eles se articulam com propostas incisivas de uma reforma agrária popular, que venha se sobrepor a política neoliberal capitalista. Mas a questão é: até que ponto será possível se superar esse modelo hegemônico enraizado na atual sociedade global?

3.6 “Conversa não enche barriga de ninguém”

Essa foi uma das falas de uma liderança feminina do MST, observada durante nosso trabalho de campo. Em uma de várias reuniões internas que participei, pude perceber como a política é levada a cabo no movimento. Tratava-se de uma reunião da direção com assentados locais para motivar esses a reivindicarem a aprovação de seus projetos para financiamentos junto ao Banco do Nordeste - BNB. Quem liderava a reunião era essa assentada, irmã da presidente do assentamento, juntamente com um casal de técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB²¹. Em toda

²¹ A CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela

a sua fala, ela incitava a participação massiva e inclusive o enfrentamento. Ela ressaltava que estava cansada de tentativas de inscrições dos projetos e do banco recusá-los. Segundo a técnica que participava da reunião, foram enviados mais de 150 projetos para apreciação do banco e só 4 foram aprovados, fora que alguns financiamentos foram aprovados, mas o assentado só sabia praticamente na hora de assinar os contratos. O técnico disse: “é um absurdo alguns financiamentos feitos pelo BNB; só podem agir de má fé, porque só vêm avisar quase de meio dia para que as 14 horas os assentados já estejam lá, a gente fica empancado pela burocracia”.

Num cenário de muitas discussões, a que mais me chamava a atenção era sobre a convocação para o enfrentamento ao BNB feita por essa liderança Nega. Ela dizia:

Eu posso organizar o povo, botar essa camisa vermelha e se juntarmos todos dentro do banco, ninguém vai notar, quando perceberem, nós já vamos ter enchido o banco e aí vamos pressionar pra saber porque nossos projetos não são aprovados (Liderança Nega).

De fato, essa ocupação foi realizada e a participação dos assentados superou a expectativa no BNB de Campina Grande, que ficou “tomado de vermelho”, fato bem repercutido na mídia televisiva local, que quase sempre só veicula “um lado da moeda”, transmitindo o enfrentamento de forma tendenciosa e comprometedor do Movimento.

Sabedora de que o governador Ricardo Coutinho estaria na principal estrada que dá acesso a seu assentamento essa mesma líder afirma:

Ficamos sabendo que o governador vai começar as obras da estrada, pois amanhã à tarde todos vistam a camisa vermelha pra reivindicar ao governador nossos direitos, até agora a escola tá sem professor, vamos pedir professor e transporte escolar. As mães não tão aí reclamando que podem perder o benefício da bolsa escola? Porque sem professor não tem escola então todos temos que ir. Eu mesma vou fazer uns cartazes e vocês façam também pra gente tudo se reunir e protestar porque os políticos só têm

Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991. É uma agência oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado.

discurso, só tem conversa e a gente sabe que conversa não enche barriga de ninguém, né? (Liderança Nega)

Esse depoimento nos confere a importância política que o movimento tem no quesito reivindicação. A motivação suscitada por essa liderança ilustra sua notoriedade diante da oportunidade deles estarem perante o governador, com o intento de publicizar sua luta, que não é pessoal, mas coletiva. Não só em relação ao asfaltamento da via principal de acesso a seu assentamento, mas às outras tantas reivindicações como água, a contratação de professores para zona rural e os benefícios de fomento frente a estiagem e para a produção artesanal no assentamento do qual estavam inseridos. Ela, portanto, conclama os assentados e assentadas a vestirem literalmente a camisa da luta por condições de permanência na terra.

3.7 Por que tanta violência no campo?

A violência é uma das preocupações atuais do século XXI. Para abordá-la é preciso a compreensão de toda uma conjuntura que perpassa todos os aspectos histórico-sociais, econômicos, políticos, religiosos, ideológicos e culturais.

Quando mencionamos sobre a violência no campo, nos damos conta de que esse problema é recorrente, porque esse espaço geralmente é demarcado por disputas de poder, ainda mais quando a relacionamos nos espaços de luta dos movimentos sociais do campo. No caso do MST, sabemos que seu histórico remonta, tradicionalmente, disputas, enfrentamentos e mortes em todos os níveis.

Por tudo isso, em nossa pesquisa de campo a questão da violência recebeu um certo destaque para que pudéssemos compreender um pouco das trajetórias políticas do MST na Paraíba. Essa questão é pertinente porque ela explica um considerado número de comportamentos sociais evidentes entre homens e mulheres nos espaços do acampamento, do assentamento e da vida diária nestes.

Em uma de nossas entrevistas, uma liderança feminina abordou a violência no campo com bastante completude. Ela afirmou:

A causa central da violência é a concentração de renda no Brasil. Primeiro: a desigualdade no capitalismo é histórica e gera o desemprego, que aí as pessoas se tornam violentas. Segundo: no semiárido brasileiro e no Nordeste, acho importante resgatar a história do coronelismo, os coronéis que sempre mandaram e desmandaram, principalmente na questão das mulheres e que tá enraizado até os dias de hoje e a própria formação histórica do Nordeste. Tem o terceiro elemento que se liga ao primeiro que é a concentração da propriedade e dos bens. Quando você concentra, se tá concentrando riqueza, terra, latifúndio, poder e isso na Paraíba também. Historicamente na Paraíba, enquanto em 1985 se fundou a União Democrática Ruralista – UDR no Brasil, aqui não, pois por aqui sempre existiu grupos paramilitares que se organizavam em torno das grandes fazendas para defender a propriedade privada, e aí a sociedade foi se degenerando e aí obviamente a degradação do ser humano, com drogas, a não perspectiva de vida traz pra as pessoas a ideia de que tudo vale: matar, morrer, roubar, porque as pessoas perderam o sentido da vida. Em relação as mulheres, essa questão da violência é histórica do coronelismo, onde essas eram usadas como objetos e mercadoria, e isso vai pra dentro do assentamento, mesmo após a conquista da terra (Liderança Dilei).

Ela cita casos da violência contra a mulher e das iniciativas do MST para reversão desse quadro. Ela narra:

Temos muitos casos de agressões, espancamentos de mulheres, embora as discussões sobre essa questão tenham avançado. No dia 12/08/2013, nos 30 anos da morte de Margarida Maria Alves, esse foi um dos pontos, a campanha contra a violência. Inaugurou-se um projeto com dois ônibus itinerante que vão percorrer as comunidades rurais, onde vai uma delegada, uma psicóloga, em todos os estados do Brasil, com essa unidade móvel, as mulheres poderão fazer as denúncias. É o governo federal que repassa a verba para os governos estaduais, que repassa para a secretaria da mulher, junto com as organizações sociais. Mas isso é muito incipiente, porque existe o medo muito forte da mulher denunciar e depois ser morta, ou der ser agredida ainda mais. Não é tão fácil, tem que se ter outros instrumentos educativos. Hoje os movimentos sociais têm buscado políticas de não-violência, coisa que não existia antes, espaços onde o estado pode te acolher e proteger. Um de nossos dirigentes falou diretamente para os homens sobre a violência contra a mulher, os casos suscitam a necessidade do movimento contribuir para essa questão. A sociedade tem evoluído pra esse debate, já que a questão de gênero tem sido foco hoje em praticamente todos os espaços sociais, então o MST também evolui pra envolver todos os setores, pois precisamos elevar o nível de consciência de todos e todas (Liderança Dilei).

Essas falas ilustram como a violência é recorrente também no ambiente rural. Essa questão é historicamente cultural, devido a fatores multicausais, tais como a pobreza, o desemprego, o abuso de drogas e as acentuadas desigualdades sociais, enfim, e aí surge o impasse quanto a aplicação da Lei Maria da Penha. Até que ponto é possível reverter esse quadro de violência? Como será possível elevar o nível de

consciência de todos? Não será pretensiosamente romântico pensar que por discutirmos a problemática da violência feminina estaremos perto de revertê-la?

O único homem entrevistado de nossa pesquisa afirmou que a violência no campo está muito atrelada ao consumo de álcool. Ele diz:

A violência no campo aumentou muito porque a zona urbana vem buscar no campo possibilidades de sobrevivência. Se dá pelo modelo de sociedade capitalista onde a competição cada dia tá mais voraz, o ter, o consumo, as pessoas buscam a todo custo. A violência é um problema estrutural do capitalismo, sistema desigual, que monopoliza riqueza, que produz cada dia mais pobres. Eu vejo muitas agressões contra a mulher, física, psicológica, mas por causa do álcool, é uma situação difícil, porque na ação política coletiva, como é no assentamento ou acampamento, é difícil dialogar com um indivíduo, porque você corre o risco de se alterar, sofrer ameaças, enfim... como é que você acaba com a violência se a sociedade te joga mais no poço da miséria? (Liderança Gilmar)

Uma de nossas entrevistadas, uma liderança feminina também ressaltou a influência do álcool como fator desencadeante da violência contra a mulher. Ela afirmou:

A maioria dos casos de violência contra a mulher é porque o companheiro gosta de tomar cachaça aí bate, aí a mulher fica refém dessa violência. Nos do campo também não estamos longe da violência contra a mulher, essa é uma luta da gente também..., aqui no assentamento tem casos de violência física, algumas já pediram ajuda..., as vezes não é só com a mãe, é com os filhos também. Eu cheguei a ver um caso da mãe e os filhos serem jogados fora de casa e a própria filha denunciar o pai alcoólatra. A mãe pediu pra filha retirar a queixa, e teve momentos dele vender tudo de dentro de casa pra beber. Aí eu cheguei pra ele e disse (eu pensei que ia apanhar na hora, risos): se você bater nela mais uma vez eu vou entrar com pedido no Inca pra você sair daqui. Fiz uma ameaça né? Aí ele se arretou, se levantou do lugar, saiu e depois fala comigo bem distante, todo sem graça. De certa forma vi melhora, mas oscila né? Aí eu falei pra ela: a primeira coisa que você tem que fazer é ter coragem de romper com isso né? Porque não vai adiantar eu intervir, eu falar..., depois ninguém vai poder lhe ajudar (Liderança Eliane).

Uma de nossas entrevistadas relatou:

Na minha opinião o maior problema que gera a violência é a falta de incentivo social. Nós temos uma deficiência em toda sociedade: como é que se cria uma área de assentamento e não se coloca segurança, polícia? Como se cria uma comunidade sem ter educação, sem ter escola? A cidade socada de gente, vamos explodir esse mundo se a gente não tiver cuidado. Os jovens são obrigados a sair do campo para estudar na cidade. Por que não se faz

escolas técnicas no campo para incentivar a se ficar no campo? No campo nossos filhos não têm educação, só na cidade, aí recebe muitas influências: drogas, prostituição, tráfico que as vezes levam pra dentro das comunidades rurais. Em relação as mulheres existem muita violência, de vários tipos, agressões, o que é caso de expulsão do acampamento. A gente conversa, mas existe muita repressão moral, psicológica e física, mas isso é em todo lugar. (Liderança Celinha)

Outra liderança entrevistada, fez questão de frisar que a violência só acontece nas bases, mas será? Ela disse:

Na liderança a gente não vê casos de violência contra a mulher, só nas bases, né? A psicológica que o homem diz: não vai pra tal canto, não faça isso, humilha né? Dizendo você não é capaz disso..., é uma forma de violência também né? A física por aqui é muito pouca, mas tem caso de separação porque a mulher não aguenta sabe? Aí se separa mas tem que assumir sozinha a casa, as crianças, tudo né? Sem contar na violência da traição né? Mas isso depende, porque eu morei no Sergipe e lá era muito comum o homem ter duas famílias, aqui perto tem dois casos, uma que ajuda a outra e outro caso de que convivem as duas no mesmo lote. (Liderança Nei)

A diretora nacional do MST na Paraíba, nossa entrevistada relacionou a violência como um entrave para o trabalho de militância. Ela disse:

A violência é mais evidente com essa criminalidade que estamos vendo no campo. As drogas têm grande parte disso. As mulheres são as maiores vítimas, são agressões físicas, psicológicas, porque no campo a mulher fica muito sujeita ao homem, essa questão está mudando, mas ainda é assim, a gente se depara com determinadas situações complicadas, ainda mais porque eu sou assistente social, aí eu vejo esse problema de perto. A gente busca conscientizar mais a mulher, dizendo até que ponto ela permite isso..., mas a violência é geral, em tudo, você não pode nem dizer pra alguém não botar o gado na reserva, porque o povo já acha ruim, então estamos chegando num grau que não se consegue entender, porque a gente quer o bem e tem aqueles que querem prejudicar os outros. Temos que trabalhar a conscientização coletiva, porque as famílias, os jovens, enfim, ficam com medo de discutir no movimento e militar por causa dessa violência. (Liderança Juliane)

Durante essa entrevista foi relatado o caso, do atual presidente do assentamento José Antônio Eufrouzino, que foi ameaçado de morte e que diz andar armado e que muda de rota para entrar e sair do assentamento, por ter desagradado os filhos de uma família assentada, que o jurou de morte. O que nos foi informado foi de que esses rapazes foram presos, mas se soltaram recentemente e inclusive são acusados de praticaram um homicídio e tentaram contra outra pessoa. Se tratava do

esposo de Dona preta, uma assentada que exerce grande militância no assentamento referido, que foi morto covardemente e da tentativa de matá-la também, fato relatado pelos vizinhos de que eles apanharam muito, e levaram tiros, mas que ela não morreu porque se fez de morta. O caso teve repercussão até na mídia local, mas os acusados continuam impunes.

Esse descaso é apenas mais um e a impunidade sem dúvida é o maior trunfo para perpetuação da violência, não só no campo. Foi o que relatou uma outra entrevistada:

O que justifica tanta violência é o descaso da própria justiça, principalmente com a zona rural. A gente não via tanta violência como tá agora, gerado pelas drogas onde o sistema penitenciário é péssimo. Em 2012 fizemos mobilizações denunciando a falta de compromisso da justiça com o povo do campo, e da cidade também. Na cidade está ficando fora de controle, a gente tem andado com medo. Ao invés dessas pessoas serem presas, nós é que somos, quando temos que comprar grades e portões. Eu acho que deveria ter a patrulha rural, que fosse ativa, que não aparecesse só quando tem alguma tragédia. A política local sabe quem são as pessoas mas tem medo de falar, porque sabem que podem morrer e a justiça não faz nada por eles (Liderança Gelda).

3.8 Conflitos e enfrentamentos: porque as mulheres na linha de frente?

Essa é uma questão intrigante, pois quando falamos de conflitos onde existem enfrentamentos dos militantes com a polícia, ou mandantes dos latifundiários, quase sempre se relaciona as estratégias de barreiras na linha de frente com mulheres e crianças. Durante a pesquisa de campo, busquei captar pelas falas e pela observação direta informações sobre essa questão e verifiquei que embora essa seja uma organização estratégica, as mulheres não reconhecem isso declaradamente. Nas entrevistas a maioria disse que as mulheres vão para o enfrentamento porque querem lutar e não tem medo, são corajosas, ousadas, mas nas palavras de Bourdieu, não teríamos aí um exemplo de um *habitus* inconsciente? Pois numa fala uma de nossas entrevistadas afirmou “a gente deixa as pessoas conscientes e não as colocamos em risco, elas vão porque querem, porque na maioria dos casos a polícia não bate em mulheres e crianças”, ela ainda acrescenta “sempre foi assim, é uma característica do MST, as mulheres fazem, é o momento de tudo ou nada” (Liderança Celinha). Ou seja, elas interiorizaram essa premissa, de que são pouquíssimas as chances da polícia partir para o enfrentamento direto, agressivo e se prevalecem para estruturar uma

ordem de “arrumação” que colocam as mulheres e crianças por seus estereótipos convencionados socialmente de mais frágeis.

Sobre os conflitos por terra na Paraíba, constatamos que os mesmos são recorrentes e que evidenciam uma prática elementar dentro do Movimento que é a ocupação, a conquista pela terra e por condições de vivência nela. Em nossas entrevistas destacamos, pelo menos três falas pertinentemente ilustrativas que explicam como se dão esses conflitos:

O conflito no MST é iminente, pois é impossível tirar terra do latifúndio sem conflito. O PT optou por não fazer a reforma agrária, no entanto, a lei depois do PT configurou a ocupação de terra como crime hediondo. Com isso temos feito muitas ocupações na beira de Brs, sem provocar conflito, a gente ocupa e pede vistoria da terra, aí não tem tido conflito direto. No entanto, quando a gente ocupa a terra, o conflito é acirrado. E nesse momento estamos vivendo conflitos duros na luta pela terra. No litoral Sul, nas várzeas de Souza, contra o latifúndio e contra o capital financeiro. Não é uma luta contra o latifúndio, é uma luta do aparato do Estado, das empresas transnacionais. Hoje a luta maior não é tanto pelo latifúndio tradicional, arcaico, é um conflito contra um modelo: o capital. O latifúndio hoje se modernizou, não é mais o dono da terra que a gente briga com ele e ele desiste, temos conflitos permanentes, mas esses podem não ser vistos num massacre sangrento, porque o latifundiário hoje não precisa mais enfrentar os sem-terra, tem o Estado que ampara ele (Liderança Gilmar).

Os conflitos por aqui são muito fortes. Se não tivéssemos luta e conflitos acirrados não teríamos acampamentos aqui já com 10, 9, 8 anos, como no sertão por exemplo. Nos mesmos fizemos uma ocupação conflituosa na divisa Paraíba/Pernambuco, com um embate numa usina onde os engenhos estão falidos, queimamos cana, arrancamos cana, plantamos feijão, prendemos gente e só soltamos com a polícia federal e assim também foi na fazenda Santana, nas várzeas de Souza, porque nossa luta é contra o agronegócio, o agrotóxico e o direito à terra (Liderança Juliane).

Na Paraíba temos conflitos sim, não como era antigamente. Geralmente matavam muito nossos companheiros, mas a gente ainda sofre muitas ameaças, temos áreas aqui em que nossos companheiros foram agredidos, presos, quase mortos e outros que pagaram com sua vida, só que essa parte a mídia não passa, só passa quando a gente faz um fechamento de BR, quando ocupamos um órgão do Estado, público, aí passa de forma distorcida. A gente só consegue as coisas através das lutas, das mobilizações, que não deixa de ser também um conflito. Porque quando a gente entra em contradição com os governantes ele terminam mandando bater ou atirar na gente. Por isso a gente precisa lutar todo dia, a gente já acorda pensando na luta (Liderança Gelda).

Sendo assim, os conflitos acabam culminando quase sempre em ocupações, que são o ápice das reivindicações suscitadas pelo Movimento na luta por uma possível visibilidade política e social dos trabalhadores sem-terra. Então, esses enfrentamentos se articulam como tentativas de viabilidade de uma luta que está ainda começando, mas que nem sempre são exitosos. No entanto, eles se tornam uma alternativa que expressa indignação e que ressaltam as desigualdades sociais no campo, bastante acirradas em nosso estado.

Uma de nossas entrevistadas, responsável pelo setor de formação do MST no Estado ressaltou:

O MST se consolida com o setor de gênero, mas por iniciativas pessoais que propriamente coletiva. Tem que se buscar um modelo de participação que envolva as mulheres nos debates. Apesar de que no Movimento as primeiras da luta são as mulheres, se você for fazer as comparações você vai ver que as mulheres e as crianças estão sempre a frente. Se você vai num acampamento, a maioria dos homens estão trabalhando fora, quem segura o acampamento são as mulheres. Nas mobilizações quem estão na frente são as mulheres e crianças, elas estão na barreira da frente. A questão maior é fortalecer essa estruturação no debate político das mulheres, da participação e dessa igualdade política. E mesmo tendo a participação política as mulheres tem o enfrentamento, as dificuldades de ter que cuidar das crianças, de ir pra luta e de sempre estar na ativa em todos os momentos de lutas (Liderança Eliane).

Portanto, essa narrativa nos remete a uma compreensão de como se articula o poder político socializador que as mulheres têm no MST. Não só as que estão “na linha de frente”, mas esses embates ideológicos, políticos e sociais são travados muitas vezes no anonimato e que vêm ressaltar o lugar de protagonismo investido nas mulheres que compõe o Movimento. Claro que essa politização não é massiva, ela está sujeita a uma dinâmica de comportamentos diversos, das submissões referenciadas a algumas mulheres, mas ao mesmo tempo, há resistências, muitas vezes silenciadas pelo discurso, mas vívidas nas práticas, aparentemente apolíticas, mas fortemente politizadas.

4 O MOVIMENTO EM MOVIMENTO: ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICOS DO MST

A Sociologia weberiana baseia-se na concepção de “ação social” e no postulado de que a sociologia é uma “ciência compreensiva”. Weber, não trabalha com fato social, mas com categoria social (ação) com a origem no indivíduo e afirma que toda ação social do indivíduo tem como princípio a liberdade. A ação social, se constitui o marco inicial para a definição da Sociologia compreensiva de Weber, que para ele, “ocorre quando um indivíduo leva os outros em consideração no momento de tomar uma atitude, de praticar uma ação”. Rodrigues *apud* Weber (1913), define: por “ação” (incluindo a omissão e a tolerância) um comportamento compreensível com relação a “objetos”, isto é, um comportamento especificado ou caracterizado por um sentido (subjetivo) “real” ou “mental”, mesmo que ele não seja quase percebido. [...] A ação que especificamente tem importância para a sociologia compreensiva é, em particular, um comportamento que: 1. Está relacionado ao sentido subjetivo pensando daquele que age com referência ao comportamento dos outros; 2. Está co-determinado no seu decurso por esta referência significativa e, portanto, 3. Pode ser explicado pela compreensão a partir deste sentido mental (subjetivo). (WEBER, 1913 *apud* RODRIGUES, 2001, p. 54). Segundo Rodrigues (2001), quando nossa ação é pautada na racionalidade, naturalmente esperamos que os outros também procedam da mesma forma, para podermos avaliar nossas possibilidades de conduzirmos nossos objetivos até o fim:

O agir em comunidade também pode se fundamentar na expectativa de que os outros dêem determinado peso a certos valores e crenças, ou então na expectativa de que os outros se comportem de um modo regular, na média dos comportamentos geralmente usados para aquela situação. Ou, ainda, de que se comportem de modo emotivo, irracional (RODRIGUES, 2001, p. 58).

No entanto, agir em sociedade é diferentemente do agir em comunidade. A ação social é um conceito mais bem definido. E o agir em comunidade são as expectativas que se fundamentam nas normas sociais em vigor. Portanto, segundo o autor, a ação social racional constituinte da relação fins/comportamento – “é aquela que se orienta por meios tidos como adequados (subjetivamente) para obter fins determinados, fins estes tidos como indiscutíveis pelo indivíduo (subjetivamente)”.

A contribuição da sociologia weberiana destaca a riqueza dos aspectos hermenêuticos, intersubjetivos, e expressivos da ação social com a grande “sacada” de que essas, em suas diferentes motivações, devem ganhar um *status* científico por sua proposta de compreensibilidade com os sentidos balizados na cultura, que efetivamente evidenciam a relação dicotômica sujeito-objeto.

Nesse embate do que é individual em detrimento ao coletivo, do que é construído individualmente e do que é determinado socialmente, um outro autor contemporâneo entra em cena: Anthony Giddens. Ele discorre sua teorização sociológica sobre o poder da agência (significando a ação humana) em fazer a diferença no processamento das interações sociais.

Giddens conseguiu trazer a produção e a reprodução da vida social para o centro dos interesses no campo da teoria social, ele propõe uma visão ampla e discutível sobre a teoria da estruturação e a práxis social. Para ele, as relações sociais são “estruturadas” por meio de regras encrustadas nas práticas da interação. Do ponto de vista metodológico, ele realiza uma síntese entre a sociologia estrutural e o funcionalismo, de forma que conjugue estrutura e ação numa teoria só, intitulada de Teoria da Estruturação.

Segundo Giddens (1997), estrutura é “o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social”; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas no tempo e no espaço.

A noção de estrutura é fundamentalmente processual: diz respeito a práticas padronizadas e recorrentes, que se encontram situadas no tempo e no espaço. Neste sentido, os indivíduos vivem e se organizam através de processos dinâmicos de interação social, ou seja, todos os homens têm potenciais que são desenvolvidos ao longo da sua vida (COHEN, 1996).

Entretanto, muito embora haja na conduta humana uma dimensão subjetiva considerável, também há um certo limite à autonomia de ação do indivíduo: a regularidade da conduta. Logo, a conduta não é nem mecânica e nem aleatória, pois há o elemento que conduz à sua padronização no tempo e no espaço; e também não é rígida, pois há um limiar de autonomia nas ações.

Segundo Cohen (1996), a concepção de Giddens sobre o papel dos indivíduos dentro do sistema social não fala de experiências individuais e sim de práticas sociais (coletividade). Pressupõe-se, portanto, que o processo de adoção de inovações para ele, deva ser um processo coletivo de decisões levando em consideração os elementos estruturais que fazem parte da prática social. Talvez sua contribuição mais significativa esteja em compreender que é na dualidade da estrutura que se pode tratar as regras referentes às regularidades de conduta como propriedades estruturais das coletividades sociais – as regras estão implicadas nos desempenhos das práticas sociais rotineiras e contextualmente históricas. Portanto, a ação dos atores e a estrutura, se pressupõem mutuamente. Os indivíduos por meio de suas ações fazem a história e isto acontece sempre dentro de estruturas já existentes que vão se modificando ou sendo recriadas, através da ação dos atores. A partir dessa perspectiva rompe-se com o dualismo clássico entre objetivismo/subjetivismo, existindo uma tensão reflexiva entre eles no plano social.

Assim, para Giddens a teoria de estruturação diz respeito à reprodução de sistemas sociais; nestes, a estrutura está recursivamente implicada, compreende as atividades e relações entre atores, organizadas como práticas sociais reproduzidas através do tempo e do espaço. Isso quer dizer então que, essas práticas envolvidas entre os atores sociais são recursivas, ou seja, elas não são totalmente internalizadas por eles, mas são continuamente criadas e recriadas pelos mesmos.

Essas noções nos permite compreendermos que num universo de pensamentos e comportamentos diversificados dentro do MST, as diferenças se acentuam na criação de uma identidade de pertencimento que os colocam em momentos de aceitação da ideologia do Movimento e que na maioria dos casos os assemelham quando se fala de militar pela causa da terra, principalmente quando consideramos os(as) militantes que exercem cargo de liderança. Isso se verifica também na proposição bourdieusiana na construção de um *habitus* no ambiente do assentamento diluído no campo social.

Dessa maneira, para que possamos fazer uma leitura sociológica de nosso objeto de estudo temos que analisar as condutas e as diversas motivações para as práticas dos sujeitos sociais envolvidos em nossa pesquisa. Assim, também devemos considerar como os militantes constroem sua identidade a partir dos princípios

políticos organizativos do MST e como as definições de lideranças são construídas e delimitadas a partir das diferenciações de gênero.

4.1 *Habitus*, Campo e MST

Etimologicamente *habitus* é uma palavra latina, traduzida por Tomás de Aquino (1225-1274), que na tradição aristotélica advém do conceito de *hexis* que o designa como sendo as disposições psíquicas que podem ser influenciadas pela educação, por exemplo, mas que não são nem inconscientes, nem subtraídas à ação da vontade, nem determinadas de maneira exclusivamente social, nem determinadas unicamente pela posição no sistema de estratificação social; além disso, estas disposições não determinam de modo nenhum de maneira mecânica nem as representações nem as ações do sujeito. É preciso concebê-las mais como quadros ou guias, de que o sujeito pode desligar-se com maior ou menor facilidade (BOUDON, 1990).

Para Bourdieu, o *habitus*, deve ser visto como um conjunto de esquemas, percepção, apropriação e ação que é experimentado e vivenciado, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam. Ele é um instrumento conceitual que auxilia na apreensão de uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos, nas ideias e ações. Portanto ele não tem uma conotação engessada, puramente conceitual, mas é uma noção que nos auxilia a pensar a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade socializada pelos sujeitos. Daí sua pertinência sociológica para que o cientista social se dê conta da complexidade motivadora das ações sociais, sejam elas racionais ou não, conscientes ou inconscientes (SETTON, 2002).

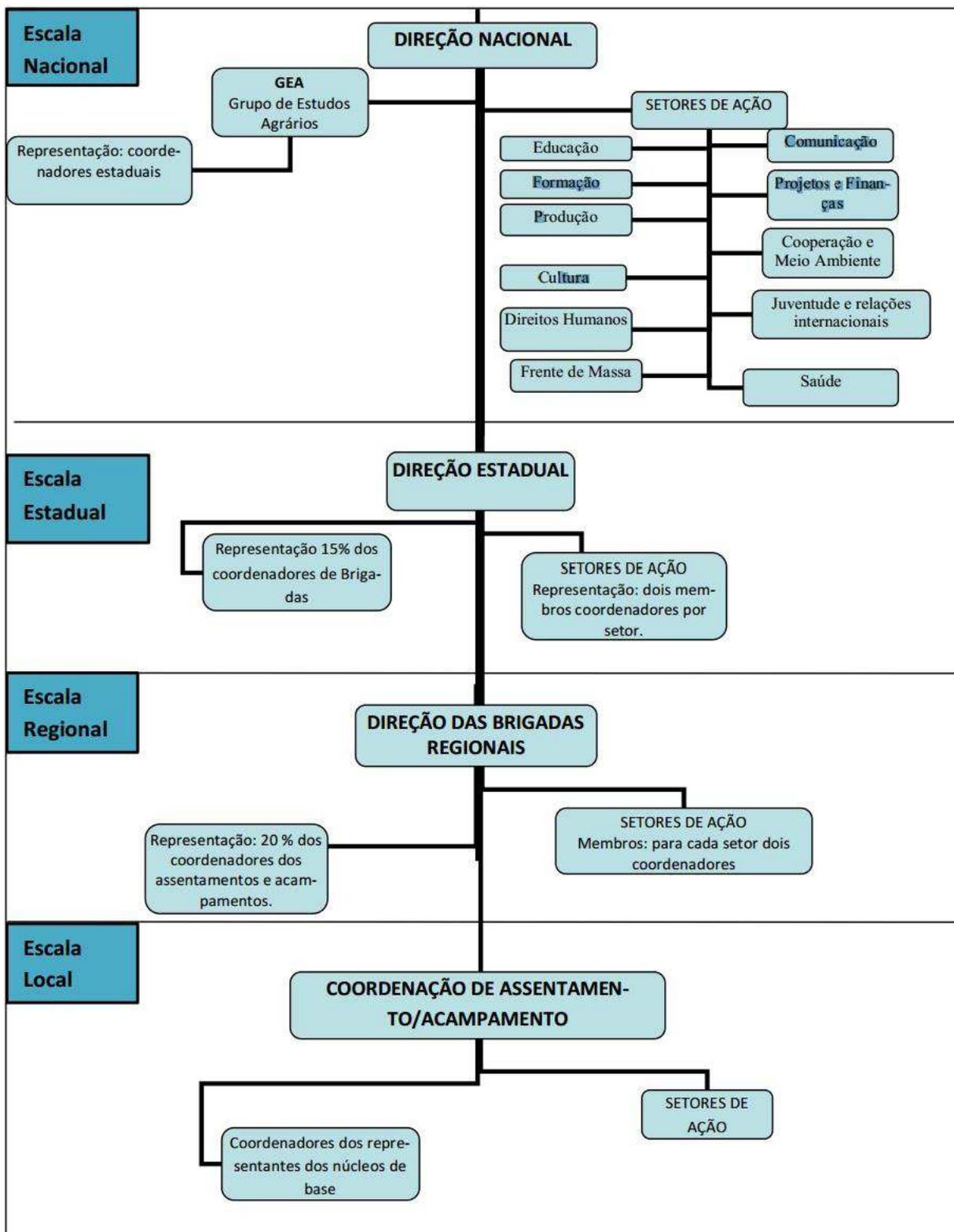
Essa percepção, dirige nosso olhar para observarmos que em nosso universo de pesquisa, no MST, o *habitus* é um recurso que nos ajuda a focar nosso olhar para visualizarmos como o Movimento constrói e é construído pelas noções de comportamento estabelecidas pelo mesmo. O pensamento, a linguagem, as vestimentas, os sentimentos partilhados e as ações fazem parte de um *habitus* que é dinâmico e que ao mesmo tempo se reestrutura pela diversidade das concepções ideológicas dos militantes, especialmente os que exercem posições de liderança.

Embora advindos dos mais diversos contextos sociais, os militantes do MST assimilam regras e convenções partilhadas por todos, a partir do sentimento de pertencimento ao movimento. Antes de tudo, o MST, é um campo que embora se comporte como uma estrutura definidora de ideologias, ao mesmo tempo se reelabora com diferentes concepções e práticas sociais. Esse é um espaço de socialização: de vivências, interesses e experiências, onde o *habitus* é construído pelo campo do Movimento em si, mas ao mesmo tempo é redefinido e reconstruído por esses mesmos sujeitos em suas práticas políticas na realidade.

4.2 Estrutura organizacional do MST

A estrutura organizacional do MST se baseia em uma verticalidade iniciada nos núcleos (compostos por 500 famílias) e seguindo pelas brigadas (grupo de até 500 famílias). A maior instância da organização é o Congresso Nacional, que acontece a cada cinco anos. No entanto, este congresso é apenas para ratificação das diretivas - não é um momento de decisões. Os coordenadores e os dirigentes nacionais, por exemplo, são escolhidos no Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos. A Coordenação Nacional é a instância operacional máxima da organização, contando com cerca de 120 membros. Embora um dos principais dirigentes públicos do movimento seja João Pedro Stédile, a organização prefere não rotular alguém com o título de principal dirigente, evitando o personalismo. O MST adota o princípio da direção colegiada, onde todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade.

As decisões são construídas coletivamente a partir das direções respectivamente hierarquizadas no organograma abaixo, organizado por Mara Edilara Batista de Oliveira (2010):



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria do MST – 2007, João Pessoa – PB

Para compor essas estruturas existem outras, as dos setores e coletivos, que buscam trabalhar cada uma a partir de áreas distintas, necessárias para o fortalecimento do ideal da reforma agrária.

O MST se articula junto a uma organização internacional de camponeses chamada Via Campesina, da qual também faz parte o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e agricultores da Europa, África, Ásia e América. A Via Campesina tem como objetivo organizar os camponeses em todo o mundo. Ele também está vinculado com outras campanhas nacionais e internacionais, como a Via Campesina Brasil, que reúne alguns dos movimentos sociais brasileiros do campo, e contra a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA.

O princípio organizativo da divisão de tarefas aponta que todos devem assumir sua parte na aplicação das tarefas definidas, valorizando a participação de todos e evitando a centralização, onde “[...] a decisão é coletiva, mas a responsabilidade é individual” (MST, 2008, p. 65). A divisão de tarefas permite que as pessoas, ao assumirem responsabilidades específicas se tornem parte deste todo, que é o Movimento, e também possibilita que a organização cresça na medida em que cada um contribui de acordo com sua formação profissional e pessoal.

No MST a noção de ação é o foco. Para a militância se exige certos critérios ideológicos do movimento, tais como a assimilação de uma filosofia de vida em prol da coletividade e de permanência na luta pela/na terra. Mas julgando por nossa análise, de quem está “de fora”, as ações pautadas em nome do Movimento são na verdade o que pesa quando se fala no trabalho de militar. As pessoas e o Movimento como um todo, são avaliados segundo seus discursos, atuações e principalmente nos enfrentamentos.

4.3 O MST em ação

O MST envolve uma série de atuações e práticas políticas que em seu bojo se arrumam a fim de expandir sua ideologia em todas as instâncias da vida social. No entanto, suas ações mais visíveis são as ocupações. Essas são vistas como estratégias articuladas para acionar suas reivindicações. Segundo Ribeiro²², se por um lado a luta pela terra além de ser louvável é legítima, por outro, os meios praticados

²² RIBEIRO, Paulo Silvino (Colaborador Brasil Escola). Disponível em: <http://www.brasilecola.com/sociologia/mst.htm>, acesso em: 04/08/2014, as 11:24h.

pelo movimento para promover suas ocupações em alguns determinados casos geram muita polêmica na opinião pública. Em determinados episódios que repercutiram nacionalmente, o movimento foi acusado de ser pautado pela violência, além de ter permeado suas ações pela esfera da ilegalidade, tanto ao invadir propriedades que, segundo o Estado, eram produtivas, como ao ter alguns de seus militantes envolvidos em depredações, incêndios, roubos e violência contra colonos dessas fazendas.

Mas sabemos que na realidade camponesa no Brasil, embora isso aconteça, o mais recorrente são as práticas violentas do Estado contra os movimentos sociais. Aqui na Paraíba podemos citar pelo menos sete acontecimentos que ilustram casos de enfrentamentos demarcados com atos de violência contra o MST. Segundo Adissi (2011) essa seria a cronologia dos conflitos mais difíceis que viveu o movimento durante sua história de atuação na Paraíba.

Quadro 01 - Maiores conflitos vividos pelo MST na Paraíba

Conflito	Local	Ano	Número de famílias
Fazenda Sapucaia	Bananeiras	1989	150
1º de Março	Pitimbu	1992	280
Teixerinha	Pitimbu	1993	51
Antônio Conselheiro	Riachão do Poço	1999	122
Tiradentes	Mari	1999	250
Olho d'água	Mari	2004	25
Fazenda Cabeça de boi	Pocinhos	2011	60

Fonte: Pesquisa de campo de Paula Adissi (2011).

Em cada um desses conflitos os militantes sofreram todos os tipos de violência, ameaças, perseguições, empurrões, espancamentos, torturas, prisões e até mortes. Esses atos partiram de pistoleiros a mando dos latifundiários, policiais, enfim, com uma violência institucionalizada pelo próprio Estado, onde a mídia buscava assim reforçar essa legitimação acusando os militantes de invasões e badernas contra as

terras e seus proprietários, o que demonstra que a conquista da terra não é tão pacífica, quanto alguns pensam.

Dessa forma, vale ressaltar que em muitos casos a violência e a ação truculenta do Estado ao lidar com os movimentos sociais, especialmente o MST, muitas vezes é banalizada. Se a polêmica da violência (seja por parte do movimento, seja do Estado) não bastasse, outras vêm à tona, como a da regularização fundiária pelo país, a qual pode atender a interesses de latifundiários e famílias ligadas ao agronegócio. Sendo assim, a despeito das críticas que recebe (não apenas por seus atos polêmicos em si, mas algumas vezes por desconhecimento da opinião pública influenciada por uma mídia que é tendenciosa), o MST trata-se de um instrumento importante na transformação de uma realidade rural no país: a concentração fundiária, daí tantas sabotagens para desarticulá-lo.

Por tudo isso é que a reforma agrária é um ponto de pauta irresolvido no Brasil; nunca foi e nem será de interesse de qualquer que seja o governante de resolver esse impasse, porque a desigualdade social é o motor da lógica que movimenta a sociedade capitalista, ainda mais com o incentivo da política neoliberal. Por isso o Movimento incomoda e então se criou em nosso país uma cultura de que quem integra o MST são vagabundos e bandidos. Essas afirmações podem parecer enfáticas, mas principalmente a mídia veicula quase sempre as ações dos militantes sem-terra nessa perspectiva negativa e generalista, para comprometer inclusive a forma de ver, pensar e se portar da sociedade civil. Em praticamente quase todas as notícias, se nota um ranço, as vezes mais, as vezes menos acentuado, ardiloso e conotativo de desprestígio e de ênfase para a violência, seja a física, sangrenta, ou mesmo a simbólica nos moldes de Bourdieu.

Assim, as notícias não têm nada de imparciais, pelo contrário, a mídia busca destacar as ações de ocupações, enfrentamento e resistência dos militantes do MST, propondo até uma criminalização deste. Um exemplo disso pode ser citado pelo trabalho de Adissi (2011) que relata o caso de Pocinhos como um acontecimento emblemático de criminalização do MST, pois nele encontramos a ação do braço armado e extralegal do latifúndio, forças que podemos denominar paramilitares, a ação do Estado, na figura das polícias e do Poder Judiciário e o papel da Mídia neste processo ao promover a criminalização ideológica do movimento e seus integrantes.

O Caso de Pocinhos foi um caso particular diante de casos anteriores no percurso de 20 anos do Movimento no Estado da Paraíba: repressão que passaram os trabalhadores sem-terra: ameaças de morte, acompanhadas de quatro horas de tortura, e, em seguida, trinta e três dias de prisão, indiciamento e morte. Segundo os trabalhadores torturados nesta noite, tinham policiais militares e florestais na ação truculenta. Nesse caso a criminalização do MST aparece como um processo complexo que reúne a violência privada do latifúndio contra os trabalhadores rurais sem-terra, a violência e a criminalização promovida pelas polícias militar e civil, a criminalização promovida pelo Poder Judiciário e o discurso criminalizador das mídias locais. É por envolver todos esses sujeitos que o caso de Pocinhos torna-se emblemático no processo de criminalização dos movimentos sociais, possibilitando compreendermos como ocorre a criminalização deste e de outros movimentos sociais que acontecem em diferentes lugares do Brasil e até em outros países (ADISSI, 2011). Essa prática, muitas vezes recorrente, de criminalização do Estado para com o MST objetiva desfocar o real problema que é a defesa da concentração latifundiária, do monopólio e do agronegócio.

4.4 Principais Coletivos e suas funções

Os Coletivos são segmentos temáticos subdivididos em áreas de atuação como instrumentos de formação a partir dos alicerces da ideologia do MST e oficialmente se organizam a partir desses setores: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Formação, Frente de Massa, Gênero, Juventude, Produção, Projetos e Finanças, Relações Internacionais e Saúde.

Eles são a institucionalização da política do MST, no que tange as diferentes abordagens que respaldam as atuações de seus militantes. Cada coletivo constrói uma noção de responsabilização ideológica de militância dentro e fora dos assentamentos e acampamentos. Eles são os responsáveis por doutrinar e expandir cooperativamente os veteranos e novos agregados para a luta pela terra e por sua permanência nela.

A organização do MST é sólida. Toda a militância, segue os princípios organizativos do Movimento, trabalha em algum dos setores, são eles: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa. São coletivos do MST: juventude e relações internacionais. Esses setores desenvolvem alternativas às políticas governamentais convencionais, buscando sempre a perspectiva camponesa.

4.4.1 O setor de gênero

Segundo Maria Inez Paulilo e Cristiane Bereta da Silva (2010), as discussões sobre as questões de gênero no MST estão presentes desde sua formação, na década de 1980, e foram fortemente influenciadas pelo Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA. Inicialmente no sul do país, lutas pelo preço mínimo de produtos; ocupações de terras; luta contra barragens e recuperação de terras indígenas pautavam as reivindicações de camponeses organizados e o MMA começou a estabelecer uma relação dessas lutas no campo com questões feministas, principalmente no que tange à aposentadoria para mulheres agricultoras. Símbolo da luta de mulheres camponesas, Luci Choinacki foi, talvez, a principal liderança desse processo de reivindicação do direito das mulheres no campo. Naquele período, tanto o MST quanto o Partido dos trabalhadores (PT) e a CUT (Central única dos Trabalhadores) passaram a incorporar questões de gênero como pauta de luta.

Para Maforto (2014)²³ desde a criação do MST, sempre esteve presente o desafio da participação e envolvimento de toda a família no processo de luta pela terra: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história. A participação das mulheres possibilitou a organização de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. O conjunto do Movimento foi provocado a se envolver e isso criou as condições para o debate de como construir novas relações de gênero. No I Congresso

²³ Kelli Maforto é da coordenação nacional do MST e do Setor de Gênero do Movimento. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15654> Acesso em: 08/07/2014, as 23:03h

Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo.

Por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as lideranças femininas começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990.

A necessidade de envolver o todo da organização neste debate culmina na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST.

Várias linhas políticas foram tiradas a partir dessa definição, como por exemplo a participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento nas instâncias, nos processos produtivos, de formação e educação, nas mobilizações, etc; o debate da ciranda infantil; o debate da inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e uso da terra de forma conjunta.

Sem dúvida o MST é um dos Movimentos que mais mobiliza mulheres para a luta no Brasil. É uma organização que se propõe a reunir famílias para lutar pela terra, por isso as mulheres estão presentes desde os primeiros acampamentos. Mas entre estar presente e participar existe muita diferença²⁴. É verdade que para muitas mulheres o MST foi e é a possibilidade de se libertar de várias formas de opressão e se afirmar enquanto tais e como trabalhadoras. Porém, para um grande número de mulheres, que estão presentes nos acampamentos e assentamentos, o MST ainda não criou as condições para que elas possam realmente participar da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social, haja vista que se comparada com os homens a presença das mulheres sem-terra na estrutura organizativa do MST, desde as instâncias de nível nacional e estadual até nas instâncias de base, ainda é pequena na maioria dos Estados. Assim, como é menos visível a participação feminina nas lutas pela conquista da terra, o que se reflete depois é a pouca

²⁴ Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acesso em: 19/07/2014, as 11:52h

participação nos assentamentos. Mas essa realidade pode e deve ser revista em alguns contextos, como no caso da Paraíba, onde constatamos uma expressiva participação feminina a frente das decisões do Movimento.

No MST, assim como em outros movimentos sociais, sindicais e organizações de esquerda do Brasil, se construiu uma compreensão de que as lutas contra o machismo, o racismo, deveriam ser colocadas em segundo plano, devia-se priorizar a luta de classes, porque depois com o socialismo, automaticamente, todas as discriminações desapareceriam. No entanto, a experiência de países que conquistaram o socialismo mas não superaram as desigualdades de gênero, bem como as injustiças vivenciadas cotidianamente por mulheres, por pessoas negras e homossexuais, mesmo dentro das organizações que lutam pelo socialismo, nos ensinam que a construção do novo homem e da nova mulher precisa acontecer junto com o processo de luta de classe. Essa é uma questão central, haja vista que vivemos num modelo social capitalista, neoliberal e globalizado, onde o *status* econômico - social é decisivo para determinações de como os sujeitos são vistos e enquadrados socialmente.

É visível que as mulheres têm menos oportunidade de atuar nas instâncias administrativas, e quando isso acontece tem menos acesso a informações estratégicas, a estruturas, recursos, enfim, na maioria dos casos a uma visibilidade social de sua atuação. Também é fácil perceber que as mulheres têm menos oportunidade de participar de atividades de estudo, desde os cursos básicos, até os profissionalizantes e ou de formação política, e as poucas que conseguem ir tem dificuldade de se manter porque as condições são complicadas. Muitas mulheres militantes são mães e precisam conciliar as atividades de estudo com as dores e prazeres da maternidade, por isso o grau de aproveitamento dos conteúdos e a capacidade de concentração é menor.

Sem contar que, para as militantes que são casadas é preciso travar uma luta na família, com o companheiro, para conseguir participar de cursos mais prolongados. Ainda é muito presente a chamada dupla moral, que garante aos homens o direito de ser livre mesmo depois do casamento e a mulher tem que ser sempre “protegida” pelo pai, irmão, ou marido, por isso não fica “bem” uma mulher decente ficar viajando sozinha.

O resultado da participação limitada das mulheres na luta pela terra e no conjunto das atividades do MST aparece nos assentamentos, as áreas conquistadas pelas famílias sem-terra. Em muitos assentamentos as mulheres não participam das discussões muitas sequer sabem como e onde os recursos financeiros são investidos, não influenciam na organização espacial para decidir onde deve ser a área de moradia e de produção. Em muitas dessas áreas as mulheres têm participação ativa no trabalho agrícola mas pouco poder político e econômico. Na maioria das áreas a equipe técnica e dirigentes são homens por isso quando fazem reuniões para tomar decisões pouco se importam se as mulheres estão presentes ou não.

E para agravar a situação, mesmo participando da luta, do ponto de vista oficial as mulheres continuam sem terra. Só 12% das terras de assentamentos no Brasil estão em nomes de mulheres. O Ministério da Reforma Agrária do Brasil alegava que não havia espaço no formulário de cadastro das famílias para colocar o homem e a mulher como titulares do lote do assentamento, por isso a maioria das mulheres aparece nos documentos como dependente do marido. Se ocorrer uma separação ela tem que brigar na justiça pelos seus direitos, como a maioria das mulheres sem-terra tem pouca informação e dinheiro, acabam voltando para a casa dos pais ou para os acampamentos do MST lutar por um novo pedaço de terra²⁵.

Sem contar que quando a mulher é considerada apenas dependente, ela não é reconhecida pela legislação brasileira como trabalhadora, por isso não tem acesso a direitos previdenciários como aposentadoria, nem direitos trabalhistas como o salário maternidade, que as trabalhadoras recebem do governo por alguns meses após o parto.

Mas será que tudo isso tem sido justificado para gerar uma apatia política feminina no Movimento ou tem servido como mola propulsora que impele as mulheres para uma participação efetiva na militância?

Somente com a marcha nacional de 2005, a partir da reivindicação do setor de gênero do MST, o Ministério da Reforma Agrária se dispôs a alterar esse cadastro para que homens e mulheres apareçam como titulares. Apesar de todas essas

²⁵ Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acesso em: 19/07/2014, as 11:52h

dificuldades para as mulheres sem-terra participarem, já se vê sinais de que o MST caminha no sentido de buscar uma possibilidade de igualdade de gênero, para que tenhamos um Movimento de fato conduzido por homens e mulheres, como evidencia sua bandeira. Entre esses sinais podemos destacar: Já é norma do MST que cada núcleo de base dos acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora. Em vários cursos de formação há um esforço de se garantir a participação de 50% de mulheres. Muitas companheiras se desafiando a coordenar setores nacionais e estaduais, evidentemente que a presença delas é maior em setores como educação, saúde, gênero, mas elas também já estão na produção, na formação, nos direitos humanos, nas finanças, na frente de massa.

Por tudo isso, a direção nacional do MST a partir de 2006, passa a ser composta por uma mulher e um homem de cada estado. Em alguns estados a direção estadual também já é formada por uma companheira e um companheiro de cada região²⁶.

4.4.2 O MST e os debates sobre gênero

Nos materiais e nos processos de debate do MST sobre as questões de gênero este é definido como uma espécie de modelo que cada sociedade tem e de acordo com o modelo de gênero é que as pessoas, os espaços, as coisas são classificadas como masculina ou feminina.

É a partir desse modelo que em cada sociedade se define o que é coisa de mulher e de homem, como cada um deve vestir, falar, andar, se comportar, pensar e onde e como devem trabalhar. Enfim, gênero é definido como um padrão socioeconômico e cultural que influencia a vida de homens e mulheres em todos os aspectos.

O MST faz questão de vincular a luta de gênero com a luta de classe, por isso em todos os materiais e nas atividades de formação que realiza evidencia que o

²⁶ Idem

padrão de gênero não surge por acaso e nem permanece o mesmo ao longo da história.

Nessa perspectiva, o padrão de gênero é dinâmico, vai sendo construído ao longo do tempo e se transformando de acordo com os interesses da classe que está dominando, ou a partir das lutas de quem está sendo oprimido pelo modelo de gênero existente.

Outra preocupação do setor de gênero do MST é evidenciar que as relações de gênero alicerçadas no machismo cumprem a função de “naturalizar” as desigualdades, uma vez que elas estão presentes em todos os aspectos da vida pública e privada.

As desigualdades de gênero começam nas famílias, são reforçadas nas escolas e nas religiões e, para agravar a situação, cotidianamente os meios de comunicação alimentam o machismo. É assim que a maioria das pessoas aprende, desde cedo, que é “natural” que na sociedade existam desigualdades, e se é natural não se pode mudar, por isso talvez não possam lutar contra o machismo, contra o racismo, contra o capitalismo. Mas até que ponto isso é tolerável?

Na compreensão do setor de gênero do MST os papéis de homens e mulheres não são naturais, são sociais. Não é natural que a mulher saiba cuidar de casa e da criança, ela vai aprendendo isso desde pequena nas brincadeiras (normalmente as meninas ganham brinquedos para brincar de casinha e boneca), ajudando a mãe nas tarefas domésticas, ... Como também não é natural que os meninos tenham mais coragem e força, desde cedo são repreendidos quando choram, sob o argumento que homem não chora, são estimulados a brincar de forma violenta: lutas, guerras, usar armas de brinquedo...

O setor de gênero do MST concorda com a concepção do feminismo socialista de que a sociedade é que nos constrói como homens e mulheres. Se os papéis de homens e mulheres não são naturais, podem ser mudados e nesse sentido alguns vem enfatizando essa dinâmica para que o Movimento contribua no processo de construção de novas relações de gênero, não só através de debates, mas de medidas concretas que alterem a vida real das famílias, particularmente das mulheres.

Este setor tem a tarefa de motivar o debate de gênero nas instâncias e setores do MST, conduzir as reflexões sobre essa temática nos espaços de formação, elaborar materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuam para uma participação igualitária de homens e mulheres no MST, bem como cobrar a implementação de linhas políticas de gênero. Também é papel do setor questionar coisas que são consideradas “naturais” tanto no conjunto da sociedade brasileira quanto no MST, mexer com ideias, concepções, nas regras e comportamentos machistas, mostrando a necessidade de uma nova consciência e uma nova prática de homens e mulheres se quisermos de fato construir uma nova sociedade²⁷.

Um instrumento importante que o setor usa para cobrar do MST condições para ampliar a participação das mulheres são as linhas políticas de gênero que foram aprovadas pela coordenação nacional do Movimento em 1999.

4.4.3 Linhas políticas de Gênero do MST

O MST por sua estrutura organizativa busca discutir uma política voltada para a questão de gênero no tocante aos direitos femininos e da própria unidade familiar como aliados para uma transformação social. Em seu bojo, ela traça algumas diretrizes inclusivas tais como:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados;

²⁷ Ibidem

4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de base dos acampamentos e assentamentos tenham um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância;
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família;
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e Setor de Produção e Cooperação e Meio Ambiente para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos;
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários;
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo²⁸;

Mesmo que várias dessas metas sejam ainda um desafio permanente, a construção do setor de gênero possibilitou um novo significado da luta pela terra, onde todos e todas sentem-se sujeitos participantes de um processo de mudança.

Assim, a questão de gênero não é uma discussão somente feminina, mas que integra a relação homem-mulher, seja em qual for o espaço social. Não se pode

²⁸ Ibidem

particularizar essas relações tão complexas e dinâmicas direcionando sua abordagem apenas com ênfase nos interesses femininos. É preciso perceber a pluralidade da relação identitária que as mulheres desenvolvem, inclusive porque se relacionam com os homens, então para se falar das concepções e atuações femininas faz-se necessário uma interação indissociável com o universo social como um todo.

Essa percepção de que a dimensão simbólica está presente em todas as dimensões dos fazeres diários, nos autoriza afirmar que o MST tem sim uma política cultural elaborada. A disputa no campo cultural é vista como estratégica para o Movimento, como “arena política” fundamental para seu “projeto alternativo” de democracia. Ao ressaltar sua dimensão político-cultural, o MST dá visibilidade para o “laço constitutivo entre cultura e política” e para a “redefinição de política que essa visão implica”. Isso significa enfrentar as relações de poder que constituem as práticas culturais, bem como compreender o componente cultural de toda ação política (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

4.4.4 O Coletivo de gênero na Paraíba

Em nosso trabalho de campo, indagamos uma de nossas lideranças sobre a diferença entre coletivo e setor de gênero, ela prontamente respondeu que o primeiro era uma instância a nível estadual, enquanto que o setor seria nível nacional.

Diante do exposto me debrucei a observar e investigar sobre a atuação desse coletivo aqui na Paraíba. O que pudemos observar é uma participação acentuada de mulheres no Movimento, em todos os segmentos. Aqui se exige um certo rigor em cumprir as determinações de que para cada setor se tenha a frente um homem e uma mulher. Quando pergunto sobre a efetividade dessa prática uma liderança me responde:

Essa história de um homem e uma mulher à frente funciona em parte, na prática é complicado porque as mulheres também são machistas, algumas mudam, outras não, os homens também, alguns mudam, outros não (Liderança Celinha).

Outra liderança ressaltou que em seu assentamento eles realizavam encontro de casais, buscando trabalhar com a importância do homem e da mulher na família e no Movimento, já para inculcar uma formação que agregue os direitos de ambos, porque gênero se trabalha nessa perspectiva indissociável entre o masculino e feminino. Ela explicou:

Na educação com as cirandas não separamos brincadeiras de meninos e meninas, mas conciliamos, porque homens e mulheres têm que estarem juntos né? A decisão de cinquenta por cento de mulheres na composição da direção no início foi complicada porque diziam que as mulheres estavam, lá só por estarem, mas não tinham capacidade. Aí depois foi melhorando, até porque o setor de gênero fez várias atividades de formação com as mulheres, sabe? Muitas dinâmicas de como falar em público, de como coordenar, aí hoje a gente tá igual de patamar, embora ainda tenha muita coisa a ser superada, por que ainda tem muita discriminação (Liderança Nei).

Desse modo, a fala de Nei demonstra que na prática existe uma mudança significativa de pensamento, esse já é o princípio para uma transformação social, principalmente através da educação (escolar e com as cirandas), pois de certa forma o Movimento se volta para reconhecer publicamente as atuações femininas, embora seja necessário convencer ainda alguns homens e mulheres da contribuição desta na família, no grupo e no Movimento. Ainda existe um certo machismo enrustado em homens e mulheres no que diz respeito a atuação e ao trabalho feminino, ainda existe uma tendência de naturalizar e não reconhecer socialmente o protagonismo feminino nos espaços privado e público. Mas até que ponto isso está mudando?

4.4.4.1 Principais conquistas do coletivo de gênero na Paraíba

O coletivo de gênero faz parte da organização política-ideológica do MST como uma conquista que postula algumas atuações femininas de certo reconhecimento social em nosso Estado. Podemos elencar algumas:

- Feiras agroecológicas: com a comercialização de frutas, verduras e hortaliças orgânicas;

- Conquista da propriedade da terra no nome dos dois cônjuges e com prioridade para mulher na titularidade desta (pois os créditos vêm para o principal titular da terra, assim como no caso de divórcio, a mulher tem prioridade de ficar na casa e terra, junto com os filhos);

- A realização dos encontros das mulheres com cursos nas brigadas (por regiões de assentamentos no estado);

- A realização da jornada de luta das mulheres em março, em defesa da não violência e do respeito dos direitos dessas;

- A realização de reuniões do coletivo de mulheres nas instâncias estaduais e regionais, para atender às necessidades das demandas locais, por área assentada/acampada;

- Auxílio maternidade: embora em pelo menos três entrevistas com lideranças atuantes em relação às questões de gênero, elas afirmaram que esse benefício paga um valor inferior se a gravidez for de uma menina, o que não acontece no caso de ser um menino.

Essa questão nos intrigou, o que nos motivou a investigar sobre isso junto ao INSS- Instituto Nacional do Seguro Social, responsável por esse pagamento. O que constatamos foi que oficialmente não existe nenhuma diferença no pagamento do benefício de auxílio maternidade atrelado ao sexo da criança.

De toda forma, embora não haja fundamentos jurídicos para tal diferença, na prática infelizmente a maioria de nossas lideranças entrevistadas afirmou a existência de vários casos, em diversas áreas de assentamentos no Estado, de mulheres que perceberam esse auxílio com diferenças que valorizam o sexo masculino. Não se sabe em que foram baseados e justificados esses valores de benefícios pagos, mas inclusive a coordenadora estadual do coletivo de gênero e a diretora nacional do MST, que é assistente social disseram de fato conhecerem casos dessa natureza.

Daí suscita a questão: como pode em pleno século XXI isso acontecer? Num país que se diz democrático e laico, como podem as diferenças de sexo privilegiar o homem em detrimento a mulher?

Ainda sobre o benefício do salário maternidade, uma liderança nos relatou um fato ocorrido com ela: o constrangimento dela não parecer com uma agricultora por ter uma escolarização de nível superior, ela nos disse:

Eu mesma tive problemas pra acessar meu salário-maternidade, por causa da escolaridade, só porque sou formada em história. Então essa é a visão do agricultor, a do jeca tatu analfabeto, dentro do mato, sem conhecimento. Ela dizia (a juíza) que minha linguagem era elaborada para uma agricultora, tive que levar até testemunha e a burocracia foi tão grande que meu advogado ficou surpreso de eu ter ganho o benefício, que é um direito meu (Liderança Eliane).

E mais algumas conquistas se seguem:

- Aposentadoria como agricultora: caso a assentada esteja com a sua documentação regularizada tem conseguido mais facilmente, coisa que antes era preciso levar testemunha, mostrar os calos nas mãos e ainda a terra nas unhas;

- Crédito apoio mulher para trabalhar com outras atividades que não só agricultura. Tem-se proposta de atividades como corte e costura, artesanatos, pinturas, bordados, bolos, doces.

Sobre esses financiamentos a diretora nacional do MST na Paraíba afirmou:

Através desses projetos de apoio a mulher, com incentivos de créditos percebemos que as mulheres estão mais mobilizadas politicamente: indo pra as reuniões, participando das assembleias, tão se voltando para presidente de associação, então estamos conseguindo amadurecer esse debate mediante a essas questões, por que as mulheres têm direito (Liderança Juliane).

Sobre a efetividade do coletivo de gênero nossa única liderança masculina entrevistada afirmou:

O coletivo de gênero tem avançado muito na concepção política, as mulheres têm avançado até mais que os homens, a partir de sua organicidade. A discussão de gênero no movimento tem ganhado outra dimensão: o discurso inicial era ofensivo aos homens, feminista, e as companheiras tem buscado seu espaço para atuar como mulheres, como militantes, sendo respeitadas, sem precisar enfrentar os homens e esse enfrentamento se dá na prática, quando elas vão se tornando referências políticas, e os homens sendo obrigados a respeitá-las (Liderança Gilmar).

Já uma outra liderança avaliou negativamente a atuação do coletivo, ela diz:

O coletivo é muito deficitário, de atuação mesmo, de puxar o debate mesmo! Nós que somos militantes acabamos entrando nos espaços e fazendo os enfrentamentos e as vezes até fazendo os debates com nossos próprios companheiros de luta. O movimento se consolida com o setor de gênero, mas por iniciativas pessoais que propriamente coletivas. Tem-se que buscar um modelo de participação que envolva as mulheres nos debates. A questão maior é fortalecer essa estruturação no debate político das mulheres, da participação e dessa igualdade política (Liderança Eliane).

Em entrevista com a coordenadora estadual do setor de gênero a respeito de sua atuação ela foi incisiva em reconhecer que seu trabalho é muito limitado, pois no estado atualmente existem, aproximadamente, 67 assentamentos e 21 acampamentos. Então ela disse ser humanamente impossível dar conta de um acompanhamento que preze por tudo que envolve as questões de gênero. Ela disse que realiza encontros e atuações pontuais, por regiões, de acordo com a demanda, priorizando as mais urgentes necessidades de formação e acompanhamento que faz parte de sua competência.

De fato, o MST passa por momentos de reflexões quanto a atuação de seus setores porque novos desafios surgem e novas questões também aparecem para desenvolver uma militância que efetive alcançar as propostas do movimento²⁹.

4.4.4.2 Principais reivindicações do coletivo de gênero na Paraíba

Tendo em vista uma busca pela democratização dos direitos dos gêneros, o coletivo deste em nosso Estado selecionou algumas principais reivindicações que se voltam para uma inclusão dos direitos femininos. Isso envolve algumas propostas como:

²⁹ Essa discussão será retomada no próximo capítulo, com as propostas de reformulações de atuação no MST na Paraíba.

- Educação do campo com direito a alimentação para os filhos, assim como a terra, com espaço para se trabalhar nela;

- Valorização da mulher: debate para sensibilização desta como pessoa que trabalha, inclusive direcionado as próprias mulheres, que muitas vezes não reconhecem seu trabalho e o denomina de “ajuda”;

- Cuidados com o corpo, prevenção para não contraceção;

- Efetividade do auxílio maternidade rural sem diferenciações de percepção entre menino e menina, pois em pelo menos três de nossas entrevistadas, inclusive uma assistente social, constatamos em suas falas, que existe diferenciação de benefícios do auxílio maternidade segundo o sexo da criança, a mãe que espera um menino ganha mais que uma que espera uma menina. Baseado nesses relatos, me informei junto ao INSS e oficialmente não existem diferenças, mas na vida real de muitas camponesas isso é fato. Por sinal, extremante patriarcal machista e inconstitucional;

- Efetividade para realização das cirandas, porque elas acontecem precariamente, somente em eventos massivos, mas não funcionam como política pedagógica, o que compromete a atuação das mulheres, principalmente com filhos pequenos.

- A deliberação de mais fomentos com créditos para a autonomia financeira das mulheres. “A libertação da mulher também acontece pela libertação econômica”. Essa ideia foi afirmada por uma de nossas entrevistadas, quando ela defende que é necessário a implementação de um conjunto de medidas que vise a criação de iniciativas que viabilizem o trabalho feminino e gere renda para essas:

Apesar de todas as políticas que se tem, é preciso criar políticas de autonomia das mulheres, porque as mulheres lamentavelmente trabalham no campo, na cozinha, cuida dos filhos e ainda tem o compromisso social na comunidade porque são elas que coordenam, que dirigem associações, grupos, feiras. Então isso é um desafio de construir relações de autonomia financeira econômica, porque isso te dá condições de construir para que se tenha outros tipos de relações (de visibilidade política e militância). Por isso é esse conjunto de ações como a educação no campo, a saúde no campo e a busca para diminuir a violência, que pode trazer para as mulheres do campo uma vida menos árdua. Eu sei que isso não é fácil de mudar, mas pra gente mudar temos que ter esse horizonte (Liderança Dilei).

Portanto, a partir dessa ideia, percebemos a intrínseca relação economia e *status* social, em relação as mulheres. Na maioria das vezes, quando a mulher pode contribuir economicamente ela passa a ser mais bem reconhecida e valorizada, dentro e fora de casa. Essa percepção observamos em nossa vivência na pesquisa de campo, nas falas das mulheres, mas também nos discursos masculinos, enfim.

4.5 Das lutas e Conquistas do MST

Os objetivos do MST, para além da reforma agrária, estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente àquelas no tocante à inclusão social. Se por um lado existiram avanços e conquistas nesta luta, ainda há muito por se fazer em relação à reforma agrária no Brasil, seja em termos de desapropriação e assentamento, seja em relação à qualidade da infraestrutura disponível às famílias já assentadas. Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o número de famílias assentadas nestes últimos anos foi de 614.093, sendo criados neste mesmo período 551 assentamentos. Ainda conforme o INCRA, no total, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária e um total de 8.763 assentamentos atendidos, onde vivem 924.263 famílias.

Os números apresentados são positivos. Porém, se levarmos em consideração as afirmações do próprio MST e de especialistas no assunto, até 2010 havia ainda cerca de 90 mil famílias acampadas pelo país, o que representa uma demanda por terra considerável por se atender, a despeito dos avanços sugeridos anteriormente. Em relação à infraestrutura disponível a estas famílias, alguns dados apresentados pela Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária promovida pelo INCRA em 2010 são muito significativos. A pesquisa mostra que 31,04% dos assentamentos possuem disponibilidade de energia, mas com quedas constantes ou com “pouca força” e 22,39% não possui energia elétrica, o que significa que mais da metade dos domicílios não contam plenamente com este benefício. No tocante ao saneamento básico, os dados também mostram que ainda é

necessário avançar, pois apenas 1,14% dos assentamentos contam com rede de esgotos, contra 64,13% (somados fossa simples e fossa “negra”) que possuem fossas.

A dimensão negativa destes dados repete-se na avaliação geral de outros fatores como a condição das estradas de acesso e de satisfação geral dos assentados, tornando-se mais significativa quando quase a metade dos assentados não obteve algum financiamento ou empréstimo para alavancar sua produção. Isso mostra que muito ainda deve ser feito em relação aos assentamentos, pois apenas com o acesso à terra não se garante a qualidade de vida e as condições de produção do trabalhador do campo.

Segundo o Incra (2012)³⁰, o que houve na prática foi uma contrarreforma agrária dos governos petistas. Havia muita esperança do povo brasileiro, e entre os próprios sem-terra que o PT no governo garantiria justiça no campo, distribuindo terra e dando condições para plantar e colher aos milhões de pobres rurais. Porém, Lula e Dilma continuaram a obra de Fernando Henrique Cardoso, privilegiando o grande agronegócio, moderno, latifundiário e multinacional em detrimento dos milhões de trabalhadores rurais sem-terra. Se faltasse terra no Brasil, poderia se justificar, porém o censo agropecuário desmente a falta de terras: dos 850 milhões de hectares de terras no Brasil apenas a metade (437 milhões de hectares) está cadastrada. Some-se a isto 241 milhões de hectares de conservação ambiental, área indígena e terras públicas. Sobra, portanto, 179 milhões de hectares de terras sem cadastro, devolutas, que estão nas mãos de grileiros.

Além disso, 120 milhões de hectares foram declarados improdutivos pelos próprios donos. Por isso, não é de estranhar a continuidade dos conflitos no campo: segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), distribuído em maio de 2011, revelou que 34 trabalhadores rurais foram assassinados no país em 2010, isto é, um morto a cada 10 dias no último ano do governo Lula.

Como a reforma agrária é a principal bandeira de luta do MST, em nossa pesquisa indagamos sobre a percepção de nossas lideranças estaduais sobre

³⁰ INCRA: dados até 16 de novembro de 2012 – elaboração ILAESE (Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos)

efetividade desta no ano de 2013. As respostas foram enfaticamente as mesmas: que não existiu reforma agrária. Vejamos o que disseram:

A reforma agraria simplesmente não existiu. O ano de 2013 foi o pior pra nós, por que o PT abandonou o projeto de reforma agraria e os governos estaduais implementaram as políticas nacionais. Por isso temos defendido uma luta política massiva do MST na Paraíba. Estamos realizando esse Encontro Estadual³¹ para pontuarmos estratégias a serem implementadas pós fevereiro de 2014 em nosso Congresso Nacional, onde todos os estados participarão com suas reivindicações (Liderança Gilmar).

A liderança feminina da direção nacional mencionou:

A reforma agrária simplesmente anestesiou. O governo parou, nem pra querer debater reforma agraria e aí não se avança, pois com uma proposta de desenvolvimentismo..., que não envolve os assentamentos. No quesito dentro dos assentamentos houve avanços: projeto de agroindústria, agroecologia, minha casa, minha vida, de habitação rural e com projeto de assistência técnica. Mas na luta pela terra não houve avanços, em todo o Brasil só cinco desapropriações, nenhuma na Paraíba, o governo desapropriou menos que os governos de Geisel e Figueiredo. Você tem a estrutura de um governo militar e um que se diz democrático popular, aí você ver que ele mexeu menos do que na época da ditadura militar. Pra nós é ridicularizar a luta pela terra. Aí é que temos que ir pra luta, hoje esse é nosso lema, lutar e ir pra o enfrentamento, essa é a nossa única alternativa, não tem mais dialogo, nem planejamento, não tem mais projeto (Liderança Juliane).

E ainda sobre a reforma agrária uma de nossas lideranças em entrevista disse que o ano de 2013 tinha sido horrível pois “embora o Movimento tenha resistido o capital quando manda, manda mesmo”. Essa fala denota o reconhecimento do poderio hegemônico do capitalismo nas disputas pela terra e sua permanência nela. De fato a maior luta não é o enfrentamento em si, mas as imposições e a resistência que os militantes precisam enfrentar. São disputas ideológicas, geográficas, mas especialmente econômicas e sociais. É uma luta desigual, cotidiana e imperativa, em todos os espaços fundiários do país.

³¹ Encontro Estadual do MST, realizado em Dezembro de 2013, para discussões e formulações de reivindicações a serem manifestas no 6º Congresso Nacional que ocorreu em Fevereiro de 2014 em Brasília.

4.6 Principais reivindicações do movimento

A Coordenação Nacional do MST, composta por 280 dirigentes de 23 estados e do Distrito Federal, definiu “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!” como lema do 6º Congresso, que foi realizado em fevereiro de 2014, em Brasília. Inclusive essa proposta de reforma visa atender as necessidades de toda a população, não só do campo, mas da cidade.

O lema é a síntese das tarefas, desafios e do papel do Movimento no período histórico que se abre depois do congresso. Desde o começo do ano de 2013, o MST está em período congressual, realizando o trabalho de base nos acampamentos e assentamentos para definir o programa agrário. O lema do último congresso do Movimento, realizado em 2007, foi “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”.

Segundo Gilmar Mauro, da Coordenação Nacional do MST, o papel do Movimento é fazer a luta pela terra dos acampados e pela consolidação dos territórios já conquistados dos assentados, viabilizando a produção de alimentos saudáveis e educação para todas as famílias do campo.

O Movimento tem construído em debates com a militância, as famílias acampadas e assentados, pesquisadores da agricultura e apoiadores o programa de Reforma Agrária Popular, que contém propostas para o meio rural que correspondem ao novo período histórico de hegemonia do capital financeiro e ofensiva do agronegócio.

Desde 2009 o MST desenvolveu uma pauta com suas principais reivindicações, a partir de uma reforma agrária efetiva e de caráter popular. Eis a seguir uma série de propostas orientadas³² para todos os Estados da Federação:

Objetivos gerais

- Eliminar a pobreza no meio rural;

³² Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/297/artigo>. Acesso em: 14/09/2014, as 19:50h

- Combater a desigualdade social e a degradação da natureza, que têm suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;
- Garantir trabalho para todas as pessoas, combinando com distribuição de renda;
- Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo alimentos de qualidade e desenvolvendo os mercados locais;
- Garantir condições de participação igualitária das mulheres em todas as atividades, em especial no acesso à terra e na produção, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres;
- Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existe em todas as regiões do Brasil, que formam nossos biomas;
- Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades de trabalho, renda, educação, cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial da juventude.

Principais medidas

1. A terra

1.1. Estabelecer um tamanho máximo da propriedade rural, de acordo com cada região. Desapropriar todas as fazendas acima desse tamanho.

1.2. Garantir acesso à terra a toda família que quiser viver e trabalhar nela.

1.3. Desapropriar todas as propriedades rurais de empresas estrangeiras, bancos, indústrias, empresas construtoras e igrejas, que não dependem da agricultura para suas atividades.

2. A organização da produção no meio rural

2.1. A produção agrícola será orientada com prioridade absoluta para a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, implementando o princípio da soberania alimentar.

2.2 . A produção será organizada com o desenvolvimento de todas as formas de cooperação agrícola.

2.3. Promover uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, usando técnicas de produção agrícola sustentáveis, em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando uma alimentação saudável.

3. Água: um bem da natureza para todos

3.1. Toda propriedade e posse da água está subordinada aos interesses sociais. Não poderá haver propriedade privada da água, seja para consumo humano ou para agricultura. Serão considerados de domínio público todos os rios, lagos, reservatórios das barragens existentes, lençol freático e nascentes de água.

4. Política agrícola

4.1. O Estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola, como garantia de preços, crédito, fomento à transição e consolidação da produção agroecológica, seguro, assistência técnica e armazenagem prioritariamente para o cumprimento do programa de Reforma Agrária.

4.2. O Estado deve garantir a compra de todos os produtos alimentícios do setor camponês e da Reforma Agrária.

5. A industrialização do interior do país

5.1. A Reforma Agrária deve ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país, gerando mais empregos no interior e criando oportunidades para a juventude. O processo de desenvolvimento deve eliminar as diferenciações existentes entre a vida na cidade e no campo.

5.2. Instalar agroindústrias nos municípios do interior, comunidades rurais e assentamentos, buscando o aproveitamento de todos os produtos agrícolas para gerar mais empregos, aumentar a renda e criar alternativas para o crescimento da riqueza em todas as regiões.

6. Um novo modelo tecnológico

6.1. A reorganização da produção agrícola deve vir acompanhada por um sistema de planejamento e modelo tecnológico orientado pelo enfoque ecológico e participativo. Buscar o aumento da produtividade da terra e do trabalho, em equilíbrio com o meio ambiente, preservando as condições da natureza e garantindo a produção de alimentos saudáveis.

6.2. Desenvolver pesquisas e tecnologias agroecológicas adequadas aos agroecossistemas, que promovam a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental e a elevação da produtividade do trabalho e das terras.

6.3. Desenvolver programas massivos de formação em agroecologia.

7. A educação no campo

7.1. A educação é um direito fundamental de todas as pessoas. É dever do Estado assegurar este direito a todas as pessoas que vivem nos assentamentos e no campo. A universalização do acesso à educação escolar, em todos os níveis e com qualidade, deve ser garantida através de escolas públicas e gratuitas.

7.2. Garantir o acesso à educação pública (educação infantil, fundamental, ensino médio e superior) através da construção de escolas nas comunidades rurais e agrovilas dos assentamentos, a todos jovens e adultos do meio rural.

8. Infra-estrutura social

8.1. Implantação de um amplo programa de construção e melhoria das moradias, conjugado com garantia de acesso à energia elétrica, a fontes de energia renováveis e alternativas, água potável, transporte público, programas de saúde preventiva, serviços de informática e atividades culturais em todas as comunidades rurais.

8.2. Desenvolver um programa de democratização dos meios de comunicação de massa.

9. Instituições públicas

9.1. Reestruturação e fortalecimento do Incra como instrumento público para reestruturação da propriedade da terra no Brasil, vinculando-o à Presidência da

República. As portarias devem ser adequadas, novos funcionários contratados, como forma de agilizar seus procedimentos administrativos.

9.2. Reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), transformando-a numa empresa pública da agricultura popular, tendo como papel a garantia de preços, o abastecimento dos mercados locais e regionais de alimentos e a compra de todos os produtos da agricultura reformada. Deve garantir também a instalação de agroindústrias nos assentamentos e meio rural e dar garantia de fornecimento de insumos necessários para a Reforma Agrária, priorizando os de origem orgânica e local.

9.3. Criação de um instituto público vinculado ao programa da Reforma Agrária, que tenha como função garantir a assistência técnica pública e gratuita, coordenando a metodologia e os programas de fomento, sendo responsável pela capacitação geral das famílias para o novo modelo de agricultura. Esse instituto atuará em coordenação com outros organismos públicos de pesquisa (Embrapa e empresas estaduais) e de assistência técnica, com a participação das organizações dos trabalhadores.

De fato, essa é a maior reivindicação do MST hoje: a reforma agrária popular que resume todas as necessidades básicas dos assentamentos e acampamentos atualmente. Vejamos a fala de uma liderança:

Precisamos de uma reforma agrária popular, que veja o pobre, que dê condições pra o pobre trabalhar na terra. Dar o título da terra não é tudo, eu tenho que trabalhar no campo, mas tenho que ganhar meu complemento na cidade, trabalhando na escola, mas e as pessoas que não têm formação vão buscar onde seu complemento? Por isso, as vezes, tem que voltar pra cidade, para as favelas. Como é que um pai e uma mãe com 4 ou 5 filhos produz e se sustenta através da terra se não chove? (Liderança Viviane)

Só que essa pauta de reivindicações se configura como o maior impasse vivenciado pelo MST, principalmente nos últimos três anos, uma luta travada pelo acesso à terra, pela permanência nela e pela resistência ao agronegócio, cada vez mais fortalecido pela política capitalista neoliberal. Mas como superar essa crise, que é histórica, mas que se agudiza?

De acordo com Valmir³³, a conjuntura das políticas para a reforma agrária no país não está a mais favorável. O parlamentar lembrou que dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apontam que nos últimos três anos foram assentadas cerca de 75,2 mil famílias. “Em 2013, foram assentadas 30,2 mil famílias, 23,07 mil, em 2012, e 22,02 mil, em 2011. E a gente sabe que reforma agrária não é só distribuir terra; é também a promoção e execução de programas de assistência técnica, de distribuição de semente, agroindústria, infraestrutura”, pontua.

Uma outra inquietação atual do MST é a prevalência do agronegócio. Essa questão é uma das prioridades da política camponesa hoje. O agronegócio é uma forma de salvaguardar os interesses do capital e buscar mais forças para desarticular a agricultura familiar fortalecendo-se a partir das disputas desiguais de terra e seu manejo, reforçando as desigualdades econômicas, políticas, sociais e ambientais.

Segundo Belchior (2014)³⁴ um recente estudo demonstra como a expansão do agronegócio em várias regiões brasileiras tem afetado gravemente a qualidade de vida e a o cumprimento de direitos humanos das populações locais. Através do “Dossiê Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido”, movimentos sociais do setor oferecem uma sistematização da experiência e do saber dos que vivem conflitos nos territórios onde a política nacional de irrigação só beneficia grandes empresários.

A pesquisa, coordenada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), foi apresentada no último dia 17 de maio, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia, e mostra uma realidade preocupante. De acordo com o documento, extensas áreas irrigadas artificialmente são responsáveis por violações de direitos humanos na expansão do agronegócio. As consequências são a expulsão de pequenos agricultores e a contaminação por agrotóxicos.

Segundo o dossiê, a vasta expansão dos perímetros irrigados no semiárido brasileiro é a meta do governo federal na segunda fase do Programa de Aceleração do país para 2012-2015 prevê recursos na ordem de R\$ 6,8 bilhões, para ampliar a

³³ http://www.geraldojose.com.br/mobile/?sessao=noticia&cod_noticia=49841 11 de Abril / 2014 às 13:25. Acesso em: 31/08/2014, as 11:10

³⁴ BELCHIOR, 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/16151>. Acesso em: 07/09/2014 as 12:11

área irrigada em 193,1 mil hectares e instalar novos perímetros em 200 mil hectares. Tal empreendimento consolidaria e ampliaria um projeto geopolítico de expansão dos interesses do capital no campo e de controle da reação popular, fortalecendo empresas nacionais e transnacionais do agronegócio. No entanto, para movimentos sociais do campo e pesquisadores que se dedicam ao tema, "essa política representa a multiplicação e o agravamento de uma ampla cadeia de perdas, impactos e danos que os perímetros irrigados vêm produzindo ao longo de seus 40 anos de história no semiárido, absolutamente ignorados na definição da política".

Segundo os setores populares, esse movimento radicalizaria uma sucessiva expropriação da terra dos povos originários do semiárido, num claro processo de contrarreforma agrária. As populações do campo, segundo o documento, "muito longe de serem 'beneficiadas' por essa opção do governo, têm seus modos de vida da humanidade desqualificados como 'atrasados' pelo discurso oficial e são vulnerabilizadas por injustiças, desigualdades, iniquidades e violação de direitos", aponta o dossiê.

O Brasil é hoje o maior mercado doméstico de agrotóxicos do mundo, ficando inclusive na frente dos Estados Unidos. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o Brasil registrou um crescimento de 190% do comércio desses produtos só entre os anos de 2000 e 2010, mais que o dobro da medida mundial, que foi de 93% no mesmo período³⁵. Cada brasileiro, segundo esses dados, consome em média 5,2 quilos de agrotóxicos por ano. Além disso, o Brasil é responsável por 5% da área plantada no mundo e usa cerca de 20% do veneno produzido.

O principal fator responsável por esse crescimento foi a expansão agrícola do país. Trata-se de um mercado bilionário e altamente concentrado. O mercado nacional de agrotóxicos movimenta anualmente bilhões de dólares (em 2010 foram US\$ 7,3 bilhões, o que representa 14,25% do total mundial que chegou a US\$ 51,2 bilhões naquele ano). Um seleto grupo de dez grandes empresas do setor respondem por 65% da produção nacional e 75% das vendas. Seis delas dominam 66% do mercado mundial (BASF, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta). Um único produto, o glifosato, responde por 29% de todo o mercado brasileiro de agrotóxicos.

³⁵ Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/a-nova-reforma-agraria-proposta-pelo-mst-alimentos-saudaveis-qualidade-de-vida/>. Acessado em :14/09/2014, as 20:12h

Essa preocupação com o agronegócio é urgente e foi uma recorrente questão pautada nas falas capturadas em nossas entrevistas. Vejamos a denúncia na fala dessa liderança:

O agronegócio é muito forte no Brasil e na Paraíba, foi decretado que nos Projetos de Reforma Agrária – PRA os assentamentos tinham que preservar 30% da vegetação nativa e essa reivindicação é pauta do MST para cobrar que o agronegócio também faça o mesmo. Com o novo Código Florestal o agronegócio só precisa conservar 15% da vegetação nativa (Liderança Viviane).

Essa mesma entrevistada relatou uma outra preocupação do Movimento que é a ingestão de alimentos com agrotóxicos. Ela diz que é como se ingeríssemos uma colher de veneno a cada dia. Que o agronegócio defende que para produzir bem se faz necessário o uso de produtos químicos. Ela acrescenta que existia uma lei de que os alimentos transgênicos deveriam exibir um T em suas embalagens, mas que isso foi embargado e que agora o uso dessa legenda é opcional. Então fica a questão: será que as empresas desobrigadas de fornecerem tal informação identificará seus produtos sinalizando que usam produtos químicos? A resposta é obviamente que não.

Então fica o impasse como pauta de resistência da bandeira do MST sobre o agronegócio, não só na Paraíba, como em todo o país; mas até quando eles conseguirão resistir? E porque a sociedade civil não “compra a briga” já que essa questão é de interesses de todos? Ou pelo menos deveria ser.

Uma outra preocupação do Movimento é com a educação do campo. Não só no sentido de escolarização, mas da efetivação de um ensino que valorize os saberes do campo. Em entrevista com uma pedagoga e educadora, que lidera o setor de gênero no MST, ela relatou a diferença entre se alfabetizar uma criança da cidade e outra do campo. Ela mencionou:

A criança assentada/acampada, se desenvolve a partir do interesse daquilo que faz parte de seu mundo. Os conteúdos, os exemplos têm que se adequar a realidade da criança. Nos livros, as vezes vem uns exemplos de frutas que aqui a gente não tem, por exemplo, uva, ameixa, caqui. Então eu adequo esses exemplos usando as frutas que temos por aqui, como o imbu, a goiaba, a acerola, entende? (Liderança Viviane)

Em nossa pesquisa também entrevistamos um grande articulador da educação do campo na Paraíba. Ele ressalta uma preocupação que o MST tem que é a não existência de escolas no campo e do campo na maioria dos assentamentos na Paraíba. Ele diz que o jovem quando sai para estudar normalmente não quer mais voltar para a vida camponesa, ele se acostuma com a vivência urbana e pela acessibilidade a novos níveis de escolarização como o estudo técnico e superior. Outra questão se vincula a facilidade de oportunidades de empregos, enfim, a vida no campo, quase sempre se torna apenas uma lembrança da família que é cada vez mais distante.

Constatamos a grande influência freireana quando se pensa na educação camponesa. Pelo menos intencionalmente, o Movimento visa implementar a proposta da pedagogia libertadora, autônoma e efetiva do aprender a partir do cotidiano e da leitura de vida dos sujeitos. Mas na prática muito pouco se tem conseguido, pelo menos em nosso Estado. São poucos os assentamentos que disponibilizam uma escola com a proposta desse ensino, apenas algumas experiências pontuais que podem desenvolver-se, pois a maioria das crianças precisam se deslocar para a zona urbana, para aprender numa escola com ensino tradicional.

Nas falas de nossas entrevistadas, verificamos essa lacuna, que distancia a escola do campo e mesmo sua presença próxima aos assentamentos, não garante um saber que parta dos interesses dos assentados/acampados. Em geral prevalece a pedagogia tradicional, “bancária”, nos termos freireanos, contrariando a ideologia apregoada pelo MST, inclusive por falta de pedagogos e profissionais de educação para atuar nos assentamentos no campo e dentro do Movimento.

Curiosamente, em 7 de abril de 1997 em sua última entrevista, Paulo Freire, se mostra entusiasmado por estar podendo presenciar a “Marcha dos Sem Terra”, que aconteceu nesse ano e fala que gostaria que muitas outras marchas fossem feitas, por exemplo, “Marcha dos que não tem escola, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que se recusam a obediência servil... a marcha pela superação da sem-vergonhice que se democratizou terrivelmente neste país...”. Fala também, que os Sem Terra constituíam uma das expressões mais fortes da vida política, por isso muitos eram contra eles, pois eles mostravam que é preciso sim lutar, brigar, para que haja mudanças, ressaltando que as marchas têm grande influência na democratização de uma sociedade, e no poder que tem de nos “afirmar como gente”, ou seja, de declarar e impor nossos direitos.

Discorrendo sobre educação e juventude nosso entrevistado frisa uma preocupação eminente do MST. Ele diz:

Temos feito um trabalho de autocrítica permanente sobre a juventude, porque não temos conseguido de forma geral, dar conta de todas as tarefas que o momento histórico tem apontado no MST, são muitos desafios, muitos trabalhos. Você tem trabalho com as mulheres, você tem que dar conta da vida produtiva nos assentamentos, envolvendo as pessoas em todos os seus tempos de vida, desde crianças aos idosos. Então temos tido dificuldade com a juventude por suas especificidades políticas, culturais, religiosas e de lazer e diversão. E o MST não tem conseguido dar conta desse tempo de vida da juventude. Porque a juventude ao mesmo tempo que quer renda, quer dançar, quer esporte, lazer, quer namorar. No entanto a militância do MST é jovem. Mas nós questionamos o tempo todo, mas como podemos dizer que não temos trabalho com a juventude se nossa militância é jovem? A questão é que o MST olha para a totalidade da vida dos sujeitos e do ponto de vista de políticas públicas para os jovens, o Movimento não tem dado conta, mas em geral podemos ver resultados na formação da militância (Liderança Gilmar).

Essa fala demonstra uma preocupação eclética que o MST tem em procurar abarcar todos os sujeitos, especialmente os jovens devido a seu potencial de decisão, trabalho, luta e militância a frente no Movimento. Assim, este precisa atender aos diversos segmentos etários numa perspectiva de juntar forças ideológicas de participação e de perpetuação da filosofia do mesmo.

5 MULHERES NA LINHA DE FRENTE

A eficiência e o reconhecimento de qualquer movimento social requerem uma militância atuante. Essa, resulta da combinação de ordem individual e coletiva, de quem e de quais são as potencialidades pessoais, das lideranças carismáticas (na concepção weberiana), bem como da construção sociocultural que é socializada pelo doutrinamento político-ideológico de cada Movimento.

Daí decorre o impasse de gênero no MST, que precisando ressaltar o protagonismo feminino numa realidade com certo ranço machista, se vê no desafio de desenvolver estratégias de inclusão e reconhecimento social da atuação dessas na linha de frente como importantes articuladoras na tomada de decisões, nos enfrentamentos e na resistência junto a família para lidar com as adversidades camponesas do cotidiano.

Historicamente, a imagem do feminino quase sempre esteve atrelada a naturalizações que acabavam por inferiorizá-las. A mulher próxima da natureza, da diferença biológica subjugada a figura masculina, atrelada ao doméstico, maternal sentimental, enfim, esses rótulos foram usados como álibis para legitimar e justificar as disputas de poder que maximizavam o potencial masculino em detrimento ao feminino, principalmente pelo poder exercido nos espaços públicos. Então a Sociologia se vale exatamente desses determinismos para estudar os comportamentos dos sujeitos a partir de como são motivadas as ações diferenciadas dos gêneros em diversas situações e espaços sociais. Certamente essas percepções nos darão pistas analíticas de como a estrutura social cria e é criada pelos indivíduos que fazem parte dela.

Desde a década de 1970 muitos sociólogos privilegiam estudos de como as experiências emocionais são socialmente padronizadas e até socialmente construídas, como essas podem ser evocadas, representadas, elevadas ou minimizadas por meio da linguagem, dos rituais e das convenções compartilhadas (SCOTT, 2010). Para Norbert Elias, o sorriso humano é um reflexo inato dos bebês desde cedo, mas indivíduos mais velhos aprendem a manobrá-lo simulando emoções verdadeiras ou falsas.

A Sociologia das emoções nos oferece instrumentos para enxergarmos isso. Podemos estudar a realidade, podemos falar de estrutura social, de classe social, sem nos deixarmos engessar pelo enquadre teórico dessa ou daquela teoria, sem mutilarmos o sujeito e sem ignorarmos a sua subjetividade. A incorporação das emoções e sentimentos como uma variável sociológica nos ajuda a fazer a ligação entre as dimensões micro e macro dos fenômenos, entre personalidade e estrutura, entre indivíduo e sociedade³⁶.

Para Scott (2010), Hochschild ressalta a existência de uma “comercialização de sentimentos humanos” na atual sociedade. Ele afirma uma diferenciação de emoções construídas a partir das diferenças de gênero, quando em muitos casos no ambiente de trabalho a mulher deve passar a noção de simpatia, paciência, meiguice e ainda estar sorridente, já o homem de durão, forte e viril. Mas onde fica a autonomia e espontaneidade das emoções? Daí a dificuldade de se definir hoje quais sentimentos são “verdadeiros”, por isso alguns teóricos falam de que estamos vivendo numa sociedade “pós-emocional”, já que quase não sabemos distinguir os sentimentos “impostos” socialmente dos verdadeiramente espontâneos.

Essa análise também pode ser compreendida através da Sociologia Simmeliana, que busca realçar a trama das interações entre os indivíduos e entre estes e a sociedade como elemento constitutivo do que ele considera como “formas sociais”, que são o resultado das ações recíprocas entre os elementos que suportam todo fechamento e a elasticidade, toda a multiplicidade e toda a unidade da vida em sociedade.

Simmel é um pensador do relacionismo, da ligação do singular, da dialética, da inesgotabilidade do real e do cotidiano³⁷. Quando vamos a campo o social se apresenta através da observação, da investigação, da escuta; através de questionário, enquetes, de entrevistas, por vezes encontramos os nossos dados, mas nem sempre ouvimos os sujeitos da nossa pesquisa, esquecemo-nos frequentemente que são os indivíduos que nos falam. O que chega a nós, os nossos “dados” nos contam as histórias desses indivíduos, as suas vivências, as suas representações, as suas subjetividades. O sociólogo pode transformá-las em números, em percentuais, e, a partir deles, fazer afirmações sobre tal realidade, fenômeno, ou tal ou qual grupo ou

³⁶ Disponível em: <http://sociologiadasesemocoas.blogspot.com.br/> acessado em 25/06/2014, as 21:48

³⁷ Cf. SIMMEL, G. 1981. Sociologie et epistemologie. Paris, PUF.

segmento social. Esse é um caminho que é certamente mais seguro e mais ortodoxo. O outro, mais difícil e escorregadio, arriscado, menos científico, segundo os cânones de uma ciência pautada no modelo das ciências naturais, implica um exercício interpretativo, quase de uma arte, é usar as ferramentas que a sociologia nos oferece com a imaginação e a criatividade de quem não se limita a técnica³⁸.

Esse segundo caminho faz da sociologia um ofício, monta peça por peça o quebra cabeças da realidade social que analisa, preocupa-se em encontrar a riqueza escondida por trás do dado frio, o movimento complexo e multifacetado por trás das aparentes cristalizações, busca a dinâmica das relações sociais, considerando-as mais fluidamente como redes de interações entre pessoas reais, convivendo e lidando umas com as outras, lutando e sofrendo para produzirem suas condições de subsistência, mas também sua felicidade e seu prazer, para realizarem os seu desejos e sonhos. Optar por essa sociologia é buscar as interfaces entre os fenômenos que analisamos, é dar vida e voz aos sujeitos das nossas pesquisas.

Assim, pensar sobre sentimentos, nos remete a buscar um olhar clínico e investigativo sobre as nuances diluídas na cotidianidade dos sujeitos. O que pode passar despercebido para a maioria, com uma capa de senso comum, de naturalizações, para a Sociologia não só pode, como certamente estará carregado de conotações que demonstram as raízes dos significados, sentimentos e práticas vivenciados em sociedade. Em nossa pesquisa de campo pudemos observar, numa série de falas e de vivências, como as relações entre os gêneros são estabelecidas, como os sentimentos carregam sentidos que são construídos pessoal e coletivamente, inclusive sob influências do Movimento. Em nossas entrevistas todos se mostraram solícitos em responder às questões indagadas, mas quando perguntamos sobre suas relações afetivas, a maioria foi tímida em relatar suas experiências sentimentais, apenas uma mulher fez questão de enfatizar sua homoafetividade. Isso denota a ideia de preservação das emoções buscando descartá-las e descredibilizá-las para efeito de demonstração de pensamentos e de exposição dos sujeitos. A impressão que nos passam é de uma minimização das informações pessoais e uma postura de publicizar apenas o que é público, político. Mas será que isso ocorre conscientemente? O que isso quer nos dizer?

³⁸ <http://sociologiadasesemocoas.blogspot.com.br/> acessado em 25/06/2014, as 21:48

5.1 Corpo, aparência e autoestima

Qual a relevância da análise do corpo para uma compreensão sociológica da coletividade? Segundo Daolio (1995) todos somos frutos da cultura e nosso corpo não é natural. Cada característica de nosso corpo faz parte da cultura em que vivemos, inclusive a evolução de nosso corpo é por causa de nossa socialização: “a natureza do homem é ser um ser cultural”. O corpo é a tradução de sua sociedade, como ela vive, como ela se comporta, ele é a forma como cada sociedade transmite aos seus, é fruto na interação da natureza com a cultura e transformação do próprio corpo através da transformação da cultura. “O que define o corpo é o seu significado, o fato dele ser produto da cultura, ser construído diferentemente por cada sociedade, e não as suas semelhanças biológicas universais”. As práticas adotadas para atuar sobre este corpo devem levar em conta a cultura em que se está inserido.

É exatamente essa percepção que temos quando observamos as trajetórias das militantes do MST na Paraíba. Constatamos que as formas como elas leem seus corpos está atrelada a uma prática quase que generalizada e resguardada por sua visibilidade pública. Em nossos questionamentos indagamos sobre a apresentação dessas mulheres em relação as vestimentas e pudemos concluir que existe um padrão estabelecido pelo movimento de que a mulher deve se apresentar preferencialmente de calça jeans e camiseta. Quando indaguei sobre esse padrão, as respostas, na maioria dos casos, se voltaram para afirmar que elas têm liberdade de se vestir como querem, mas desde a formação de base são motivadas a ritualizarem suas apresentações buscando simplicidade e seriedade. Mas e o porquê disso? Algumas afirmam que como estão a frente, enquanto militantes, não querem chamar a atenção com roupas curtas e decotadas, para não comprometerem a imagem do Movimento. Outro motivo que destacaria, seria a ideologia contra o consumismo do Movimento, como forma de padronizar a simples e básica combinação com poucos ou quase nenhum acessório. A imagem de mulher séria e decente deve ser impressa através da apresentação dos corpos e das vestimentas dessas, em qualquer lugar, elas devem transparecer humildade e idoneidade.

Quando falamos sobre aparência logo nos remetemos a autoimagem e portanto, a autoestima de cada uma, que além de pessoal é também construída socialmente. O que são as noções de belo, feio, certo, errado, jovial, enfim, senão a

máxima dessa afirmação? Como se constroem os padrões senão assim? Em cada contexto se criam e se firmam padrões de conduta, de aparência e de autoimagem que variam segundo as implicações e imposições do meio social, cada sociedade vai responder a esses adjetivos definindo-os à sua maneira. Quando falamos do MST podemos constatar como esse influencia, senão determina como as pessoas se apresentam, se portam e se veem. Isso inclusive demonstra o poder coercitivo que é fortalecido pela ideologia do Movimento. Ao observarmos esses fatores no trabalho de campo, nos deparamos com discursos e práticas pautados naquilo que é institucionalizado pelo movimento: a linguagem, as convicções políticas, morais, religiosas, o cuidado básico com o corpo, as vestimentas, os ideais, enfim, a forma como se veem e enxergam o mundo dentro e fora do movimento. Nos termos durkheimianos, essa coesão fortalece e legitima as práticas no MST, fortalecendo-as e perpetuando-as com um ar de naturalidade, mas imbuída de traços socioculturais bem delineados e estabelecidos pelo Movimento e suas convenções.

Quando perguntamos sobre corpo e auto estima obtivemos algumas respostas: verificamos que a autoestima das militantes acompanhadas durante a pesquisa está atrelada a uma preocupação de bem-estar interior, de estar bem resolvida psicologicamente do que pela estética corporal. Elas enxergam suas atuações como foco em suas vidas e suas responsabilidades no Movimento como algo que praticamente as preenchem, já que suas histórias são marcadas por muito trabalho e dinamismo político, tanto no espaço doméstico como no público.

Uma de nossas entrevistadas afirmou:

Eu tenho uma boa autoestima, não costumo está me preocupando com essas coisas de cabelo, de corpo, são coisas que não precisamos mudar na gente. Acho que auto estima depende de nós, assim como a felicidade e outras coisas, é uma decisão nossa. (Liderança Gelda)

Uma outra militante relatou:

Eu tenho cuidados com minha aparência, tenho sim uma boa autoestima. Gosto de fazer escova, de me maquiar, pintar o cabelo, unha, fazer sobrancelha, mas como estava na organização desse congresso³⁹, não tive

³⁹ XXIV Congresso Estadual do MST, realizado em Campina Grande, na Escola Estadual Nenzinha Cunha Lima, entre os dias 19-21 de Dezembro de 2013.

tempo pra isso. Tento usar um batom, enfim, eu já era assim, mas com o movimento eu relaxei um pouco, até por causa da correria e a gente não tem cobrança de estrutura de beleza. (Liderança Juliane)

Uma militante homoafetiva descreveu sua autoestima:

Eu olho pra mim hoje e me reconheço. Tenho ótima autoestima, gosto de mim, do meu jeito. Tomei a decisão de que as pessoas têm que me aceitar como eu sou, claro que tenho coisas pra mudar. Tenho momentos de tristezas, sou também muito ansiosa, inquieta, impaciente, porque quero ver as coisas acontecerem, mas não é assim que as coisas funcionam. Tenho autoconfiança, em público eu só me intimido se eu não souber do assunto. (Liderança Celinha)

Ainda sobre essa questão de autoestima e cuidados com a aparência uma outra de nossas entrevistadas, Nei⁴⁰, disse que sua vaidade era com livros, “quando pego em um dinheirinho, gosto de comprar livros e não sou adepta do consumismo, gosto das coisas simples”. Sobre sua autoestima ela frisou:

Eu me acho com uma capacidade de superação muito forte né? Eu tive muito sofrimento na vida, relacionamentos que não deram certo, divórcio, mas eu me sinto capaz de superar as coisas, me acho pra frente, penso muito positivo. Eu era muito tímida quando jovem, mas hoje não, o movimento trabalha bem isso, as oficinas, as dinâmicas de como se expressar e tudo... (Liderança Nei)

Enfim, constatamos que a leitura que temos de nós mesmos é construída a partir do grupo do qual fazemos parte, as noções de corpo e autoestima se referem a padrões que se orientam mais pelas determinações advindas do espaço público do que por uma decisão puramente pessoal. De fato, não há uma interposição, mas uma mescla que condiciona o olhar e as ações dos indivíduos pela força do *habitus*, teorizado pelo o que Bourdieu ressalta de interiorização das normas de conduta social.

5.2 Visibilidade feminina e enfrentamentos no MST

⁴⁰ Em nossa pesquisa de campo constatamos em sua residência uma prateleira repleta de livros, a maioria com temas sobre a atuação política do MST, na Paraíba, no Nordeste e no Brasil.

Em nossa pesquisa de campo, no roteiro de entrevista semiestruturada, buscamos verificar sobre a visibilidade feminina do MST na Paraíba. Constatamos uma gama de realidades que suscitam sobre o lugar da mulher. Nos indagamos sobre: como é a mulher do campo? Como ela pensa, como sente e como age? Já que os assentamentos são espaços diferenciados do rural, que estão imbuídos de uma lógica que mescla o urbano e o rural. Vimos que as “anônimas” experienciam vivências que ora se encaixam no modelo tradicional de esposa, mãe, doméstica e agricultora, mas também nos deparamos com outras que ganharam uma certa visibilidade dada sua atuação e performance eclética de conciliadora dos papéis tradicionais femininos e que concomitantemente galgaram espaços de disputas políticas de resistência e enfrentamentos da causa pela terra. Não que as “anônimas” também não gerem negociações no espaço privado, doméstico, mas as militantes articulam-se com negociações com os companheiros, com familiares e entre si para “comprarem a briga” no que diz respeito a luta pela terra no Estado.

Nas entrevistas pudemos perceber uma lista de atuações das militantes como geradoras de um sentimento coletivo de inserção no movimento, bem como de seu fortalecimento. É nítido o sentimento de pertencimento a causa política do Movimento, isso é perceptível nas falas, no olhar, no vocabulário, nas práticas e no sentimento de responsabilização que essas militantes que exercem cargos de liderança política têm. Elas acabam abrindo mão de seus interesses pessoais, familiares, de seu tempo como mulher, enfim, para se dedicar ao trabalho atuante dentro do Movimento.

Essa trajetória demarcada de renúncias e resiliência dessas lideranças femininas geram diferentes estratégias de negociações que as fazem transitar pelos espaços: privado-público. Outra indagação nossa foi: como conciliar todas as essas atividades? As respostas, foram as mais variáveis possíveis.

Primeiro, sobre os enfrentamentos, questionamos sobre o lugar da mulher e das crianças na linha de frente desses. Na maioria das respostas foi citado que as mulheres não são chamadas estrategicamente para estarem a frente, mas a leitura que podemos fazer é de que essa questão é um *habitus*, é uma prática interiorizada, talvez inconscientemente, pelas próprias mulheres que entendem que tradicionalmente sua figura, junto as crianças está associada a fragilidade, o que seria covardia, nos enfrentamentos se “baterem de frente”. Por isso elas se dispõem a

“peitar” os enfrentamentos disseminando um discurso de que são corajosas e autônomas. Vejamos o que afirmaram essas lideranças:

Eu concordo que isso acabe sendo uma estratégia que as mulheres estando a frente não ocorrerá as agressões tanto né? Mas também fica descartado a questão de intimidar, porque quando a gente vai pra luta, não temos uma definição assim de colocar as mulheres e crianças na frente não (Liderança Gelda).

Se observarmos, constatamos uma tentativa de justificar que as mulheres e crianças se posicionam na linha de frente dos enfrentamentos. Gelda tenta minimizar essa prática que nitidamente é percebida no início de seu discurso.

Da mesma forma, Juliane, em uma de suas falas abaixo, afirma que as mulheres “vão pra frente” não por uma ordenança direta do Movimento, mas por uma prática estratégica que ela argumenta como um sinal de bravura. Eis o questionamento: será que o Movimento realmente não vê essa prática como uma possibilidade de se resguardar nos enfrentamentos?

Sobre as mulheres na linha de frente, existe essa estratégia em despejos e não em ocupações, pois no primeiro caso, já tem um acampamento criado, aí tem certa cultura de colocar as crianças e mulheres na frente pra sensibilizar, sabe? Mas não é o movimento que manda, as mulheres que vão. Tem mulheres que vão pra frente mesmo, outras só basta qualquer coisa que elas já correm pra o banheiro, (risos) (Liderança Juliane).

No que se refere a conciliação de afazeres de responsabilidade feminina, essa mesma liderança se coloca num patamar de conciliação de diversas atividades. Ela relata que se vê com o desafio de conduzir e motivar as pessoas, principalmente por seu cargo de diretora nacional do MST- PB, a buscar superar as adversidades da vida no campo e ainda assistenciar sua família.

Através dessas atuações, além dos enfrentamentos, destacamos suas caminhadas, marchas, ocupações seguidas da formação de novos acampamentos, etc. Essa materialização nos espaços do país fez com que o MST se especializasse e territorializasse no espaço agrário paraibano. Daí o Movimento mediar espaços e domínio de territórios, passando a ser os principais sujeitos, no enfrentamento com o

Estado, na luta pela terra e pela Reforma Agrária, dando início ao processo de resistência sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, lutando sempre contra a exploração/expropriação/exclusão da classe trabalhadora.

Embora digam que na Paraíba não existe luta pela terra, pois a concebem numa ótica reducionista, mediada somente por ocupações e enfrentamentos, compreendemos que a luta é travada para além disso, ela se constrói a partir da ideologia que move os comportamentos de homens e mulheres que militam para o acesso à terra, mas principalmente, por condições de permanência nela.

Essa luta é estrategicamente politizada e articulada nacionalmente. É o que diz a diretora nacional e militante na Paraíba:

A gente faz a ponte do diálogo entre Estado e a discussão Nacional do MST, a gente participa de quatro reuniões anuais e recebemos estudo e trazemos de volta para o Estado o debate pra gente cumprir o que foi definido por todos os dirigentes nacionais. A gente é responsável por conduzir o Movimento no Estado de forma unificada, para contribuir no debate da auto sustentação, além de fazer um discurso com a base, a gente tem essa tarefa ainda maior, que seria justamente manter o fortalecimento do Movimento no estado, imune de coisas que venham prejudicar a história do Movimento, garantir o debate de auto sustentação financeira do Movimento e manter a articulação com a sociedade. Temos um grupo de estudo onde temos a tarefa de discutir tudo sobre nosso Estado para ver quais as estratégias de avanço ou recuo do Movimento. Quem define é a direção estadual do Movimento, aí batemos o martelo selecionando as discussões e práticas (Liderança Juliane).

Com esse depoimento verificamos que a organização do MST se sustenta numa rede integradora de várias compartimentos e instâncias que se articulam de dentro para fora. Esse diálogo envolve a dinâmica de cada Estado, de suas pretensões de atuação frente as necessidades reais, numa tentativa de preservação dos principais eixos ideológicos mobilizadores da luta em geral. Assim, existe uma conjunção de interesses e práticas gerenciadas pelas lideranças estaduais, no âmbito nacional, com deliberações de militância diferenciadas pelas peculiaridades econômicas, políticas, culturais e institucionais de cada Estado da federação.

5.3 Militância e trabalho: como conciliar tarefas?

Estar num cargo de liderança política requer preencher uma série de critérios e de competências instrucionais na ideologia do Movimento. A primeira é saber versatilizar-se para a conciliação das atividades na casa, no lote, no acampamento, no assentamento e fora dele. É por assim dizer que militar é uma missão, e como toda ela, requer renúncias.

Não é pré-requisito do MST ter um alto nível de escolarização, mas de oito lideranças que entrevistamos, apenas duas não têm ensino superior, alguns têm especialização e outros são mestrandos. Praticamente todos participam de grupos de estudo para estarem se preparando intelectualmente. Vejamos o relato de uma liderança sobre essa questão:

Meu trabalho é na formação de base, é mais local, mas é muito importante porque formação é tudo, é o jeito de viver. No movimento a gente cria espaços de formação com diversas atuações como o curso de formação de militantes de base, na sede dos próprios assentamentos e grupos de novos militantes para ensinar, discutir, o porquê que o movimento luta, pregar princípios básicos..., questões básicas da luta, formação teórica, com grupos de estudos que estuda o marxismo e com várias discussões teóricas do socialismo (Liderança Eliane).

E agora a fala masculina sobre sua concepção de estudo:

Ser militante, trabalhar e estudar não é fácil, mas eu gosto de estudar, e não estudo pra ir pra o mercado de trabalho, estudo pra entender a luta de classe e no meu tempo, tentar fazer as mudanças e organizar o povo, dentro do meu tempo de vida. A formação política e científica que o MST me permitiu até hoje não foi pra ir pra mercado de trabalho, foi pra gente fazer a luta pra mudar a sociedade! (Liderança Gilmar)

Uma outra característica observada foi a de que nas lideranças mais “bem resolvidas”, os companheiros dessas mulheres também possuem um histórico de militância no Movimento. Além disso, para realizar a conciliação de multitarefas essas lideranças contam com a ajuda da família. Em uma de nossas entrevistas perguntei a coordenadora do setor de gênero se sua sogra era militante e ela me respondeu:

Ela (a sogra) participa assim..., a gente fala que existe dois tipos de contribuição: aqueles que estão lá participando da formação e aqueles que possibilitam alguns de estarem lá. Eu passo muito tempo fora, eu e meu marido, aí ela é quem cuida das crianças (dois enteados), da minha casa, dos meus bichos e da minha plantaçãozinha, ela é militante passiva, porque ela conhece nossa luta, sabe nossos objetivos..., ela não está lá, mas possibilita que eu esteja. As crianças não podem faltar aula então ela é quem cuida deles (Liderança Viviane).

Nossa única liderança masculina entrevistada reconheceu que não tem conseguido dar conta de conciliar vida familiar, militância-liderança e sua especialização. Ele narra que conta com a ajuda da esposa, e que a vida no campo requer acordar cedo, então isso compromete seu ritmo de estudo, leituras e trabalhos acadêmicos e domésticos.

Nos demais casos constatamos que ou as lideranças eram mães solteiras e só podiam contar com a família mesmo, ou viviam com companheiros também engajados na luta. Não constatamos nenhum caso de liderança que conseguiu visibilidade política em que seu companheiro (a) fosse “anônimo”. Talvez por isso, tenhamos um Movimento tão solidificado, pois inclusive nas entrevistas obtivemos “falas” muito bem construídas, discursos bem articulados de pessoas muito bem preparadas politicamente com a causa do campo. Pessoas que estudam e que se articulam com os familiares para alcançar espaços diferenciados de debates, lutas e embates em prol dos sem-terra e que por isso ganharam visibilidade pública.

5.3.1 “Não só ajudo meu marido, eu trabalho para ajudá-lo”

Sobre a concepção de trabalho, essa é uma questão de gênero que tem sido bem discutida, pois algumas mulheres concebem seu trabalho somente como ajuda ao companheiro, no entanto, outras têm buscado desconstruir essa ideia. Ajuda é esporádica, trabalho é rotineiro. Mas esse impasse parece estar longe de se resolver:

Embora se tenha hoje essa história de igualdade, as próprias mulheres não reconhecem seu trabalho, elas dizem que ajudam o marido e o dinheiro é todo pra casa. Elas se preocupam muito com alimentação e em vestir os filhos. Acabam dando o dinheiro pra o marido ir no mercado fazer a feira, são

pouquíssimas que reconhecem seu trabalho, que dizem, eu não só ajudo meu marido, eu trabalho para ajudá-lo. Embora elas ganham igual ou mais que eles, mas elas falam que é um complemento, para ajudar nas despesas de casa, quando na verdade arcam com tudo (Liderança Viviane).

Por muito tempo o embate do binômio ajuda x trabalho no campo protagonizou as relações familiares entre os gêneros, e embora tenhamos tentativas de superação da concepção de que a mulher trabalha para ajudar o companheiro, ainda constatamos uma certa vigorosidade dessa concepção, que é principalmente difundida pelas próprias mulheres. Essa (in)visibilidade é fruto do ranço machista e patriarcal que está diluído na cotidianidade das relações de gênero e que as vezes apresenta resistência e que se (re)afirma despretensiosamente, como se fosse algo natural.

Daí surge talvez a maior indagação em relação ao trabalho feminino: como elaborar articulações que permitam o trânsito do trabalho “fora” com o trabalho doméstico, materno e marital? Essa é uma indagação que não está restrita só as mulheres camponesas, mas as da cidade também. Ela independe de grau de escolaridade, faixa etária ou classe e espaço social.

Na maioria das vezes, se recorre ao suporte dos familiares para estabelecer negociações com a divisão de tarefas que envolvem os espaços privado e público. Se criam estratégias de convivência buscando combinar as atividades que são exigidas para um militante e uma liderança. E assim as práticas ora se simplificam e se “ajeitam”, já em outros momentos se complexificam criando tensões e conflitos de quem faz o quê, quando e como.

Dessa forma, a política é feita com disputas de poder entre os gêneros, sejam essas racionais ou inconscientes. A busca da afirmação de novos espaços de atuação é uma constante que ora se flexibilizam, ora se radicalizam, nos discursos e práticas dentro e fora do Movimento, experienciados por homens e mulheres, tanto no rural, quanto no urbano, tanto no privado quanto no público.

5.4 Um olhar singular sobre o MST

O MST é hoje o maior movimento social camponês da América Latina, é a principal organização popular e um dos mais importantes movimentos sociais pela reforma agrária na história mundial. O MST conseguiu avanços significativos numa conjuntura de refluxo das lutas sociais por ter conseguido inserir profundamente sua ação no questionamento da lógica espacial do capitalismo brasileiro. Sua constituição representa, sob vários aspectos, a construção e a conquista de um espaço de socialização política, de elaboração de um projeto societário alternativo ao projeto hegemônico. Neste sentido, apresenta propostas de desenvolvimento e práticas de atuação e de organização questionadoras do modelo vigente, inclusive no que se refere às posições mais defensivas de outras organizações populares (ALMEIDA; SÁNCHEZ, 1997)⁴¹.

Mas afinal, como pensar no que realmente representa o MST? Para alguns, o Movimento é visto como um ideal comunista, como um espaço de vagabundos e bandidos, enquanto outros os enquadram como espaço dos excluídos, coitados e vítimas desprovidas de estudo e possibilidades de trabalho. São muitas visões que tentam demarcar o MST, umas positivas, outras negativas e outras minimalistas. A mídia, com seus interesses capitalistas os colocam como baderneiros e invasores de terras, mas o fato é que são concepções de pessoas que na maioria das vezes desconhecem o Movimento. Podemos conceituá-lo como quem está de fora, mas também podemos partir da visão de quem faz parte dele. Dessa forma, buscamos captar visões particulares de quem vivencia e acredita nesse Movimento como ideal de vida e de esperança de um projeto camponês socialmente justo.

A líder responsável pela direção nacional do Movimento na Paraíba, relatou que o MST aguçou seu ideal de transformação social, dada sua formação em serviço social, ela disse ter uma vida muito corrida, mas gratificante, só disse que sente porque algumas pessoas não veem as lideranças com o reconhecimento de seu trabalho, as preconceituam como fantoches que apenas executam as ações no Movimento.

⁴¹ Cf. ALMEIDA, Lúcio Flávio de; SÁNCHEZ Félix Ruiz, Dez de 1997. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo.

Uma outra liderança afirmou: “O MST pra mim significa libertação, uma forma de lutar, de ter conhecimento, que infelizmente as pessoas nos criminalizam, que dizem que somos baderneiros, como a mídia divulga, mas você só pode julgar se conhecer”.

A líder do setor de gênero ressalta que o MST é trabalho, ela diz “a gente tenta conscientizar as pessoas, que o movimento não é só terra, ele é formador, envolve educação, produção, saúde, gênero, essas coisas todas que a gente abarca.”

Creio que a fala de uma de nossas entrevistadas resume bem a concepção da maioria dos militantes do Movimento:

Pra mim o MST é uma organização muito importante, tanto que estamos completando 30 anos de existência. É um movimento de lutas, uma luta diferente do que a mídia passa. Eu como militante tenho o papel de tá contribuindo com a sociedade formando outros militantes pra não deixar o Movimento acabar, como é o desejo de alguns. Mas o MST é um Movimento firme e forte, onde a gente defende a agricultura familiar, a educação, ao contrário do que as pessoas pensam, a gente não luta só por terras, mas por trabalho, dignidade, saúde, escolaridade, por uma infinidade de coisas. O movimento nos propicia uma formação que nos faz ter uma leitura de mundo totalmente diferente do que a gente tinha antes, não nos aliena, aprendemos a conviver com a sociedade, a discordar e sentir vontade de lutar. A gente sente lá no fundo a vontade de que o sistema não tome conta da nossa vida. Passamos a valorizar outras coisas que o dinheiro não compra, que é o bem estar, de sabermos que podemos contar uns com os outros, diferente do sistema capitalista que é cada um por si e que não é Deus por todos, é o diabo por todos (Liderança Gelda).

Falar sobre a atividade de militância em cargos de liderança no MST, é pensar num estilo de vida baseado num certo apaixonamento vivido por praticamente todos que abraçam a causa da reforma agrária no Brasil. A noção de responsabilidade política no Movimento certamente está imbuída de uma construção identitária respaldada num conjunto de motivações que podem variar significativamente. A crença numa sociedade mais humanista e solidária, com equidade e menos desigualdade gera a esperança de uma sociedade justa para todos, assim como a possibilidade de um pedaço de terra, de melhores condições econômicas e sociais podem contribuir para que a vontade de lutar seja prioritária. Enfim, é o que sintetizou bem uma liderança em nossas conversas, ela relatou “se você não tiver a consciência política da luta pela terra você não faz o que a gente faz, ninguém faz”.

Finalmente, nossa liderança masculina desfecha com sua concepção sobre o Movimento numa afirmação emocionada (chorando mesmo), ele se desculpa e diz:

Marx diz que só quem luta por mudança é quem não tem nada a perder. Os sem-terra são radicais justamente por sua luta pela existência, porque querem ser reconhecidos como sujeitos. É preciso olhar para a destruição humana que o capitalismo faz, para a miséria que ele empurra as pessoas, então essas pessoas que enfrentam, às vezes com raiva, intransigência, sem medo da própria morte é porque elas querem existir, e eu diria..., se a gente lutar, podemos ter nossa dignidade e morreremos com a certeza de quem nem um dia deixamos de lutar, mas se não lutarmos, nunca conquistaremos. Na luta pela existência o ser humano não tem limites. Eu devo minha família ao MST, a gente vivia num engenho de cana de açúcar e hoje estamos engajados nessa luta, e é preciso enfrentar com radicalidade, porque não temos outro caminho, e aí as pessoas devem conhecer a beleza que é o MST na construção da dignidade humana (Liderança Gilmar).

Ele finaliza a entrevista dizendo que existem dois problemas relacionados as concepções que a academia tem a respeito do MST: uma visão romântica, positiva e outra negativa. Ele frisa: “as pessoas esquecem que o MST é um Movimento social que organiza seres humanos concretos em sociedade, e onde tiver ser humano haverá sempre contradições. No entanto, outros tentam dizer que os sem-terra são uns desgraçados, desocupados, bandidos, ou então os anjinhos bonitinhos, mas nós não somos nem uma coisa, nem outra, somos seres humanos normais com pensamentos e divergências em uma sociedade.”

5.5 A enxada como lazer

As concepções sobre lazer também foram objeto de indagação durante nossas entrevistas. Praticamente todas as respostas culminaram para a relação trabalho no campo como forma de lazer. Vejamos a fala de um líder:

O lazer do camponês é estar pegado na enxada, né? E o lazer do militante é estar na luta política. No entanto, a gente tem família, minha mãe mora no litoral sul, aí a gente vai muito pra praia com meus filhos. Meu lazer ou está na militância ou com minha família, porque não pratico nenhum esporte, só as vezes é que eu gosto de assistir futebol (Liderança Gilmar).

A partir de nossa pesquisa, com um olhar aguçado, constatamos que de fato o camponês não tem muitas opções de lazer. Isso acaba resultando em muitos casos, na ingestão de álcool, droga e tabaco. Não realizei nenhum estudo específico sobre essas questões, mas pude observar em diversos momentos, que principalmente em fins de semana o “lazer” de muitos assentados é beber e fumar. E essa constatação não é só masculina, mas igualmente feminina. Adolescentes, jovens, adultos e idosos nessas práticas, talvez se vejam num momento de “fuga” da realidade cotidiana de escassez material e de seus direitos. A incidência dessas práticas inclusive, foram relatadas quando falamos sobre a violência no campo, nos diversos espaços sociais. O doméstico foi o mais citado como espaço de agressões e violências físicas e psicológicas por conta do álcool e drogas, vitimando principalmente mulheres e crianças.

Ainda sobre a atividade de lazer, pudemos constatar que na vida camponesa nem tudo também é trabalho, uma de nossas entrevistadas relatou com euforia o presente de quinze anos que deu a filha, uma viagem (mãe e filha), para o Rio de Janeiro, no Rock in Rio realizado em 2013. Perguntamos a ela sobre a experiência e ela narrou que “embora tenha sido só uma noite, elas tinham aproveitado e tinha sido muito bom, porque tudo era limpo e organizado”. Ainda conversamos um pouco sobre a viagem com sua filha que narrou: “minha mãe é muito show, foi comigo, ficamos na frente, e foi metálica, foi ótimo”!

Nas demais respostas sobre o lazer, vimos que este se vincula ao trabalho, no máximo sair um pouco para alguma comemoração, um churrasco, enfim, mas nas respostas percebemos que o lazer na concepção do camponês, está diretamente relacionado ao seu trabalho, a sua atuação como militante e líder no Movimento.

5.6 O preço da liderança

O MST tem uma crença ideológica que contraria toda homogeneidade capitalista da sociedade atual. Para estar no páreo das demandas do campo, nas reivindicações do Movimento, quem exerce cargo de liderança tem um preço a pagar, principalmente se for uma mulher. É preciso militar e se destacar em sua atuação para que haja um mínimo de visibilidade e reconhecimento na tomada de decisões. São necessárias posturas de negociações com referência as suas

atribuições do espaço doméstico, quase nunca dispensadas e a elasticidade de conciliar todas essas exigências.

Em nossa pesquisa de campo pudemos acompanhar um pouco da dinâmica de vida das principais lideranças femininas no Movimento e vislumbramos histórias de lutas, não só na acepção do enfrentamento em si, mas contra as resistências que se colocam no campo ideológico para os/as militantes do MST em ambos os espaços privado e público.

5.6.1 De quase freira a militante

Como mencionamos outrora, o catolicismo serviu como um dos pilares para a construção dos principais movimentos sociais, inclusive do MST, principalmente pela Comissão das Pastorais, em especial a da Terra.

A narrativa de vida de uma de nossas entrevistadas aponta para uma trajetória vivenciada a partir de experiências católicas, herdada da tradição familiar. A teologia da libertação e do acolhimento aos mais necessitados suscitou nela um vislumbramento que apontava para um assistencialismo que perpassava as fronteiras da Igreja. Era preciso ir além, romper com o conformismo religioso e partir para o embate ideológico e político do questionamento das desigualdades no campo.

Esse é o relato de Dilei sobre sua história no Movimento. Ela estudava para ser freira, mas percebeu que poderia fazer além. Ao invés de continuar com a tradição de sua religião ela preferiu questionar alguns dogmas e o que parecia desprezioso ganhou uma dinâmica que mudou sua forma de ver o mundo. Ela acabou se graduando em História e construindo uma trajetória de militância eclética atuando em praticamente todos os segmentos do MST, no Brasil e na Paraíba.

Sua atuação no MST começara a se expandir por seu Estado natal, Rio Grande do Sul e se estendera ao Nordeste, sendo essa uma importante articuladora do Movimento nessa região. Posteriormente veio regar as primeiras sementes do Movimento na Paraíba buscando fortalecê-lo, o que conseguiu exitosamente. Ela é reconhecidamente uma autoridade militante e atuante. Deixou sua família no Rio Grande do Sul, abandonou seu sonho de ser freira na juventude e praticamente dedica toda sua vida ao Movimento. Até hoje não se casou, mas realizou o desejo de ser mãe de uma linda menina (que até ficou amiguinha da minha filha). Em um dos relatos das

entrevistas ela afirmou enfaticamente que sabia que seu companheiro a deixara por saber que ela tinha uma militância itinerante, que não podia manter a casa arrumada, a comida na hora certa e a roupa lavada, pois ele buscava a estabilidade de uma mulher cuidadora do lar e da filha. Por isso ele acabou optando por viver com uma outra assentada que não participava ativamente do Movimento, pois com ela ele tinha tudo isso.

Dentre tantas perguntas que a fizemos, indagamos sobre se ela não temia estar arriscando-se nos enfrentamentos, enfim, se ela achava que sua dedicação não custava caro e ela nos disse acreditar ter uma missão, não no âmbito religioso, mas social. Ela disse não ter medo de ninguém, somente toma alguns cuidados pois hoje tem que pensar que tem uma filha que depende dela. “Mas a causa do Movimento me vivifica”, relatou com um brilho no olhar umedecido por uma lágrima.

A partir dessas experiências constatamos um certo apaixonamento que talvez justifique tanta dedicação a uma causa. Isso se faz presente em algumas outras lideranças que acompanhei, um vislumbre romântico, quase fanático pelo MST.

5.6.2 “Eu não sou machista não”

Em nossa pesquisa de campo, pude selecionar algumas lideranças femininas e apenas uma masculina: a de Gilmar. Um militante muito bem entrosado com o Movimento, pois desde cedo “comprou” briga com o pai que não aceitava sua “rebeldia” em participar do MST. Se engajou na luta contribuindo no setor de saúde, mas seu forte acabou sendo a educação, que ainda é até hoje, especialmente na educação de jovens e adultos – EJA.

Nas entrevistas com Gilmar ele parecia ter uma preocupação com um discurso muito arrumado, tanto do Movimento, mas principalmente de sua postura. Ele parecia querer ser politicamente correto, pois dizia que em sua casa não tinha trabalho de homem nem de mulher, que todos faziam tudo, que combinava as decisões com a esposa, enfim, mas lá pelas tantas, deixou escapulir que quanto as decisões políticas, de aceitação de cargos, viagens, do Movimento, ele não combina nada com a esposa. Ele afirmou que apenas a comunicava de suas decisões, mas que não era machista.

Ou seja esse discurso dele de autodefesa ressaltava ainda mais o seu machismo, quanto mais se defendia, mas se comprometia.

A partir dessa discussão disse que no MST muitos homens são machistas, na hora das reuniões e deliberações de novas lideranças alguns brincam dizendo: “e aí tua mulher foi escolhida, tu vai deixar”? Mas o curioso é que sua esposa embora exerça uma militância atuante, não exerce nenhum cargo de liderança no Movimento.

Enfim, “o eu não sou machista não” é tão ou mais recorrente dizer quanto o machismo de resistir, ele, por vezes, é imperante entre homens e mulheres que acabam o legitimando com seus discursos e com a permissividade de algumas práticas toleradas pelas mulheres. E assim, ressaltamos como as vezes o pesquisador tem que insistir em determinadas questões nas entrevistas para que possa captar o que parece mais desprezioso, mas que carrega em seu bojo muito além dos discursos prontos, racionalmente pensados.

5.6.3 “Toda mulher homo já foi hetero”

Grande parte da energia e atenção demarcadas em torno de questões relativas a homossexualidade, desde o final do século XIX, na Europa e EUA, foi impulsionada pela distinção entre homossexualidade e mapeamentos mais longos do segredo e da revelação, do privado e do público, que eram e são criticamente problemáticos para as estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista como um todo; mapeamentos atrelados a certas figuras da homossexualidade. “O armário”, “a saída do armário” ou “assumir-se”, passam a ser expressões quase comuns para o cruzamento e recruzamento de quase todas as linhas de representação politicamente carregadas e que têm sido ameaçadoras dessas figuras. O armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX. Portanto, viver no armário, e então sair dele, nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto. (SEDGWICK, 2007)

Foucault, situa no século XIX uma mudança no pensamento europeu que deixa de ver a sexualidade do mesmo sexo como uma função de atos genitais isolados e

proibidos e passa a vê-la como uma função de definições estáveis de identidade (de modo que a estrutura da personalidade de alguém, pode marca-lo como homossexual, mesmo na ausência de qualquer atividade genital).

A questão da homossexualidade, embora traga em seu bojo abordagens interdisciplinares e notadamente nos dias de hoje tem sido bastante debatida em diversos âmbitos, ainda demanda uma pseudoaceitação. Por mais que seja objeto de disposições jurídicas com leis previstas em direitos civis e por mais apresentada pela mídia, em todas as suas instâncias, falar dessas práticas ainda gera certo desconforto para a sociedade; que embora se diga solidária a causa gay, na prática evidencia certo pesar sobre os que se identificam como tais. Mesmo uma pessoa gay assumida lida com um dilema cotidiano entre 'ficar' ou 'voltar para o armário'. Por mais que aparente até um certo 'orgulho de ser gay', em alguns momentos, diante de certas situações, os indivíduos se esquivam e sigilizam sua identidade, por que o armário é uma ferramenta caracterizada da vida social, que serve como proteção para aceitação nessa.

Em nossa pesquisa com as lideranças femininas do MST na Paraíba, constatamos um caso de homossexualidade entre duas mulheres que dizem assumir publicamente sua condição homoafetiva, como assim preferem se identificar. Elas dizem orgulhosamente que são o primeiro caso dentro do movimento no Estado a serem contempladas com a titularidade da terra no nome de ambas; antes a Relação de Beneficiário - RB – só possibilitava que a terra estivesse em nome de um homem: esposo, companheiro, irmão, enfim. Com as reivindicações femininas isso foi superado e atualmente a RB vem em nome dos cônjuges, com prioridade para a mulher e abertura para o registro ser em nome de dois homens ou duas mulheres.

Na prática, quando perguntamos sobre o trâmite burocrático (de quase três meses), para a titularidade da terra no nome das duas, uma das entrevistadas afirmou ser um processo tranquilo, de respeito, porque é lei. Embora ela assuma sua identidade homoafetiva, em uma de suas falas ela faz questão de destacar estar 'bem resolvida', porém, percebemos que ela reconhece que precisa adequar sua relação às convenções sociais:

Esse é um tempo que nós mulheres temos que nos afirmar. As pessoas sabem(...), mas ninguém nunca chegou pra perguntar, questionar, pode falar por trás, mas existe respeito deles, e nosso também, a gente não fica se amostrando, não vamos estar fazendo **certas coisas que não convém no meio social**. Apesar das pessoas saberem, **nunca viram(...), a gente tem esse cuidado(...)**. (Liderança Celinha, 2013, grifo nosso)

Mas então o que convém ser feito no meio social? Não será porque existem convenções sociais que estabelecem diferentes espaços sociais do que pode ser feito ou não? Da separação dos espaços públicos e privados? Do espaço da casa e da rua? Do espaço doméstico e do espaço político?

A afirmação de que toda mulher homo já foi hetero é uma assertiva pertinente, mas que não pode ser generalizada. A liderança Celinha acima relatou nas entrevistas um pouco de sua experiência afetiva não ter sido exitosa com homens. Casou, engravidou, abortou (espontaneamente), separou-se, depois conheceu outros homens, mas só se encontrou agora. Ela diz: “só uma mulher para entender outra” e afirma que “toda mulher homo já foi hetero”. Quando falamos sobre a possibilidade de terem filhos ela diz que conversam juntas sobre essa questão, mas estão num dilema: quem vai engravidar? Simpatizam com a ideia de inseminação artificial, mas acham constrangedor, porque de certa forma dependerão de um homem, que é desconhecido, enfim. Pensam em adotar talvez, mas dizem no momento estarem muito envolvidas, ambas nas atividades de liderança no MST. Uma delas diz: “filho prende muito e não queremos criá-lo de qualquer jeito” (...).

A outra entrevistada relatou ter sofrido preconceito sobre sua identidade homoafetiva. Ela diz:

Como eu sofri muito preconceito nas minhas relações, a mensagem que eu deixo é: quando você se descobrir, quando você tiver o seu desejo, faça com que esse desejo se cumpra. Não se importe com o que as pessoas vão pensar ou falar. Viva você, seu momento de felicidade, independentemente de qualquer coisa, porque as pessoas passam e a gente fica. (Liderança Gelda)

A partir desses relatos, constatamos que a homoafetividade é uma questão social que se corporeifica entre dois extremos: ou ao aprisionamento no armário ou a

libertação que pode ser sancionada ou preconceituada pela própria sociedade. São impasses que a Sociologia deve discutir com toda sobriedade científica possível. Eis o desafio...

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho foi uma experiência enriquecedora para compreensão das estratégias de inserção política das mulheres na liderança do MST na Paraíba. Através da pesquisa de campo e da observação direta e participante nosso olhar se focou para esse universo de mulheres (que envolvem também suas relações com os homens e com a realidade cotidiana rural). Mas quem são essas? Como fazem para transitar num universo tão masculinizado que é a política? Ainda mais no espaço rural, dentro do Movimento social camponês de maior projeção nacional, a saber no MST. Um Movimento que embora diga partilhar de uma política de igualdade de direitos entre os gêneros, na prática se constata um ranço machista que, na verdade, está diluído no cotidiano rural e urbano também.

A pesquisa de campo em si demandou um desafio para conseguirmos contatos, intermediadores e para a concessão de entrevistas, enfim, não foi fácil selecionar nossa amostra, além de que houveram desencontros e alguns assentamentos de difícil acesso. Até porque nossa pesquisa não foi em um assentamento específico, mas onde estavam nossas mulheres escolhidas. O critério de escolha dessas foi baseado em trajetórias de reconhecida atuação entre os militantes do próprio MST, com a inclusão de uma liderança masculina atuante no Movimento. Assim, pudemos demarcar espaços de percepção das principais dificuldades de inserção feminina enquanto liderança no Movimento a partir de pelo menos duas constatações: a primeira e mais recorrente está associada à dificuldade de conciliação das atividades de esposa, mãe e dona de casa com as exigências da militância itinerante impostas para quem exerce algum cargo de liderança e a segunda é, que em alguns casos, embora o MST proponha que para cada cargo de liderança, estejam a frente um homem e uma mulher, na prática, algumas mulheres não têm praticamente participação na tomada de decisões, estão à frente só para cumprir um protocolo.

A partir desses impasses essas militantes precisaram elaborar estratégias de negociações com o companheiro, com a família e as vezes até abdicando de seus relacionamentos afetivos em nome da causa do Movimento, pois a luta é permanente e itinerante. Essas estratégias foram o diálogo, a imposição na divisão de tarefas no lote, na casa e com os filhos e a barganha com familiares para a responsabilização destes sobre esses afazeres, para que essas pudessem atuar e efetivar seus

trabalhos enquanto líderes no MST. E é dessa forma que as mulheres buscam se inserir politicamente nesse processo, que as vezes, é de resistência, começa já em casa e é socialmente reforçada pela ideia machista que tenta sabotar a atuação política de forma a comprometer a visibilidade feminina. Mas isso não pode ser generalizado, há situações em que as mulheres acordam com seus companheiros para um envolvimento de ambos na militância de forma a somar forças para ativar a ideologia e atuação no Movimento.

O objeto de estudo que nos propomos investigar nos permite afirmar que, ao analisarmos de perto a trajetória das mulheres que exercem cargo de liderança política no MST na Paraíba constatamos que as práticas sociais, inclusive as lutas massivas e cotidianas das militantes, são constituidoras de novas subjetividades e identidades de resistência, conforme afirma Castells (2002). As mesmas se desdobram numa identidade camponesa, baseada numa teia de negociações nas condutas e experiências perpassadas nos espaços privado e público, o que nos permitiu realizar uma reflexão sobre o fazer político e a visibilidade feminina alcançada por essas militantes. Isso nos proporcionou uma compreensão sobre a construção dos modos de pensar, sentir e viver destas, como forma de agregar relações que denotam realidades distintas que ora se aproximam, ora se distanciam, mas que significam representações entre os gêneros.

Por esse caminho fomos convidados, pela própria pesquisa a estudarmos a cultura, a experiência e as identidades, que estão intimamente interligadas. A cultura vai sendo transformada à medida que as mulheres experienciam a luta camponesa no acesso à terra e a sua permanência nela; com isso, asseguram a necessidade de transformação da sociedade, porque compreendem que o atual sistema, de hegemonia capitalista e com acentuado ranço do patriarcado, produz e reproduz a violência e a submissão das mulheres, numa concepção de violência não só física, mas simbólica também. A superação dessa, se dá com ações relacionadas à valorização da vida, do trabalho e da militância pela causa do campo. O que percebemos em nossa pesquisa, foi que ao assumir o fazer e ressignificar as lutas políticas, as mulheres assumem uma identidade camponesa, a qual fortalece a consciência do refletir sobre o que significa ser camponesa numa sociedade que em grande medida despreza as pessoas do campo, principalmente a “marginalização” dos/das sem-terra.

Quando observamos em nossa caminhada a visibilidade do trabalho da mulher e, conseqüentemente, a valorização do “ser mulher”, constatamos que a libertação das mulheres assumida pelo Movimento e pelas mulheres pesquisadas se refere à conquista da autonomia, ao passarem ser donas da própria vida, ao terem vez e voz, saberem o que querem e não dependerem dos outros para tomar as decisões tanto no campo pessoal, quanto coletivo; mas sim aprender, em contrapartida, a terem solidariedade, estratégias políticas de negociações, tomarem decisões coletivas e juntas executarem discussões das concepções e ações que permeiam seu campo social.

Nesse sentido, consideramos que a identidade camponesa e os direitos femininos se orientam na conquista de uma certa autonomia e libertação, que embora aconteça em meio a provações e contradições, devido à vivência em uma sociedade com certo ranço patriarcal, em que as mulheres, dentro de sua própria casa ou unidade de produção, precisam “comprar briga” para ganharem visibilidade social.

As lideranças femininas do MST são coordenadoras, professoras, estudantes e dirigentes dentro do movimento, mas na prática, exercem uma socialização de tarefas, ora tendo uma atividade específica na direção, ora com a responsabilidade de coordenar eventos, oficinas, programas de educação, de formação de base, de enfrentamentos, enfim, elas têm um perfil eclético que as colocam em posições de grande responsabilidade. Possuem um currículo recheado de experiências locais, regionais, nacionais e internacionais, como o caso de uma liderança, Nei, filha de Dona Maria da Penha, amiga de Margarida Maria Alves, de Alagoa Grande, que foi passar um mês na França, representando o MST/Paraíba. Suas formações são imbuídas de uma base socialista e anticapitalista, de um elevado nível de escolarização, pois de todas as entrevistadas apenas duas não possuem curso superior, as demais e o homem entrevistado possuem não só uma graduação, mas são especializando e mestrando. Isso demonstra uma preocupação de que no MST quem está à frente, na liderança política, são pessoas bem preparadas para atender as exigências de articulação do Movimento e de sua ideologia.

Em termos teóricos nosso trabalho se baseia em algumas pistas analíticas da Sociologia de Anthony Giddens, Manuel Castells, e alguns outros autores e autoras como Fischer e Melo, Safiotti, Scott, Barbieri, Bruschini, Cebotarev, enfim, em diferentes contribuições acerca do debate de gênero. Damos ênfase também, às contribuições da Sociologia de Pierre Bourdieu, pois a pertinência de usar o binômio

conceitual *habitus* – *campo* para respaldar nossa pesquisa, é que o *habitus* busca romper com interpretações deterministas e unidimensionais das práticas dos atores e atrizes sociais no campo. Esses conceitos fundamentam a noção ativa dos sujeitos como produtos da história inseridos num contexto de maior projeção dentre os movimentos sociais no campo: o MST, que é um campo que repercute continuidades de pensamento, sentimentos e ações que por essa abrangência, se sistematiza a partir de diferentes comportamentos apreendidos e impostos por sua solidez política. Portanto, como perceber o que se repete e o que se (re)cria no MST? Até que ponto o movimento influencia e autonomiza seus militantes? Como se estruturam e são estruturadas as diferenciações entre o gênero nos espaços privado e público?

Assim, parece-nos indispensável não só compreendermos os espaços públicos em si, como reflexo de um processo de questionamento das relações de poder numa perspectiva macro, ou seja, como processo de questionamento e enfrentamento das estruturas desiguais entre os gêneros. Interessa-nos também perceber, em que medida, estes espaços são reflexos de uma proposta de construção de outro projeto hegemônico e de uma nova institucionalidade democrática, que seja capaz de assegurar as diversas falas, perspectivas políticas, culturais, sociais, ambientais, e que venha a se legitimar como novos arranjos em relação ao questionamento das estruturas de poder que se materializam nas relações capitalistas, patriarcais, raciais, etc.

Foi preciso atentarmos para o que Bourdieu (1999) ressaltou: que a metodologia de pesquisa de nosso trabalho não se orientasse por um conjunto de formulações técnicas que antecedessem a aplicação dos instrumentos de pesquisa como entrevistas, questionários, mas antes que se realizasse uma prática reflexiva que acompanhasse todos os momentos da pesquisa, desde a formulação do objeto até a construção do texto final. A partir daí reconhecemos a relevância da história oral, como arcabouço teórico-empírico para embasarmos nosso trabalho. Sua metodologia não se resume a uma técnica de investigação pois pretende realizar-se como uma prática reflexiva construída pela negociação de saberes, interesses, discursos e práticas entre indivíduos em posições diferenciadas.

Dessa forma, a utilização da técnica de história oral busca alcançar a objetivação das subjetividades narradas a partir das experiências individuais e sociais

vivenciadas por diferentes trajetórias. Portanto, é como Bourdieu propõe, é importante uma postura de vigilância epistemológica que permita ao entrevistado narrar suas experiências, sua história de vida e evite, na medida do possível, interferências do entrevistador. Esse mecanismo da história oral relata fatos, percepções e muitas vezes recursos de linguagem como repetições, pausas, silêncios, tempos de verbo, que em primeiro momento, parecem deslocados quanto aos objetivos da pesquisa, mas podem revelar, no trabalho interpretativo conexões com experiências, sentimentos, acontecimentos significativos na vida dos narradores, inclusive o silêncio pode ser lido como uma forma de comunicação (MENEZES, 2004).

Segundo Menezes (2006) as histórias de vida nos fornecem um material rico que contempla não apenas a organização social, mas também valores e regras familiares. A história de vida individual é amplamente representativa da experiência do grupo, os relatos não se remetem somente as suas vidas, mas o que são comuns a outras pessoas na mesma posição social, à medida que contam suas histórias, aspectos de trabalho na terra, trabalho doméstico, etc.

Sendo assim, a memória é um recurso metodológico para compreender a formação do *habitus* do grupo social, em que modelos de organização social, valores, regras sociais e mentalidades são constituídas, mas, também, para identificar as transgressões, questionamentos e resistências praticadas pelos sujeitos sociais. Assim, os estudos de memória podem se constituir em um campo fértil da Sociologia Rural, especialmente na reconstrução da experiência singular e diversa dos sujeitos sociais que vivenciaram movimentos camponeses de luta pela terra ou contra as formas de exploração do trabalho. Ao entendermos que as memórias são conflitivas e que os sujeitos sociais lutam simbolicamente para legitimar suas versões sobre os fatos e episódios históricos, o estudo da memória pode contribuir para compreendermos as múltiplas faces da experiência social de indivíduos e grupos sociais agrários e, assim, problematizar as versões hegemônicas ou homogêneas, construídas pelos profissionais da memória, como os historiadores, políticos, e grupos hegemônicos de sindicatos, partidos e outras organizações políticas (MENEZES, 2005).

Em nossas entrevistas pudemos contemplar as “narrativas de vida”, que não são propriamente histórias de vida, por que são incompletas e tiveram consideráveis

intervenções nossas, enquanto entrevistadora, mas é, como explica Menezes (1992), a fronteira entre a história de vida e a entrevista semiestruturada é bastante flexível, por isso optar por um trabalho que utilize relatos orais implica em pensar a relação pesquisador (a) informantes. Estamos lidando com pessoas que trazem uma bagagem histórico-cultural, de valores e sentimentos que no contato face-a-face fazem-se presentes, interferindo na produção da entrevista.

De toda forma, o trabalho de campo, apesar de alguns desencontros, foi uma experiência muito rica, pois serviu-nos como uma lupa para vislumbrarmos nosso objeto de pesquisa. Saímos imbuídos de uma expectativa instigadora: a de visualizar nosso objeto de estudo bem de perto, de focá-lo e ajustar nossa lente para o olhar que nos propomos averiguar. Para a captação das trajetórias de vida de nossas entrevistadas e entrevistado a história oral serviu como base para construção das narrativas. Esse momento é dinâmico e singular: a preparação das entrevistas, o contato com os sujeitos da pesquisa, a ficha de identificação, o momento da entrevista, o uso do gravador, a declaração de consentimento, o caderno de campo, a transcrição, a textualização e edição das entrevistas se constroem num processo de costuração como numa colcha de retalhos que ajunta fios para confecção final. (ALBERTI, 2004)

Dessa forma, não podemos apontar comportamentos e vivências conclusivas sobre as negociações que permitiram um certo lugar de visibilidade social das principais lideranças femininas do MST na Paraíba. Embora tenhamos uma riqueza de dados empíricos com observações, entrevistas e leitura do cotidiano destas, constatamos que o Movimento possui um esquema social híbrido de pessoas, identidades, comportamentos e experiências singulares; ora a mulher se comporta como submissa à dominação masculina, ora protagoniza decisões políticas de certo reconhecimento e visibilidade social. Esse trânsito nos coloca a par da ideia de que, no debate de gênero, existem negociações constantes. Não há um que manda e outro que obedece, ambos acordam, consciente ou inconscientemente em nome da convivência familiar e das normas instituídas no assentamento e pelo próprio MST.

Dentre tantas percepções, destacamos as (des)continuidades de práticas semelhantes de homens e mulheres, mas ao mesmo tempo com motivações, pensamentos, sentimentos e ações de militantes que privilegiam a realidade social, a

partir do *habitus* inculcado e refeito por si e pelos que fazem parte do grupo, reafirmando para nós a constatação de que a Sociologia é a ciência do cotidiano, das apreensões simbólicas, atribuídas as coisas e as pessoas.

Talvez essa seja a “limitação” da pesquisa qualitativa: a de chegar a conclusão da inconclusão. Mas resta ao pesquisador se contentar com as pistas que suas análises podem fornecer numa tentativa de dar conta de responder aos questionamentos referentes ao que se propôs investigar. No final, constatam-se mais perguntas que respostas: uma característica do sociologizar.

REFERÊNCIAS

ADISSI, Paula Oliveira. **Estado, Mídia e Criminalização do MST: um estudo a partir do Caso de Pocinhos (PB)**. Dissertação de Mestrado –UFCG. Campina Grande, PB, 2011. 260p.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV . 2004.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de; SÁNCHEZ, Félix Ruiz. **Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo**. Lutas Sociais n. 5. São Paulo: Xamã, 1998.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos**. In: _____ (org). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-60

ANNAS, J. **“Mulheres e a Qualidade de vida: Duas normas ou uma?”** Revistas: Estudos Feministas. Lua Nova. N 31. Pp. 135-155.1993.

BARBIERI, T. **Sobre a categoria Gênero: Uma Introdução Teórico- Metodológica**. Recife. Edição SOS Corpo.1993.

BARROS, Clóvis. **“A Sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação”:** **uma proposta de investigação teórica sobre a obra de Pierre Bourdieu e suas ligações conceituais e metodológicas com o campo da comunicação**. Tese de doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Buenos Aires. Fondo de Cultura Economica. 2006.

BERTAUX, D. **L’approche biographique: sa validé méthodologique,ses potentialités**. Cahiers int sociol 1980; 69: 197-225.

BIUSTER, J. B. Spanish Women Against Industrial Waste. **A gender perspective on environmental grassroots movements**. In: ROCHELEAU; D., SLAYTER; B. T. and WANGARI; E., **Feminist Political Ecology global issues and local experiences**.New York. London and New York.1996.

BIUSTER, J. B. Spanish Women Against Industrial Waste. **A gender perspective on environmental grassroots movements**. In: ROCHELEAU; D., SLAYTER; B. T. and WANGARI; E., **Feminist Political Ecology global issues and local experiences**.New York. London and New York.1996.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida en el análisis social**. Disponível em Módulo Virtual: Memórias de la Violencia // www.cholonautas.edu.pe, 1989.

BOUDON, Raymond. **Dicionário de Sociologia**, Lisboa: Publicações Dom Quixote 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **La distinción: Criterios y bases sociales del gusto** (Trad. Maria del Carmem Ruiz de Elvira). Buenos Aires: Ed. Taurus, 1998.

_____. **A Dominação Masculina**. Trd. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato**. (p. 54 -64). In: BOURDIEU, P. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1999.

BRIOSCHI LR, TRIGO MHB. **Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas**. Ciênc e Cult 1987; 39 (7): 631-7

BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e família: Cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo, Vértice.1990.

BRUSCHINI; Cristina e PINTO; Célia Regina, (Org). **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo. Ed. 34. Fund. Carlos Chagas.2001.

BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch. **A eternização do arbitrário cultural masculino: apontamentos sobre a obra A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu**. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia. Vol. 14, set.-dez. de 2007 – ISSN 1678 6408. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/nepp>. Acesso em: 12/10/2014, as 21:59.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CEBOTAREV, E. A. **A Organização do tempo de atividades domésticas e não-domésticas de mulheres camponesas na América Latina**.1997

COHEN I. J. **Teoria da estruturação e práxis social**. In: GIDDENS, A.; TURNE, J. (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1996, p. 393- 446.

COSTA, Julie. **O conceito de *habitus* em Bourdieu**. Disponível em: <http://lentes-silenciosas.blogspot.com.br/2011/09/gostos-de-classe-e-estilos-de-vida.html>.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAOLIO, Jocimar. **A construção cultural do corpo humano**. In: Da cultura do corpo. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

D'EPINAY CL. **La vie quotidienne** (Essai de construction d'un concept sociologique e anthropologique) Cahiers int sociol 1983; 74: 13-37.

DESLANDES SF, CRUZ NETO O, GOMES R, MINAYO MCS. Organizadores. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7ªed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes; 1994.

DUQUE, G. Mulher, **Meio Ambiente e Desenvolvimento: mapeando questões específicas do rural e do urbano**. In: Duque (org), Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ensaios e Pesquisas em Sociologia Rural. João Pessoa. Ed. Universitária / UFPB. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FISCHER, I. R. e MELO, L. A. (1996). **O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola**. Recife, Massangana.

FIÚZA, A L C. (2001). **Mulheres nas Políticas de Desenvolvimento Sustentável** In: BRUSCHINI; Cristina e PINTO; Célia Regina, (Org).Tempos e Lugares de Gênero. São Paulo. Ed. 34. Fund. Carlos Chagas.

FONSECA, C. **Uma Genealogia do "Gênero"**. In: SCOTT, Russell Parry (Org.) Pesquisando Gênero e Família. Revista de Antropologia. UFPE. Vol. 1, Nº 2. 1996.

FRANCO, G. e M. THOMAZ JUNIOR, A. (2002). **Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território**. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (27).

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

GIDDENS, Anthony. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e História na Ordem Social Moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Agir; 1989.

GOHN, M.G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **A produção teológica no pós-concílio**. PUC-Campinas, 2007.

GONZÁLEZ REY, F. **La investigación cualitativa en Psicología: rumbos y desafíos**. São Paulo: Educ, 1999.

GROSSI, MIRIAM PILLAR. **Identidade de Gênero e Sexualidade**.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>

KARTCHEVSKY- BULPORT. **O Sexo do Trabalho**. Paz e Terra.1989

LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, L. S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Ed. UNESP/NEAD/INCRA/MDA, São Paulo, 2004.

MAURO, G. **A dialética das lutas socialistas: o movimento dos sem-terra e as novas formas de construção do poder popular na América Latina**. Revista Em Pauta, n. 19, Rio de Janeiro, UERJ, 2007, p.107-134 MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>

MENDES, M. A. **Estudos Feministas: Entre perspectivas modernas e pós modernas**. In: Caderno de Estudos Sociais. Recife. Vol. 18, nº 2. Julho / Dezembro. 2002.

MENEZES, M. A. (org.). **Histórias de Migrantes**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

MENEZES, M. A., AIRES, L., SOUZA, M. R. **Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo**. Revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP, ano 13, 2004. nº12, Pp. 57-70.

MENEZES, M. A. **História Oral: uma metodologia para o estudo da memória**. Revista Vivência, nº28, 2005, p.23-36.

_____. **Relações entre pais, mães e filhas(os) em famílias camponesas: memórias de infância**. Revista Teoria & Pesquisa JUL/DEZ de 2006.

MIES, M. e VANDANA; S. **Ecofeminism**. New Jersey. Zed Books.1993.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <http://www.mst.org.br>

NICHOLSON, S. **Resgatando o Princípio Feminino**. In: O Novo Despertar da Deusa. Coleção Arco do Tempo. Rio de Janeiro. Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Maria Edilara Batista de. **Terra, trabalho e escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN. João Pessoa, 2010. 142p.

PAULILO, Maria Inês; SILVA, Cristina Bereta da. **Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas**. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.) *Gênero e gerações em contextos rurais*. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2010.

PEIXOTO, C. E. (Org). **Família e Envelhecimento**. FGU, Rio de Janeiro, 2004.

PESSOA, D. (Coord.) (1990) **Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos**. Recife: Massangana.

PINTO, C. R. **Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto sujeito político**. In COSTA, A. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PNRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. MDA/INCRA, 2003.

RAGO, M. **E se Nietzsche tivesse razão? A Categoria do Gênero no Pós estruturalismo**. In: SCAVONE, L. **Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência**. São Paulo. Universidade Estadual Paulista, 1996.

ROSALDO, M. Z. **O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural**. *Revistas Horizontes Antropológicos*. Pp.11-36, 1994.

RUA, M.G. e ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de Painéis"**. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFIOTTI, H. **Feminismo como una nueva óptica científico- política**. In: Encuentro sobre la Deuda Externa de América Latina y el Caribe. Havana, Julho. PE / IICA, 1985.

_____. **Rearticulando Gênero e Classe Social**. In: BRUSCHINI, C. & COSTA, A. O. (Orgs) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, FCC. Pp. 183-215, 1992.

_____. **O Segundo Sexo a luz das teorias feministas contemporâneas**. In: MOTTA, A. B, et al. *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/ UFBA, 2000.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. *Revista Estudos Feministas* vol.15 nº2 .Florianópolis May/Aug. 2007. Print version ISSN 0104-026X

- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria relacional**. Revista Histórico- americana, 1986.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. *Cadernos pagu* (28), janeiro-junho de 2007:19-54.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A Teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu**. Revista Brasileira de Educação. Maio-Ago. 2002, Nº 20.
- SILVA, José Augusto Medeiros. AMORIM, Wellington Lima. **Estudo de Caso: O pensamento sociológico de Max Weber e a Educação**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.6, n.1, p.100-110, Tri I. 2012. ISSN 1980-7031 3
- SIMIONATTO, I. et. al. **As lutas das classes subalternas na realidade brasileira: entre conformismo e rebeldia**. IV Seminário Científico Internacional. Teoria Política do Socialismo. Antonio Gramsci: a periferia e os subalternos. ISSN 2175-4039. UNESP -Universidade Estadual Paulistas. Marília/SP, 2011.
- _____ **O MST na conjuntura do governo Lula e as tensões na disputa por um novo projeto societário**. XX Seminário latino-americano de escuela de trabajo social. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC .Florianópolis – SC, s/d SIMMEL, G. 1981. **Sociologie et epistemologie**. Paris, PUF.
- SOARES DO BEM, Arim. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Educ.Soc. vol.27 no.97 Campinas Sept./Dec. 2006.
- SOUZA, Rafael Benedito de. **Formas de pensar a sociedade: o conceito de *habitus*, campos e violência simbólica em Bourdieu**. Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº 7, Jan./Jun., 2014, p. 139-151. Rio de Janeiro – UFRJ.
- STEDILE, João Pedro; MANÇANO, Bernardo. **Brava gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.
- STRAUSS, A. L. **Espelhos e Máscaras: A Busca de Identidade**. Sao Paulo. Edusp,1999.
- VERONESE, Marilia Veríssimo; LACERDA, Luiz Felipe Barboza. **O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine**. Soc. e cult., Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, jul./dez. 2011.

Apêndices



Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **“MARGARIDAS” EM JARDINS SEM TERRA: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NA PRÁTICA POLÍTICA DO MST NA PARAÍBA**”, realizada pela pesquisadora **GILMARA DE MELO FERREIRA** para fins de colaborar em seu trabalho de doutoramento. Desta forma, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Participante

Pesquisadora Responsável

_____/_____/____.

Caracterização da pesquisa

Por um trabalho que registre um pouco da trajetória de atuação de algumas principais lideranças femininas do MST na Paraíba, essa pesquisa buscou traçar uma narrativa de vida dessas militantes que garantem destaque em espaços sociais de disputa por poder no âmbito rural e que logram êxito por suas conquistas junto ao movimento. Elas acabam obtendo uma certa visibilidade social que as responsabilizam a estar no embate da luta pela terra e por condições dignas de permanência nela.

Devido sua condição histórico-social as trajetórias femininas estão sempre imbricadas numa perspectiva de coletividade, as mulheres não buscam conquistas de espaços por uma questão de disputa de gênero, de competição, mas de inserção dos interesses de sua família, sua comunidade, seu assentamento, seu acampamento, enfim, por interesses que envolvem uma rede de sociabilidades entre os espaços privado e público.

Para tanto, realizamos entrevistas com 9 lideranças do MST na Paraíba, sendo 8 mulheres e 1 homem. As questões foram formuladas por um roteiro semiestruturado com questões esboçadas a seguir.

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS DO
MST NA PARAÍBA

PESQUISA DE CAMPO

- NOME E ASSENTAMENTO;
- ESTADO CIVIL (VIDA AFETIVA), FILHOS?
- QUAL SUA RELIGIÃO? O MST TE INFLUENCIA/INFLUENCIOU SUA ESCOLHA?
- QUAL SUA CRENÇA POLÍTICA? VOCÊ NORMALMENTE VOTA EM QUE TIPO DE PARTIDO? PORQUE?
- VOCÊ POSSUI ALGUMA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA? POSSUI RELAÇÃO COM ALGUMA LIDERANÇA POLÍTICA NO ESTADO?
- VOCÊ DESENVOLVE ALGUMA PRÁTICA DE LAZER?
- HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NO MST? QUAL SUA FUNÇÃO?
- HOVE RESISTÊNCIA PARA SUA INSERÇÃO NO MOVIMENTO? PORQUE? POR QUEM?
- QUAIS AS PRINCIPAIS REINVIDICAÇÕES DO MOVIMENTO?
- O QUE O MST TEM FEITO/CONSEGUIDO?
- QUEM SÃO AS MILITANTES QUE LIDERAM O MST NA PARAÍBA?
- QUEM REALIZA AS ATIVIDADES DOMÉSTICAS E EXTRA-DOMÉSTICAS?
- QUEM REALIZA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS?
- COMO VOCÊ AS CONCILIA SUAS ATIVIDADES DE MÃE, ESPOSA, DOMÉSTICA COM AS ATIVIDADES DO MOVIMENTO?
- COMO SE DEU/DÁ A LUTA PELA TERRA NO SEU ASSENTAMENTO?
- EXISTEM MUITOS CONFLITOS POR TERRA NA PARAÍBA? FALE UM POUCO SOBRE OS PRINCIPAIS
- NOS ASSENTAMENTOS PARAIBANOS COMO FUNCIONA O DIREITO ADQUIRIDO PELAS MULHERES DE TEREM A PROPRIEDADE DA TERRA EM SEU NOME?

- AS MULHERES AGRICULTORAS TÊM DIREITO A APOSENTADORIA? ELAS CONSEGUEM ESSE BENEFÍCIO DO MESMO JEITO QUE OS HOMENS?
- AS MULHERES QUE TRABALHAM NA LAVOURA EM OUTRAS ATIVIDADES RECEBEM A MESMA REMUNERAÇÃO QUE OS HOMENS?
- COMO FUNCIONA O SETOR DE GÊNERO?
- QUANTOS E QUAIS SÃO OS COLETIVOS QUE TEMOS AQUI NO ESTADO?
- O MOVIMENTO DISPONIBILIZA A REALIZAÇÃO DE CIRANDINHAS PARA AS MÃES DEIXAREM SUAS CRIANÇAS ENQUANTO PARTICIPAM DAS ATIVIDADES DO MOVIMENTO?
- QUAIS OS TIPOS DE VIOLENCIA MAIS VIVENCIADOS PELAS MULHERES NO ASSENTAMENTO?
- COMO O MST TRATA DA QUESTÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?
- AS MULHERES DO MST FAZEM ALGUM TIPO DE MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS CONTRA A NÃO VIOLÊNCIA?
- COMO VOCÊ VÊ A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE FRENTE NOS PROTESTOS E MOBILIZAÇÕES? COMO AS MULHERES ATUAM NOS ENFRENTAMENTOS?
- QUE CUIDADOS VOCÊ TEM COM A APARÊNCIA? A PREOCUPAÇÃO COM O CORPO, APARÊNCIA MUDARAM APÓS SUA INSERÇÃO DENTRO DO MOVIMENTO?
- COMO VOCÊ SE VÊ COMO MULHER? COMO VOCÊ AVALIA SUA AUTOESTIMA?
- VOCÊ SE INTIMIDA POR DISCUSSAR ENTRE HOMENS, EM PÚBLICO? VOCÊ TEM AUTOCONFIANÇA ENQUANTO MILITANTE DO MST?
- COMO VOCÊ PENSA SOBRE SER UMA MULHER DO CAMPO?
- COMO VOCÊ SE SENTE SENDO UMA MULHER DO CAMPO?
- COMO VOCÊ AVALIA O ANO DE 2013 EM TERMOS DE REFORMA AGRÁRIA?
- QUE INICIATIVAS O MST PRETENDE DESENVOLVER EM 2014?
- QUE MENSAGEM VOCÊ DEIXA PARA QUEM NÃO CONHECE O MOVIMENTO, MAS O PRECONCEITUA?

Lideranças entrevistadas

Entrevista 1: Coordenadora da especialização do semiárido – Pronera - Incra- Insa

Entrevista 2: Coordenadora do Setor de Gênero

Entrevista 3: Setor de formação de base

Entrevista 4: Coordenadora do setor de educação do polo Borborema, além de dirigir o setor de produção, especialmente do trabalho feminino

Entrevista 5: Dirigente do polo da Borborema

Entrevista 6: Dirigente do polo da Borborema

Entrevista 7: Dirigente estadual do MST

Entrevista 8: Agente do Sindicato rural e dirigente do MST em Alagoa Nova

Entrevista 9: Educador da educação de jovens e adultos – EJA e coordenador do setor de educação do MST na Paraíba

Fotos



Foto 1: Coordenadora do Setor de Gênero - Em sua residência

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 2: Agente do Sindicato rural e dirigente do MST em Alagoa Nova e sua filha, a direita com a sobrinha no colo - Em sua residência

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 3: Agente do Sindicato rural e dirigente do MST em Alagoa Nova - Em sua residência

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 4: Dirigentes do polo da Borborema- No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 5: Dirigentes do polo da Borborema- No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

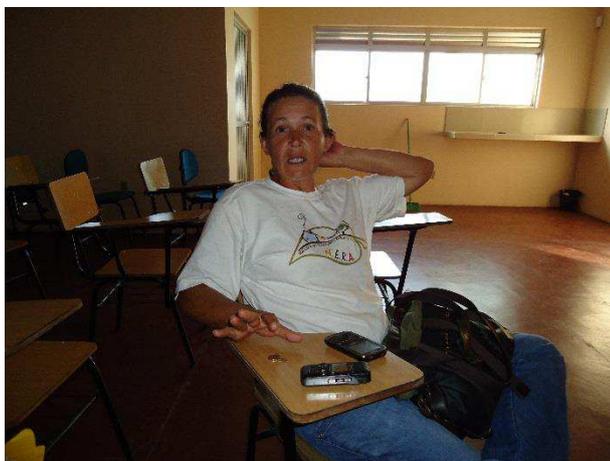


Foto 6: Coordenadora da especialização do semiárido – Pronera - Inca- Insa – Em Campina Grande, concedendo entrevista gravada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 7: Coordenadora da especialização do semiárido – Pronera - Incra- Insa – Na marcha pelas mulheres e pela Agroecologia.

Fonte: Acervo pessoal, 2013



Foto 8: Coordenadora da especialização do semiárido – Pronera - Incra- Insa– Na marcha pelas mulheres e pela Agroecologia.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 9: Assentados e acampados antes da realização da mística - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 10: Assentados e acampados no auditório no momento da mística- No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 11: Assentados e acampados no auditório no momento de continuidade da mística - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 12: Assentados e acampados no auditório no momento de apresentação da falas na plenária - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 13: Assentados e acampados no auditório no momento de apresentação da falas na plenária - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 14: Assentados e acampados no auditório no momento de apresentação das falas na plenária - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 15: Assentados e acampados no auditório no momento de apresentação das falas na plenária - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 16: Assentados e acampados no auditório no momento de apresentação das falas na plenária - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 17: Assentados e acampados no momento de socialização das músicas sobre a luta pela terra - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande, com o Educador da educação de jovens e adultos – EJA e coordenador do setor de educação do MST na Paraíba

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 18: Casal de líderes no momento de apresentação das falas na plenária - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013



Foto 19: Casal de líderes no momento de apresentação das falas na plenária - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

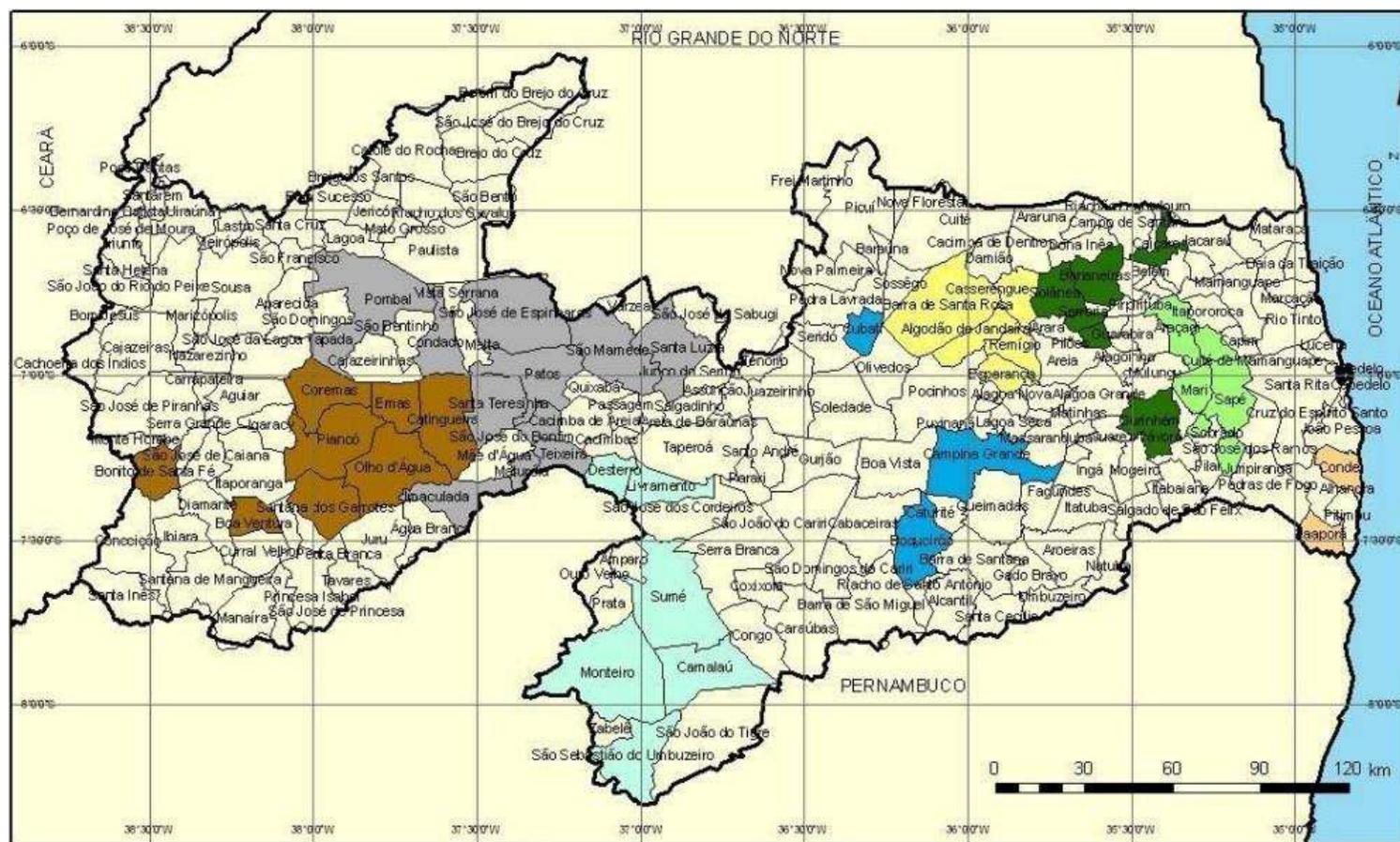


Foto 20: Ciranda infantil - No Congresso Estadual do MST, evento realizado em Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Anexos

Mapa 01: Brigadas Regionais do MST na Paraíba – 2009



Legenda

- Limites Estaduais
- limites municipais

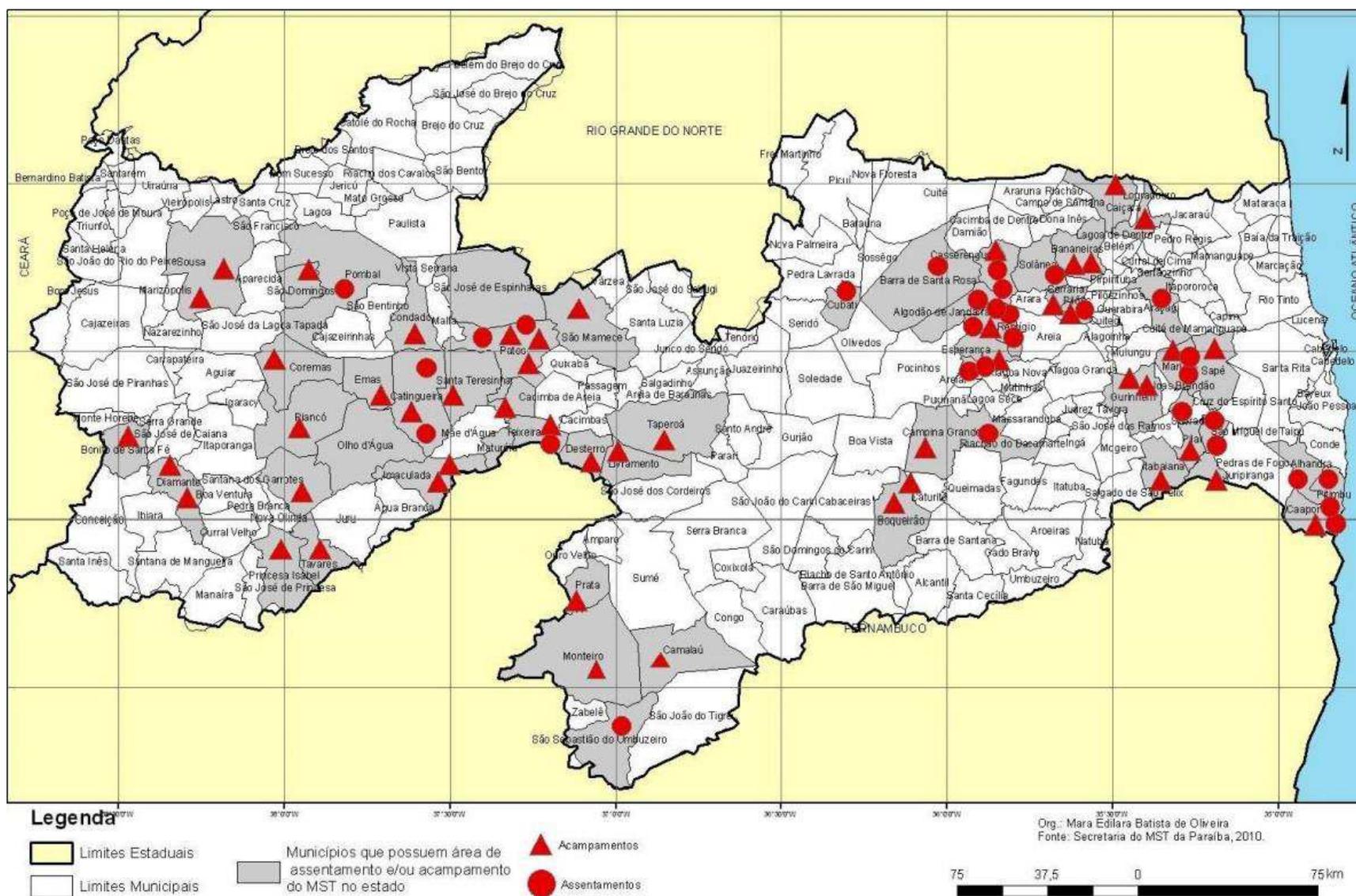
- Brigada Regionais do MST
- Brigada Almir Muniz
- Brigada Réginaldo Sales
- Brigada Borborema

- Brigada Juazeiro
- Brigada Patativa do Assaré
- Brigada Zé Marculino
- Brigada João Pedro Teixeira

- Brigada Caetés
- Brigada Margarida Maria Alves

Org: Mara Edilara B. de Oliveira
Fonte: Secretaria Estadual do MST - Paraíba

Mapa 02: Territorialização e espacialização do MST na Paraíba: acampamentos e assentamentos – 2010



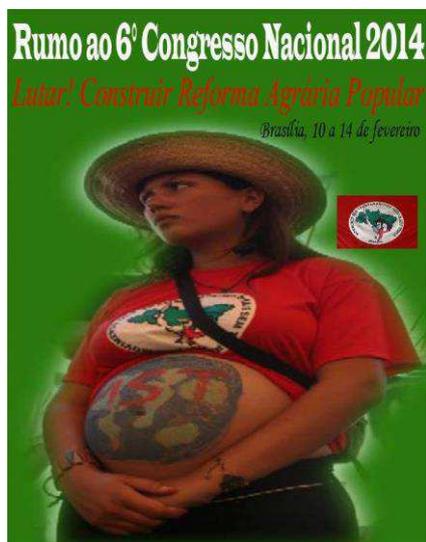


Foto 21: Folder do 6º Congresso Nacional do MST

Fonte: MST, 2013

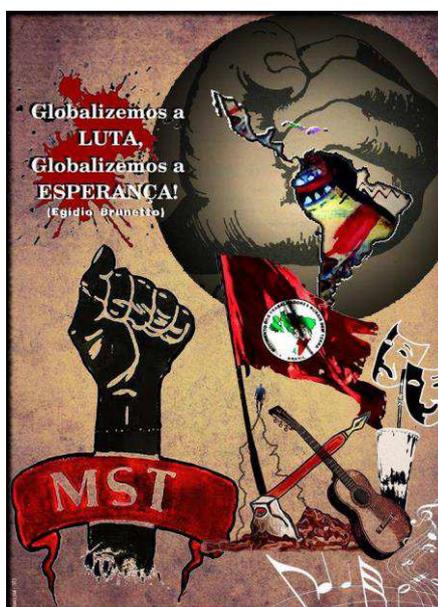


Foto 22: Folder do 6º Congresso Nacional do MST

Fonte: MST, 2013



Foto 23: Momento de apresentação artística no 6º Congresso Nacional do MST – Em comemoração aos seus 30 anos

Fonte: MST, 2014

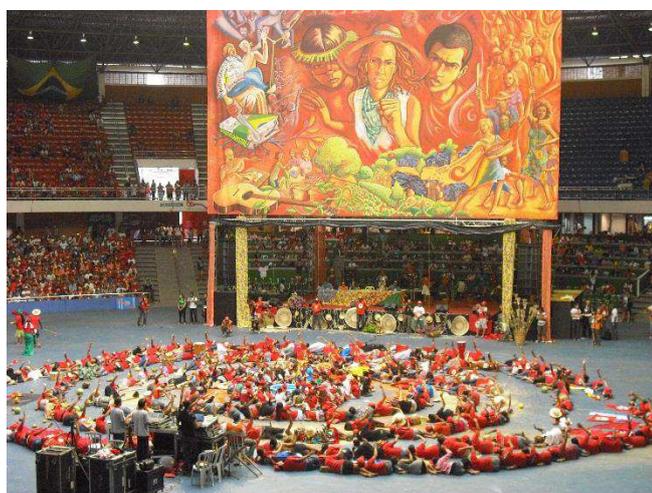


Foto 24: Momento de apresentação artística no 6º Congresso Nacional do MST

Fonte: MST, 2014



Foto 25: Momento de apresentação artística no 6º Congresso Nacional do MST

Fonte: MST, 2014

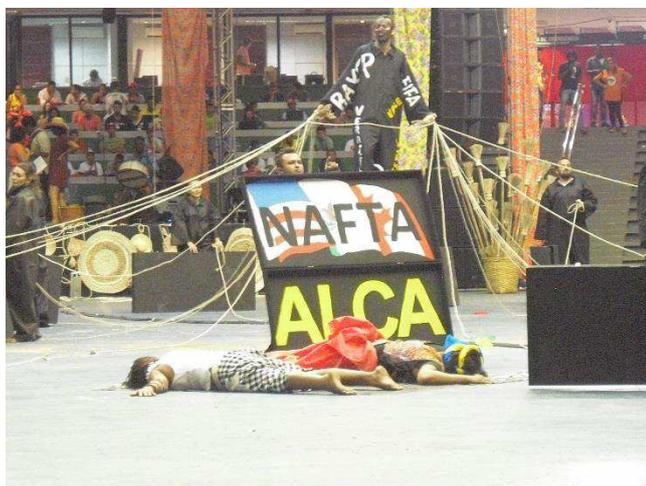


Foto 26: Momento de apresentação artística e de revogação do poderio político dos blocos econômicos no 6º Congresso Nacional do MST

Fonte: MST, 2014



Foto 27: Momento de apresentação artística e das bandeiras do Movimento no 6º Congresso Nacional do MST

Fonte: MST, 2014



Foto 28: Momento de apresentação artística – encenação com os sem terrinha no cotidiano dos barracos improvisados no 6º Congresso Nacional do MST

Fonte: MST, 2014